

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PADRÕES DE DESIGUALDADES EM CIDADES
PAULISTAS DE PORTE MÉDIO.
A AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
EM DISPUTA**

EVERALDO SANTOS MELAZZO

Presidente Prudente (SP)

2006

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP –
FCT – Campus de Presidente Prudente

M463p Melazzo, Everaldo Santos.
Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa / Everaldo Santos Melazzo. – Presidente Prudente : [s.n.], 2006
230 f. : il.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Raul Borges Guimarães
1. Planejamento urbano. 2. Cidades de porte médio. 3. Políticas públicas. 4. Exclusão social. 5. Espaço Geográfico. I. Guimarães, Raul Borges. II. Melazzo, Everaldo Santos. III. Título.
CDD (18.ed.)910.13

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Dr. Raul Borges Guimarães
(orientador)**

Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker

Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo

Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ)

Pror. Dr. Júlio César de Lima Ramires (UFU)

Presidente Prudente (SP), 20 de novembro de 2006

Tita

Com todo o amor que você merece

Sofia e Afonso

Segredos da minha alegria de viver

AGRADECIMENTOS

Agradecer àqueles que estiveram próximos, em diferentes momentos e lugares, durante a elaboração deste trabalho, é um prazer. O conjunto de colegas de trabalho, amigos e companheiros é grande e cada um, à sua maneira, está presente aqui, sem que com isto possam ser responsabilizados por absolutamente qualquer dos erros, omissões e superficialidades aqui também presentes.

Em primeiro lugar, e de maneira muito especial, agradeço ao Raul. Colega de trabalho, amigo e orientador. A confiança depositada de que a tese “sairia” sempre foi incondicional, mas foi dele o impulso real para que saísse.

Durante a fase de realização das disciplinas do doutorado, o diálogo com os docentes do programa sempre foi muito produtivo, com contribuições intensas em vários momentos, principalmente com o Eliseu, Eda e Raul. Na banca da qualificação o Eliseu e o Jayro foram magníficos e magnânimos nas sugestões que espero ter incorporado.

De antes do ingresso no doutoramento, meu trabalho acadêmico sempre esteve vinculado a dois grupos de pesquisa, o Gasperr e o Simespp, hoje Cemespp. Os temas tratados nesta tese, a maneira como são abordados e a relação com os trabalhos desenvolvidos nestes grupos são mais que diretas. São indissociáveis. Me utilizo, em vários momentos, não apenas de idéias que se formaram no interior dos debates e conversas nestes grupos, mas também de material que me foi gentilmente cedido. É através da convivência permanente com os colegas professores e alunos destes grupos que tento produzir algo de útil, na Universidade e fora dela, até por defender as intensas complementaridades entre ambos. Eliseu, Carminha, Jayro, Eda, Lika, Ana Lúcia, Tita, Raul e Renilton são verdadeiros companheiros de

aventura intelectual. Ao Magaldi, meu agradecimento especial, pessoal e intelectual, por ser sempre meu irmão mais velho.

Muitos alunos, que também são amigos e vários amigos que também foram alunos foram e são importantes e é impossível nomear a todos. Meu muito obrigado pela convivência.

Três pessoas foram realmente imprescindíveis no momento em que as idéias, conceitos e propostas de abordagem das questões tratadas na tese tiveram de ganhar a concretude de argumentos articulados, com referências em mapas e tabelas. Meu agradecimento a eles é profundo.

O graduado em ciência da Computação Suemar Everton foi quem primeiro colaborou quando os microdados da amostra do IBGE eram apenas um amontoado de números sem sentido. Foi ele quem “colocou ordem no caos”, produzindo programas específicos de acesso para extrair e organizar os dados relevantes ao trabalho.

O estatístico Rodrigo Faria teve que me aturar durante longos períodos, falando sem parar, principalmente quando eu sequer sabia o que seria necessário fazer com a montanha de dados disponíveis. Sua ajuda foi valiosa para garimpar a melhor maneira de trabalhar e apresentar os dados.

A geógrafa e mestrandia Rose Maria do Nascimento foi de um interesse e de uma paciência em relação aos mapas que é insuperável. Fez e refez cada um deles várias vezes, atendendo aos meus pedidos insistentes, mas nem sempre realizáveis.

A sempre valiosa colaboração, eficiente, da Cláudia e da Raquel da Biblioteca da FCT, mais uma vez foi valiosa e rápida, assim como da Maria, desenhista, que me auxiliou muito no final.

A todos vocês meu mais profundo agradecimento.

Meus colegas docentes do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, por mais estressados que estejam com o cotidiano de implantação de 2 cursos novos, nunca deixaram de perguntar, se interessar e realizar a boa cobrança sobre o quando a tese estaria pronta, em particular a Sônia.

Meus companheiros de jornada cotidiana da minha vida político-partidária, Adelino, Celso, Regina, Gilmar e Magaldi me aliviaram de muitas responsabilidades para que eu pudesse me dedicar à tese. Espero que, agora, ela possa nos auxiliar de alguma maneira a entender um pouco mais da realidade que vivemos em nossas cidades, auxiliando-nos a pelo menos divisar os enigmas que elas nos trazem.

Por fim, mas não por último agradeço à Tita, Sofia e Afonso pelo tempo que a tese lhes roubou.

A todos vocês, mais uma vez, muito obrigado!

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
RESUMEN	12
Lista de Gráficos	13
Lista de Mapas	13
Lista de Modelos	13
Lista de Tabelas	14
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	17
2. POLÍTICAS PÚBLICAS: O CONHECIMENTO E A INTERVENÇÃO SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS.	24
2.1. Primeira aproximação.	24
2.2. Um campo de discussão conceitual.	25
2.3. O ciclo das políticas públicas.	38
3. EXCLUSÃO SOCIAL: ELABORAÇÃO CONCEITUAL E SEUS NEXOS TERRITORIAIS.	50
3.1. O objeto e seus recortes.	50
3.2. A desqualificação: trajetórias pessoais rumo às periferias da estrutura social.	53
3.3. A desfiliação: trajetórias sociais rumo à inutilidade pessoal.	61
3.4. A exclusão social: argumentos para uma leitura brasileira.	70
3.5. Exclusão social e território: em busca de pontes para a intervenção	84
4. UMA VISÃO SOBRE AS CIDADES DE PORTE MÉDIO PAULISTAS NOS ANOS 90.	96
4.1. Pontos de partida.	96
4.2. Caracterização inicial das cidades.	99
4.3. As situações de exclusão/inclusão social.	110
4.4. Síntese comparativa.	124

5. SITUAÇÃO, POSIÇÃO E HIERARQUIAS: AS DESIGUALDADES SOCIAIS.	127
5.1. A leitura do espaço social	127
5.2. Instrumentalização metodológica para a análise empírica.	133
5.3. Os parâmetros para a elaboração das categoriais sócio-ocupacionais.	135
5.4. A fonte dos dados e suas principais características.	138
5.5. As categorias sócio-ocupacionais: posições hierarquizadas.	141
5.6. A técnica estatística utilizada: a análise de correspondência.	147
6. COMPOSIÇÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E TERRITORIAL EM CIDADES DE PORTE MÉDIO: AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES?	151
6.1. Comparações gerais.	151
6.2. Estrutura e composição da desigualdade social.	162
6.3. Desigualdades sociais e territoriais nas cidades analisadas: distâncias a serem vencidas.	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	214
ANEXO 1	222
ANEXO 2	224

RESUMO

Este trabalho procura elaborar um conhecimento a respeito de desigualdades sociais e territoriais, ainda pouco estudadas, em realidades urbanas não metropolitanas. Para tanto, são analisadas cinco cidades de porte médio paulistas: Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. O arcabouço teórico é dado pelo conceito de exclusão social, em suas características multidimensionais e relacionais, acionado para dar conta de uma realidade em que as distâncias sociais e geográficas, no interior das cidades, são estabelecidas em função de múltiplos critérios que demarcam posições e hierarquias socialmente construídas. Através da elaboração de categorias e grupos sócio-ocupacionais, discriminando variáveis de renda, e escolaridade e subsidiariamente de cor/raça e gênero, articulados a mapas de localização de áreas de inclusão/exclusão social, onde aquelas categorias e grupos são também localizados, procura-se revelar a permanência da desigualdade como fator a explicar estes territórios uma vez que se os anos 90 foram efetivamente anos de grandes e profundas transformações que ainda impactam todos os âmbitos da vida social, tais transformações apenas ratificaram e aprofundaram um padrão de organização que cumpre um papel mais amplo no contexto da realidade brasileira e paulista: a convivência articulada e forçadamente “harmoniosa” entre desigualdades profundas e que se aprofundam e a abertura permanente para cumprir sempre novos papéis, reais e simbólicos, como espaços da qualidade de vida e da “ordem”. Por fim, toda esta problematização somente ganha sentido a partir da discussão dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, qualificando um conhecimento que revele as desigualdades presentes e crescentes nas cidades de porte médio e não apenas das metrópoles, para que sejam formuladas políticas públicas específicas para estas realidades.

Palavras-chave: Políticas públicas; exclusão social; espaço urbano; cidades de porte médio; planejamento urbano.

ABSTRACT

This work aims at providing some knowledge about the social and territorial inequalities, not yet studied in depth, in non-metropolitan urban realities. Therefore, five medium-sized cities in São Paulo state are analyzed: Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente and São José do Rio Preto. The theoretical framework is based on the concept of social exclusion, considering its relational and multidimensional characteristics, used to support a reality in which the geographic and social distances within the cities are established by several criteria that delimit positions and socially built hierarchies. By defining categories and socio-occupational groups – determining variables of income, schooling and, subsidiarily, color/race and gender – articulated to maps in which social inclusion/exclusion areas are located, and where such categories and groups are also included – we reveal the inertia of inequality as an element to explain such territories. If the nineties were actually years of great and deep changes which still impact all aspects of social life, such changes just confirm a standard of organization that plays a broader role in the context of Brazilian and São Paulo state realities: the articulate and forcedly “harmonious” interaction between deep and deepening inequalities and the permanent overture to accomplish new roles, real and symbolic, as spaces of life quality and of “order”. Finally, all this discussion just makes sense if we consider the processes of formulation, implementation and valuation of public policies, qualifying a knowledge that shows the increasing inequalities present in medium-sized cities, and not only in the metropolis, which demand specific public policies to those realities.

Keywords: public policies; social exclusion; urban space; medium-sized cities urban planning; urban planning.

RESÚMEN

Este trabajo tiene como objetivo un conocimiento sobre las desigualdades sociales y territoriales, todavía no estudiadas, en realidades urbanas no metropolitanas. Por lo tanto, se analizan cinco ciudades de tamaño mediano en el estado de São Paulo: Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente y São José do Río Preto. El marco teórico se basa en el concepto de la exclusión social, en vista de sus características relacionales y multidimensionales, usado para comprender una realidad en la cual las distancias geográficas y sociales dentro de las ciudades son establecidas por criterios que delimitan posiciones y jerarquías social construidas. Definiendo las categorías y grupos socio-ocupacionales – con variables como la renta, enseñanza y, de manera subsidiária, el color/la raza y del género - articulados a los mapas en los cuales las áreas de la inclusión/de la exclusión sociales están situadas, y donde se incluyen tales categorías y grupos, intentamos revelar la inercia de la desigualdad como elemento para explicar tales territorios. Si los años noventa han sido realmente años de grandes y profundos cambios que todavía afectan todos los aspectos de la vida social, tales cambios apenas confirman una organización estándar que desempeña un papel más amplio en el contexto de las realidades brasileñas y del estado de São Paulo: articular y reenforzar la interacción “armoniosa” de las desigualdades profundas y que se profundizan y las posibilidades permanentes para lograr nuevos papeles, verdaderos y simbólicos, como los espacios de la calidad de la vida y del “orden”. Esta discusión apenas tiene sentido, todavía, si consideramos los procesos de la formulación, de la puesta en práctica y de la valuación pública, calificando un conocimiento que demuestre el aumento de las desigualdades presentes en ciudades de tamaño mediano, y no sólo en las metrópoles.

Palabras claves: Políticas públicas; exclusión social; espacio urbano; planeamiento urbano de las ciudades de tamaño mediano; planeamiento urbano.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Araçatuba – 1991.	186
Gráfico 2 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Araçatuba – 2000.	186
Gráfico 3 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Bauru – 1991.	187
Gráfico 4 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Bauru – 2000.	187
Gráfico 5 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Marília – 1991.	188
Gráfico 6 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Marília – 2000.	188
Gráfico 7 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Presidente Prudente – 1991.	189
Gráfico 8 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Presidente Prudente – 2000.	189
Gráfico 9 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – São José do Rio Preto – 1991.	190
Gráfico 10 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo - São José do Rio Preto 2000.	190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Araçatuba – Inclusão/exclusão social	115
Mapa 2 – Bauru – Inclusão/exclusão social	117
Mapa 3 – Marília – Inclusão/exclusão social	119
Mapa 4 – Presidente Prudente – Inclusão/exclusão social	121
Mapa 5 – São José do Rio Preto – Inclusão/exclusão social	123
Mapa 6 – Araçatuba - Exclusão/inclusão social e categorias sócio-ocupacionais	195
Mapa 7 – Bauru – Exclusão/inclusão social e categorias sócio-ocupacionais	197
Mapa 8 – Marília – Exclusão/inclusão social e categorias sócio-ocupacionais	199
Mapa 9 – Presidente Prudente – Exclusão/inclusão social e categorias sócio-ocupacionais	201
Mapa 10 – São José do Rio Preto – Exclusão/inclusão social e categorias sócio-ocupacionais	203

LISTA DE MODELOS

Modelo 1 – Estrutura geral das posições e distâncias sociais. 1991-2000	160
Modelo 2 – A ampliação dos diferenciais da renda. 1991 – 2000	168
Modelo 3 – O crescimento desigual dos anos de estudo 1991-2000	171
Modelo 4 – Alterações de negros e pardos na diferenciação dos grupos sócio-ocupacionais. 1991-2000	175
Modelo 5 – A seletiva posição da mulher no espaço social. 1991-2000	178
Modelo 6 – Síntese	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento anual da população total e urbana – 1970/2000.	101
Tabela 2 – Taxa de urbanização – Brasil, Estado de São Paulo e municípios selecionados – 1970/2000.	101
Tabela 3 – Participação, taxas de variação anual e por setor do Produto Interno Bruto – 1975/1996 (em %).	102
Tabela 4 – Indicadores sociais selecionados – 2000.	104
Tabela 5 – IDH M, longevidade, educação e renda – 1970/2000.	106
Tabela 6 – Indicadores de renda: composição e distribuição – 2000.	107
Tabela 7 – Índice de Gini e outros indicadores de concentração de renda – 1991/2000.	109
Tabela 8 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários Araçatuba – 2000.	116
Tabela 9 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários. Bauru – 2000.	118
Tabela 10 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários Marília – 2000.	120
Tabela 11 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários – Presidente Prudente – 2000.	122
Tabela 12 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários – 2000 São José do Rio Preto.	122
Tabela 13 – Comparação de percentual de setores por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão.	124
Tabela 14 – Comparação de percentual de moradores por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão.	125
Tabela 15 – Comparação de percentual de domicílios por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão.	125
TABELA 16 – Categoriais sócio-ocupacionais em percentual. 1991-2000. Cidades selecionadas.	153
Tabela 17 – Composição das categorias e grupos sócio-ocupacionais urbanas (em %) 1991 – 2000.	155
Tabela 18 – Maiores e menores diferenças por categoriais sócio-ocupacionais entre as cidades analisadas. 1991 e 2000.	161
Tabela 19 – Renda média (em s.m.) – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.	166
Tabela 20 – Diferenças entre as maiores e menores rendas médias (em s.m.) – Cidades analisadas – 1991/2000.	167
Tabela 21 – Média de anos de estudo – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.	169
Tabela 22 – Diferenças entre as maiores e menores escolaridades (em anos de estudo) – Cidades analisadas – 1991/2000.	170
Tabela 23 – Negros e pardos (em %) - Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.	173
Tabela 24 – Mulheres (em %) – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.	177

APRESENTAÇÃO

Problematizar e analisar o tema das desigualdades no espaço intra-urbano tem se constituído em uma questão central ao longo de minha trajetória acadêmica. Em um primeiro momento, e de maneira mais restrita, estiveram presentes as questões relacionadas ao mercado imobiliário e fundiário e suas resultantes como processo de produção do espaço urbano. Posteriormente, incorporando outras (e mais amplas) dimensões deste processo, me aproximei cada vez mais da temática da dimensão territorial subjacente à produção das desigualdades sociais.

Em diferentes momentos desta trajetória, que é individual e também coletiva, impôs-se de maneira mais ou menos premente, a necessidade ou a possibilidade de propor ou realizar intervenções sobre estes espaços e, nestes momentos, sempre compareceu uma tensão entre a capacidade de observação e interpretação e a ação efetiva daí decorrente. A temática das políticas públicas, de corte local/municipal, aparece seja na dimensão de sua formulação e implementação, seja ainda no que diz respeito à sua avaliação.

Parto do pressuposto que a maneira como agimos no mundo está sempre referenciada e informada pela maneira como vemos/interpretamos este mundo. E, se a realidade não está dada por si mesma, como um fenômeno que se revela automaticamente aos olhos do analista, faz-se sempre necessário o movimento da interpretação, que nada mais é que o ordenamento da realidade a partir de um olhar referenciado, de um posicionamento ancorado em uma leitura desta realidade.

Um olhar retrospectivo sobre esta trajetória pessoal (de análise e ação), indica que a referência mais forte é a leitura do espaço intra-urbano a partir das desigualdades de diferentes ordens e com

diferentes manifestações concretas. Indica ainda que, se em um primeiro momento tais desigualdades apareciam sempre como que produzidas e referenciadas pela contradição das relações entre trabalho e capital, aos poucos outros elementos e determinações vieram dando conta das mudanças e transformações que permitiam repor a discussão (e a intervenção) em outros patamares.

Assim, este trabalho de doutoramento trata, fundamentalmente, de elaborações e tomadas de posição a respeito de questões que envolvem a trajetória citada, particularmente aquelas relacionadas ao planejamento e à intervenção sobre as cidades. A perspectiva que perpassa a análise, ou que gostaríamos que o fizesse, é a produção de um conhecimento que colabore e potencialize a construção de ações concretas, em espaços urbanos concretos. Em grande medida é, assim, de caráter normativo, no sentido em que mais que descrever processos, toma posição sobre como deveriam ser não apenas a construção do conhecimento da realidade, mas também a intervenção através de políticas públicas, ou seja, através do planejamento e da gestão destes espaços.

De qualquer maneira, resta a certeza que muito falta a problematizar e compreender dos processos concretos que produzem e reproduzem tais desigualdades em uma sociedade como a brasileira. É com esta preocupação mais geral que apresentamos o processo de produção deste trabalho acadêmico que, de certa forma, cumpre dois grandes objetivos: de um lado, pode ser lido como um acerto de contas com experiências passadas, naqueles pontos em que uma reflexão desta natureza fez falta para qualificar a ação no âmbito das políticas públicas; por outro, deve sistematizar as bases que requalifiquem futuras incursões nesta área.

1. INTRODUÇÃO

É fértil e longa a tradição de estudos e análises a respeito das desigualdades brasileiras e, mais particularmente, das desigualdades presentes nas cidades brasileiras, sejam elas localizadas ou produzidas na/pela cidade, seja do ponto de vista daqueles que procuram não apenas denunciar a dimensão urbana das desigualdades brasileiras ou investigar as causas e processos subjacentes à sua produção e reprodução, mas também daqueles interessados em intervir sobre estas realidades.

Assim, se em uma primeira aproximação o pano de fundo que estrutura e organiza a perspectiva teórica a ser aqui desenvolvida é apreender as citadas desigualdades por meio do conceito de exclusão social, inclusive ordenando elementos que colaborem em sua construção conceitual, a reflexão sobre o planejamento e gestão destes espaços tão heterogêneos e a produção e as condições para a produção de políticas públicas a eles direcionadas constitui-se no elemento que impulsiona este trabalho, norteando-o.

Os recortes temporais e espaciais que conferem historicidade e concretude a análise e que serão mais bem explicitados no decorrer do trabalho referem-se à realidade de cidades do interior paulista, no contexto dos anos 90. Procura-se, assim, investigar, analisar, avaliar, sistematizar e propor um conhecimento empírico a respeito de cinco cidades paulista de porte médio, a saber: Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru, São José do Rio Preto e Marília.

O foco central na análise destas cidades recai sobre suas estruturas sociais e sobre suas estruturas territoriais e vale aqui lembrar que a formulação em separado do social e do territorial diz respeito apenas a uma estratégia de exposição dos argumentos e não a qualquer tipo de intencionalidade para tomá-los em separado. Pelo

contrário, a construção dos argumentos nos permitirá elucidar melhor tal ponto.

A escolha destas cidades de porte médio decorre da influência dos estudos e investigações empíricas do Gasperr – Grupo Acadêmico “Produção do Espaço e Redefinições Regionais”. Por seu lado, a opção por organizar este conhecimento a partir do conceito (em construção) de exclusão social encontra suas raízes no SIMESPP – Grupo Acadêmico “Sistema de Informação sobre a Exclusão Social para Políticas Públicas”. Este trabalho, portanto, além de um diálogo com debates presentes no cotidiano dos citados grupos (que apresentam vários pontos de intersecção) e de seus membros, procura também ser uma contribuição a esta produção coletiva que adquire qualidade cada vez maior na perspectiva de um conhecimento original a respeito de uma certa realidade urbana brasileira, em geral, longe da grande visibilidade conferida à análise das metrópoles e de seus analistas.

O ponto a ser destacado é menos uma justificativa do por que estas e não outras cidades e mais o fato de focalizar a análise em realidades não metropolitanas. Ou seja, existe a pretensão de contribuir para a formulação de pistas que construam um conhecimento a respeito destas realidades ainda pouco analisadas no Brasil (principalmente quando comparadas ao volume de estudo na/sobre as metrópoles) e a pergunta básica a nortear a análise é a existência ou não de elementos que permitiriam afirmar ou não pontos comuns entre estas áreas urbanas naquilo que se refere à complexidade de seus espaços sociais e na desigualdade intra-urbana.

Trabalha-se, em primeiro lugar, com um conjunto de mapas para cada uma das cidades discriminadas, que representam as diferentes espacialidades intra-urbanas classificadas segundo suas diversas situações concretas e imediatas de exclusão/inclusão social. Tais mapas, a nosso ver, constituem-se em verdadeiros guias para

aprendermos um processo perverso de hierarquização de territórios, produzidos e produtores das desigualdades.

Em segundo lugar, é elaborada uma sistematização de informações a respeito das ocupações da população trabalhadora naquelas cidades, discriminando e cruzando variáveis de rendimentos, escolaridade, gênero e raça para cada uma delas. Esta metodologia, absorvida de trabalhos já realizados para diferentes metrópoles brasileiras (e do exterior) permite elaborar uma “matriz” de informações para os anos de 1991 e 2000, o que possibilita também uma avaliação de seus comportamentos ao longo da década. Foram, ainda, elaborados diagramas que apresentam as distâncias sociais entre aquelas ocupações, a partir dos indicadores selecionados. Isto é, procura-se mostrar através de diferentes instrumentos, a composição e a evolução temporal do que denominaremos de estrutura social das cidades de porte médio.

Como será visto, uma das principais limitações das fontes de dados utilizadas (que será devidamente apresentada e avaliada) é, dentre outras, a impossibilidade de proceder a uma análise que permitisse um mapeamento completo que cruzasse o primeiro grupo de informações com o segundo, conservando ao mesmo tempo os mesmo recortes temporais e espaciais adotados. É certo que a impossibilidade de cruzamentos que potencializassem a análise revela a necessidade de uma reavaliação da própria produção de dados pelo IBGE. Porém, acreditamos ser possível várias considerações a partir deste material que permitam, não apenas traçar paralelos entre as cidades (e no futuro com as realidades metropolitanas), mas também situar os desafios colocados às políticas públicas para aquelas cidades.

Assim, o patamar da discussão aqui apresentada representa uma síntese das principais questões e discussões presentes em um percurso que se inicia antes do doutoramento, mas que somente com

este pode adquirir alguma sistematicidade: os debates com colegas e em salas de aula, os autores com os quais dialogamos e que fornecem os elementos para novos olhares e interpretações, os conceitos com os quais lidamos e que em alguns momentos precisam ser assumidos ou adaptados, modificados ou mesmo rejeitados; as questões empíricas que exigem sempre cuidado para que não sejam lidas por si mesmas, mas que sejam constantemente interpretadas e reinterpretadas e, sobretudo, a postura de conhecer para intervir frente aos desafios colocados pela dinâmica da realidade.

Como conceito em construção, exclusão social é objeto hoje de aportes críticos de vários autores, em diferentes campos de análise, revelando o processo citado acima. Se por um lado, a diversidade de abordagens e contribuições tem provocado inclusive reações contrárias a seu uso no interior de diferentes ciências sociais, por outro lado, advogamos aqui tanto sua potencialidade mobilizadora para ações de governos, do Estado e da sociedade, quanto suas dimensões processuais, isto é, capaz de apreender o movimento dialético da produção e reprodução das desigualdades em um determinado “modelo de desenvolvimento” e sua dimensão ativa, isto é, que refaz a cada momento as distâncias sociais e espaciais.

Compartilho com vários pensadores destas questões a perspectiva que muito ainda resta a ser analisado a respeito das múltiplas determinações entre estruturas sociais e estruturas espaciais. Sem resumir uma à outra e sem tomar a segunda como epifenômeno da primeira, considero relevante e necessário para o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas urbanas o estabelecimento de pontos de partida (ou, de pontos de vista) que assumam as hierarquizações presentes na produção do espaço social urbano com a mesma intensidade com que devem ser assumidas as hierarquizações espaciais que organizam/produzem os territórios de uma cidade.

As estruturas sociais são inscritas no espaço urbano na mesma medida em que as estruturas espaciais se inscrevem naquelas, em uma mútua determinação, sendo que os efeitos de uma reforçam a outra e em que os desdobramentos de uma condicionam a outra, ao ponto de uma se confundir com a outra: distâncias sociais e distâncias espaciais são processos de distinção e de oportunidades simbólicas (dimensão esta não explorada aqui) e materiais. A partir desta discussão, constitui-se, um caminho para a formulação de políticas públicas urbanas na medida em que, incorporando um conhecimento sobre as desigualdades e os processos de exclusão social, permitem incorporar a dimensão do poder. Poder aqui entendido seja na dimensão daqueles que produzem tais políticas a partir de universos sociais já conhecidos, deixando de lado realidades pouco estudadas ou ignoradas e também o poder (ou sua ausência) daqueles para quem as políticas públicas devem ser direcionadas.

São apresentados, assim, diferentes conceitos de políticas públicas, desde aqueles que restringem sua formulação ao âmbito exclusivo do Estado, até aqueles que, ao incorporar a concepção da disputa da agenda pública, da formulação, implantação e avaliação de planos, programas, projetos e ações por diferentes grupos de interesse, pensam o processo de planejamento (e gestão) como arena de conflitos capaz de promover o “empoderamento” de parcelas da população e segmentos sociais.

Reside aí, no nosso entendimento (e como potencialidade a ser defendida neste trabalho) a possibilidade de políticas públicas urbanas que enfrentem os processos de exclusão social em sua dimensão territorial, dando visibilidade aos processos de disputa que envolvem, não apenas a produção do espaço urbano, mas também a disputa pela perspectiva de seu enfrentamento. A ênfase na questão da formulação, que será dada no texto, decorre das articulações desta etapa do ciclo

das políticas públicas com a questão, a ser resgatada, do planejamento urbano como técnica e política de intervenção democrática necessária.

Como última questão, gostaríamos de reafirmar o sentido mais geral do esforço até o momento empreendido. No período mais recente, particularmente nos últimos cinco anos, temos assistido a uma retomada e intensificação do planejamento urbano, com novos elementos políticos e jurídico-institucionais que o diferenciam do *boom* dos tão criticados Planos Diretores de Desenvolvimento dos anos 70.

A tão demorada e esperada aprovação da lei 10257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, a criação de um Ministério das Cidades que centraliza e pretende reorganizar em um único lócus institucional a política nacional de habitação, transporte, saneamento e, fundamentalmente processos de planejamento urbano, a realização de Conferências das Cidades nos níveis municipal, estadual e federal que permitem o aparecimento de novos atores nas discussões urbanas, são exemplos daquela retomada.

Estes esforços e ações concretas permitem um novo patamar para a produção do debate e das ações em torno da realidade urbana nas cidades brasileiras no qual procuramos inserir este trabalho e com o qual procuramos contribuir.

Por fim, se o processo de elaboração das questões a serem aqui tratadas foi em muitos momentos como o de uma colagem em que se agregam de maneira até mesmo pouco sistemática as questões, elementos empíricos e reflexões que vieram sendo incorporados, a apresentação procura dar-lhes um sentido.

Após esta Introdução, o Capítulo 2 trata de uma reflexão a respeito das políticas públicas, seja no nível conceitual, seja no nível operacional. Colocado em primeiro lugar, pretende constituir um ponto

de partida que atende aos interesses sempre presentes de pensar a intervenção, de refletir sobre a ação, de criar ou reforçar pontes entre a produção de um saber específico que, através das mediações necessárias, constitua-se em patamar necessário para intervenção.

O Capítulo 3 refere-se ao “aggiornamento” necessário à reflexão sobre as desigualdades sociais e, mais particularmente, sobre as possibilidades teóricas de sua leitura a partir do conceito de exclusão social.

O Capítulo 4 realiza a primeira aproximação aos recortes empíricos selecionados para a análise. Apresenta, assim, as cidades investigadas, os mapas da exclusão/inclusão social e discute, em uma perspectiva comparativa, a leitura das desigualdades nestas cidades.

O Capítulo 5 é dedicado a apresentar a metodologia para a elaboração e análise das denominadas categorias sócio-ocupacionais. Lida-se, aí, com a construção de tipologias de grupos sociais, a partir das informações censitárias, para a produção de dados empíricos sobre tais categoriais de maneira discriminada no espaço intra-urbano, pelos recortes da renda, escolaridade, gênero e raça.

O Capítulo 6 procede à leitura dos dados, seja do ponto de vista das hierarquizações entre as categorias e grupos que apontam as distâncias, e sua ampliação, na década de 90, como também insere tais hierarquias no espaço intra-urbano para proceder á leitura das desigualdades territoriais.

Por fim, as Considerações finais encerram o trabalho. Além de uma síntese possível, apresenta questões não respondidas que continuam a propor novos desafios analíticos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: O CONHECIMENTO E A INTERVENÇÃO SOBRE OS ESPAÇOS URBANOS.

2.1. Primeira aproximação

Para muitos, o termo política pública pode parecer uma redundância, na medida em que toda política é, em essência, pública, o que exige um esforço inicial de referenciar conceitos, de modo a estabelecer as bases mínimas para uma discussão.

O que constitui uma política? Como delimitar em si o objeto políticas públicas, seja do ponto de vista acadêmico, para sua análise e compreensão, seja do ponto de vista da ação governamental?

As questões acima admitem múltiplas respostas de acordo com as diferentes possibilidades de análise e contribuições de diversos campos de investigação. Enquanto para a economia o termo remete a discussão para o plano de escolhas racionais de agentes que tomam decisões sobre recursos (financeiros ou não), isto é, o porquê de determinados rumos de ação, para as teorias organizacionais da administração o debate principal se encontra nos resultados que podem ser alcançados pela organização governamental.

Por seu lado, para a ciência política e para a análise sociológica trata-se de investigar a política como resultante de interações (de barganhas, conflitos ou consensos) entre diferentes grupos, segmentos ou classes sociais e para o direito administrativo o centro da discussão estrutura-se em torno do aparelho do Estado e a constituição de sua estrutura normativa, mais ou menos interventor de acordo com cada momento histórico.

Assume-se então, para além de uma definição única e estabelecida, que enfrentar esta discussão exige, em primeiro lugar, a realização de um mapeamento que coloque distintas concepções lado a lado para que sejam analisadas do ponto de vista daquilo que explicitam ou não, isto é, tomar como postura metodológica que o conceito de políticas públicas não está isento de controvérsias que revelam visões de mundo distintas e, em alguns casos, opostas e em disputa, indicando olhares e práticas sociais distintas.

Desta maneira, além deste mapeamento conceitual e sua problematização, este capítulo pretende analisar o chamado ciclo das políticas públicas, em especial uma de suas fases, a da formulação. Por fim, pretende-se ao discutir a questão da formulação de políticas públicas como uma atividade não exclusivamente técnica e neutra, abordar a relação entre política pública, processo de planejamento e planos de intervenção, particularmente quanto se toma como referência a questão urbana e, em particular o debate da exclusão social e das desigualdades no espaço intra-urbano.

2.2. Um campo de discussão conceitual

Política é um conceito abrangente, que pode ser compreendido enquanto ciência dos fenômenos referentes ao Estado ou governo; sistema de regras respeitantes à direção dos negócios e à administração pública; arte de governar os povos ou ainda e, mais genericamente, refere-se ao poder, resolução de conflitos ou mecanismos de tomadas de decisão. Outra linha de análise nos remete ao ato de pessoas ou grupos de pessoas se fazerem presentes e participantes de atividades que visem transformar ou manter uma certa realidade, sempre localizadas em um espaço geográfico e histórico, que pressupõe movimento e constante renovação.

Já a atividade política de um Estado é a forma de responder a um conjunto de necessidades da vida social de uma determinada comunidade, localidade, cidade, estado, país. Ela visa antes de tudo, atender a uma série de objetivos da vida coletiva de um povo ou de um determinado segmento social. (OUTHWAIRE; BOTTOMORE, 1996).

Por seu lado, seguindo ainda os mesmos autores acima, assumimos que a Política Pública pode ser compreendida como um campo de investigação que nasce da ciência política (como seriam as investigações em torno do estudo de governos, administração pública, relações internacionais e comportamento político).

A análise de políticas públicas diz respeito ao modo pelo qual o comportamento dos agentes políticos pode afetar as decisões.(.....) Esse ramo de estudos surgiu porque os especialistas queriam compreender melhor como as decisões eram tomadas em termos concretos, em particular até que ponto elas eram (ou poderiam ser) tomadas 'racionalmente. (OUTHWAIRE; BOTTOMORE, 1996, 84-85).

Porém, o termo política pública ainda encerra um grande conteúdo polissêmico e não nos basta aqui uma conceituação simples tal como aquela que define política pública como programa de ação governamental.

Na verdade, este conceito pode se referir ou expressar diferentes dimensões dos processos que envolvem a decisão e a intervenção do Estado sobre determinada realidade ou ainda incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações mais ou menos sujeitas a controles sociais e, somente isto, justificaria uma análise mais detida de seus conteúdos.

Assim, para além da questão semântica, que se constitui em uma rica porta de entrada nesta discussão, encontram-se elementos de mais difícil apreensão.

Em primeiro lugar porque, comumente, tal termo pode se referir tanto aos conteúdos particulares que se expressam em diferentes matérias ou campos de atuação governamental, como também pode fazer referência aos processos políticos próprios da ação e, ainda, às instituições políticas. Assim, esta tríplice possibilidade de compreensão do termo deve ser melhor elucidada.

Em segundo lugar, ressalte-se que este termo implica também que, enquanto curso de ação deliberada, as políticas públicas envolvem preferências, escolhas e decisões, o que remete sua discussão para os mecanismos individuais e coletivos que envolvem sua formação, desde a fase de planejamento, passando por sua execução e, mesmo, na fase de avaliação de seus resultados.

Por fim, em terceiro lugar, encontra-se a questão que diz respeito às políticas públicas enquanto espaço de lutas e busca de construção de direitos, afirmando-se uma visão que politiza sua discussão, na medida em que obriga o analista a não mais apenas se referenciar no Estado, isto é, abrir-se para uma concepção que não coloque o Estado como único e inevitável centro possível do debate, mas que incorpore a dimensão essencialmente conflitiva de interesses e grupos de interesses, próprios da dinâmica de uma sociedade marcada por lutas de classes, em um primeiro e abrangente plano de análise, mas também de lutas segmentadas por outros elementos definidores de identidades e interesses na sociedade.

Em que pese a complexidade que involucra o debate das políticas públicas, exposta genericamente acima, o termo parece ter reaparecido nos últimos anos, com força, em diferentes meios: na discussão acadêmica, nos círculos governamentais e no discurso elaborado na mídia, por meio dela e mesmo no senso comum.

Cabe, em primeiro lugar, clarear um pressuposto básico da análise a ser aqui desenvolvida. E este, diz respeito ao adjetivo “público” acoplado ao substantivo “política”.

Como já referenciado anteriormente, toda política é necessariamente pública. Porém, faz-se necessário esclarecer a maneira específica como estas noções (assim denominadas, por enquanto, e antes do debate conceitual que se seguirá) estão aqui compreendidas.

São duas as questões relevantes, a nosso ver. A primeira diz respeito ao “quem” as formula e implementa, ou seja, diz respeito aos autores das políticas públicas. A segunda, por seu lado, relaciona-se aos destinatários, ao público alvo ou à clientela.

Assim, só se justificaria o uso desta expressão política pública quando esta se aproxima dos interesses de uma coletividade, extrapolando os limites de interesses particularistas ou mesmo individuais, na medida em que deve ser expressão de um debate público, aberto à participação de interesses contraditórios dos interessados diretos ou indiretos. Por sua vez, os atores devem possuir graus de legitimidade conferido pelo processo político para sua formulação e execução.

Assim, há que se remarcar que, por mais importante que seja o reconhecimento da existência, organização e atuação de grupos de interesses divergentes que agem de acordo com seus objetivos próprios e particulares, ao passar pelo crivo da explicitação, do debate e do embate com propostas, visões e objetivos de outros grupos de interesse, as linhas de ação particulares transformam-se em políticas públicas no sentido de ganharem legitimidade para sua implementação.

Fica, assim, estabelecida uma articulação necessária e fundamental: é na esfera pública, tomada aqui na acepção de Outhwaire e Bottomore (1996: 257) como “[...] a abertura das questões públicas à discussão por cidadãos interessados [...]” que, sejam os autores das diferentes políticas públicas, sejam seus destinatários, produz-se um diálogo (mais ou menos conflituoso), ou seja, as políticas para que sejam efetivamente públicas pressupõem a participação democrática como seu requisito fundamental.

O termo política, então, está aqui para lembrar de forma permanente que, toda política pública só se constitui enquanto tal na medida em que pressupõem um entrelaçamento entre agentes sociais com sua própria visão de mundo, que por sua vez decorre de sua posição na estrutura social, particularmente em suas dimensões econômicas e políticas, ponto a ser melhor explorado a seguir.

Feitas estas observações iniciais, que devem conduzir os argumentos seguintes, passemos aos diferentes conceitos e concepções possíveis a respeito deste objeto.

Monteiro (1982, p. 12) afirma que uma política pública é “[...] um curso de ação (ou inação) conscientemente escolhido e orientado para um determinado fim”. Trata-se, sem dúvida, do que poderíamos denominar de uma visão objetivista do conceito: existiriam evidências não ambíguas do que vem a ser uma política pública, a partir do grau de decisão racional nela embutido.

Deste primeiro conceito, entretanto, não emerge claramente o sujeito deste *curso de ação (ou inação)*, por mais que o autor centre sua análise na atuação governamental (MONTEIRO, 1982). O que se coloca de maneira clara é a intencionalidade, os propósitos e a deliberação em torno a uma estratégia de intervenção sobre a realidade.

A este propósito, é necessário lembrar que, como qualquer ação, as políticas públicas estão sujeitas a imprevisibilidades, a eventos fortuitos, a alterações de rumo que obrigam necessariamente a retomada e reformulação de ações. Exploremos um pouco mais o conceito exposto a partir das expressões 'curso de ação', 'conscientemente escolhido e orientado' e 'determinado fim'.

Em um sentido restrito e imediato podemos definir política pública como toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação (econômica, ambiental, social etc.). Ou seja, trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos/problemas previamente selecionados, linha esta que se materializa/consubstancia, na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de um arcabouço legal (lei ou conjunto de leis).

Colocado desta maneira, o conceito de políticas públicas aparece com inequívocas ligações com a formulação de estratégias de intervenção que envolvem a formulação, planejamento, gestão/execução e avaliação de ações propostas ou implementadas no plano consciente, racional e sem margem a dúvidas ou subjetivismos, uma vez que tais "tarefas" seriam realizadas pelo Estado.

Em outras palavras é necessário afirmar que toda política pública se constitui como uma opção dentre um número finito de opções/possibilidades. Porém, como opção política (isto é, que envolve conflitos de interesses), seu desenho final é na maioria dos casos uma combinação e uma ponderação de diferentes opções, que passam pelo crivo da objetividade; as condições de sua formulação foram historicamente delegadas ao Estado, também crivado de historicidade em suas condições concretas de atuação a cada momento; sua

implementação não é neutra em relação aos objetos da política e não é imune às próprias condições da ação.

Porém, o mais significativo, a nosso ver, daquela citação é a incorporação de uma dimensão pouco trabalhada por outros conceitos: a possibilidade de se enxergar também na “não ação” uma política pública. Ou seja, aquilo que Monteiro denominará de “quase-política”, isto é, amplas áreas onde se percebe ou a atuação indireta ou mesmo a não atuação de governos, seja por incapacidade (técnica, administrativa ou política) de trazer as questões-problemas ao centro dos processos de planejamento e gestão, seja ainda por não reconhecer relevância a estas mesmas questões ou ainda pela não execução de decisões já tomadas.

Esta contradição, comum para quem lida com as políticas públicas denota uma característica específica de sua dimensão axiológica, isto é, enquanto um conjunto de valores expressos, seja do ponto de vista de quem as formula e, por consequência defende sua racionalidade, seja do ponto de vista de seus críticos e opositores, que buscam questionar sua coerência e efetividade, disputando com isto um outro conjunto de valores ou outras dimensões dos mesmos valores.

Daí ser necessário ampliar o conceito em debate, incorporando também a própria visão do analista na identificação da política, bem como as diferentes visões postas no seu debate.

Costa (1998) assim define política pública:

Considera-se como política pública o espaço de tomada de decisões autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesse (COSTA, 1998, p.7).

Desta segunda concepção emergem alguns elementos importantes: o governo ganha uma outra dimensão com a expressão

“atores governamentais”; a maneira de olhar sua atuação é mais flexível (na medida em que não apenas executa, mas autoriza ou sanciona) e, seu resultado, são ações de inovação ou que respondem a grupos de interesse.

A questão central, a nosso ver, aqui, reside na incorporação de uma visão de Estado e de governo mais ampla e que escapa a uma visão única e monolítica. O Estado e o governo passam a ser tomados em sua heterogeneidade e isto permite ao analista sugerir a

[...] grande diferenciação metodológica entre uma perspectiva instrumental-funcional da ação governamental e o tratamento das decisões públicas como um espaço não redutível à vontade absoluta dos grupos de interesses ou às preferências das elites dominantes, que expressariam os interesses do mercado ou da economia (COSTA, 1998, p. 12).

Assume-se, então, aqui, a concepção de que o Estado deva ser considerado não como uma agência a serviço única e exclusivamente da reprodução do capital ou a serviço de elites dominantes. Na realidade, o Estado cumpre funções que vão além de apenas garantir a reprodução do capitalismo, enquanto modo de produção e se coloca sempre a possibilidade absorver demandas e conduzir ações permeadas por processos decisórios e mediações institucionais mais complexos.

Desfaz-se, assim, a visão de que o Estado ou administração pública seriam ou neutros e inertes às injunções de seu quadro de pessoal, ao seu desenho institucional ou de legislação em sua relação com a direção política impressa por cada governo, ou a concepção do Estado e da administração pública como simples reprodutora de interesses das parcelas economicamente dominantes na sociedade.

Não há como deixar de ressaltar ainda que emerge da definição anterior a concepção de que as políticas públicas não podem ser

confundidas com a mera prestação de serviços públicos, o que o autor ressalta através da expressão “agendas de inovação”.

Os serviços públicos podem ser tomados como atividades rotineiras incorporadas na ação do Estado sendo, assim, atividades presentes na viabilização e concretização de qualquer política pública. Estas, por sua vez, aparecem como um conceito mais amplo, na medida em que abrange, também, as funções de coordenação e de fiscalização dos agentes públicos e privados (FRISCHEISEN, 2000; BUCCI, 2002).

Para Cunha e Cunha (2002, p. 12) o debate a respeito das políticas públicas deve centrar-se em:

[...] linhas de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 12).

Nesta definição, são dois os elementos centrais: a dimensão essencialmente coletiva e não estritamente estatal das políticas públicas e seu caráter distributivo ou redistributivo.

A respeito do primeiro ponto, assume-se aqui a necessidade de ampliar a concepção de Estado e ampliar o foco da análise. Ou seja, tal como já comentado anteriormente, o Estado não deve ser tomado como o único e exclusivo agente social presente nas políticas públicas. Para além desta primazia do Estado encontra-se a produção de direitos sociais e coletivos que se faz, necessariamente, a partir de atores sociais pertencentes a organizações múltiplas, públicas ou privadas.

Cunha e Cunha (2002, p. 12), podem ainda ser acionadas para ajudar a esclarecer este processo:

[...] embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo estado, elas englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa assim, a conversão de decisões privadas em decisões e ações públicas, que afetam a todos (CUNHA; CUNHA,2002, p. 12).

Este processo de “conversão” de decisões privadas em ações públicas se dá através daquilo que a literatura passou a denominar de grupos de interesses e o foco das discussões das políticas públicas recai, aí, nos conceitos de arena pública e agenda pública.

Grupo de interesse, segundo Outhwaite e Bottomore (1996, p. 395) pode ser definido como:

[...] uma organização particular que busca reunir os valores e preferências que seus membros têm em comum e, articulando-os, tenta influenciar tanto a opinião pública quanto os planos governamentais.

Constitui-se assim, e retomando o conceito de esfera pública, uma arena pública que pode ser definida como o espaço onde são estabelecidos conflitos em torno de diferentes alternativas possíveis, de acordo com quem as formula e a agenda pública passa a ser liberada de uma determinação unicamente estatal, podendo ser tomada como um mecanismo que agrega interesses divergentes e institucionaliza conflitos.

Em segundo lugar, a respeito do caráter distributivo ou redistributivo podemos acionar as diferentes categorias de políticas públicas propostas por Lowi ou Titmuss, segundo a sistematização proposta por Costa (1998).

Para Lowi (1964) as políticas públicas podem ser categorizadas em distributivas, redistributivas e regulatórias, enquanto para Titmuss (1950) seriam três seus modelos básicos: residual, meritocrático e institucional-redistributivo.

A tipologias proposta por Lowi (1964, p. 689-690) são instrumentos heurísticos de pesquisa e investigação a respeito de cada política pública em particular, sobre as agências que as implementam e sobre como se estabelecem as correlações de forças e disputas entre diferentes grupos de interesses em torno dos fundos públicos.

As políticas distributivas seriam aquelas em que a alocação de recursos sociais se faz com menor grau de conflitos e disputas, uma vez que se trata apenas de alocar recursos através do Estado, sem que outros grupos de interesse vejam seus próprios recursos diminuídos, como é o caso de políticas redistributivas. Por seu lado, as políticas regulatórias seriam aquelas que buscam intervir sobre a sociedade (aqui em eu sentido mais lato, incluindo fundamentalmente o mercado e as relações econômicas) através de leis e normas.

Titmuss (1950), por seu lado, trata de verificar a capacidade de cada política em promover mudanças sociais mais ou menos profundas ao longo do tempo. Daí o caráter eminentemente valorativo dos modelos propostos de análise: numa seqüência de valor, no modelo residual as políticas públicas ganham o status apenas de caráter secundário, enquanto no modelo meritocrático aparece em primeiro plano a política como resultado do favor ou da benevolência do Estado e dos ocupantes de cargos públicos e, as políticas de corte institucional-redistributivo se configuram como aquelas positivamente mais avançadas na medida em que se fundam em direitos permanentes conquistados nas relações de cidadania.

Para além, entretanto, de tipologias importa ressaltar como o faz Lowi (1964) que estas se constituem em arenas reais de poder onde são disputados não apenas recursos a serem alocados, mas também e fundamentalmente a visão de mundo que informa a ação sobre a realidade.

Por fim, é possível sintetizar os elementos até agora trabalhados e afirmar que políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais.

Trata-se, assim, de uma forma de colocar esses direitos ao alcance de todos, expressos através de leis e serviços sociais, tentando responder aos interesses de diferentes segmentos de uma sociedade. Para existir uma Política Pública é necessário que a mesma seja mediada pelo Poder Público, ou seja, é função dos governos municipais, estaduais e federais torná-la parte de sua agenda de atuação. A Política Pública, deste modo, constitui-se num campo de ação que disponibiliza e estende o acesso a direitos coletivos a cidadãos.

Deliberadamente, esta concepção de campo de ação aproxima-se das formulações de campo desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1989, 1992 e 1996), em particular.

O campo nada mais é que um sistema estruturado de forças objetivas, constituído por um certo tipo de capital. O conceito de campo remete, assim, a um espaço de lutas materiais e simbólicas, onde se produz (em si e na luta) um tipo de capital particular (econômico, social, cultural, político, científico etc.) e onde se estabelece uma lógica de funcionamento de acordo com este capital, colocando frente a frente indivíduos e instituições.

Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar. (BOURDIEU, 1992, p. 8).

O conceito de campo, originariamente trabalhado por Weber ao tratar das relações de poder no interior da religião, é retomado por Bourdieu que aplica aí conceitos da economia tais como oferta, procura, concorrência, monopólio etc. e são retomadas para exprimir de forma mais geral a complexidade da vida social em uma espécie de tipologia relacional, na qual se aplica os conceitos para compreender a gênese, as relações de força e tensão, o jogo que nele se joga, produzindo e distribuindo poder através da violência simbólica e da internalização de um habitus socialmente produzido.

Bourdieu discorre sobre os diferentes campos como "universos sociais relativamente autônomos". É neles e através deles, enquanto campos de forças, que se desenvolvem conflitos específicos entre agentes específicos. A educação, a burocracia, os intelectuais, o religioso, o científico, o da arte etc. são campos específicos, estruturados segundo estes conflitos característicos nos quais se enfrentam diversas visões que lutam para se impor.

Para Bourdieu todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, quer dizer, estruturas diferenciadas e de diferenças que somente são compreensíveis se são alcançados os princípios geradores destas diferenças. Este princípio nada mais que é a estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital mais relevantes naquele universo social objetivo considerado e que, portanto, variam segundo o momento histórico e o lugar específico em consideração. Tal estrutura de distribuição dos diferentes capitais não é imutável e este espaço social pode, assim, ser apreendido enquanto uma topologia que descreve o estado das posições sociais e que

permite também fundamentar uma análise dinâmica não só a respeito das posições sociais diferenciadas, mas também da própria distribuição dos capitais que são como propriedades atuantes na diferenciação.

Es lo que pretendo transmitir cuando describo el espacio social global como un campo, es decir, a la vez como un campo de fuerzas, cuya necesidad se impone a los agentes que se han adentrado en él, y como un campo de luchas dentro del cual los agentes se enfrentan, con medios y fines diferenciados según su posición en la estructura del campo de fuerzas, contribuyendo de este modo a conservar o a transformar su estructura (BOURDIEU, 1996, p. 48-49).

Sintetizando, no que se refere às políticas públicas, a possibilidade de tratá-las como um campo *a la Bourdieu* torna mais interessante o percurso necessário à compreensão das disputas e dos conflitos de interesse que se estabelecem em seu processo de formulação, implantação e avaliação na medida em que permite explicitar os agentes que se posicionam no seu campo e a disputam, como também a própria possibilidade de análise de sua capacidade de intervenção sobre a realidade.

Para tanto, vejamos a seguir este processo ou percurso que alguns autores denominam como ciclo das políticas públicas, através do qual é possível visualizarmos a base destas disputas/conflitos.

2.3. O ciclo das políticas públicas

A sistematização proposta por Frey (2000) a respeito das dimensões das políticas públicas é uma possibilidade profícua de explicitar as maneiras como as arenas de poder e as disputas entre diferentes grupos de interesse permeiam não apenas o debate, mas também a complexa interação que se estabelece entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política.

Segundo este autor, toda política pública deve ser analisada a partir de três dimensões ou três níveis de análise: a dimensão institucional - *polity* (que se refere à ordem do sistema político, delimitada pelo sistema jurídico e a ordem institucional do sistema político administrativo); a dimensão processual – *politics* (que se refere ao processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos) e a decisões de distribuição/redistribuição e, a dimensão material – *policy* (que se refere aos conteúdos concretos, isto é à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas).

Estes aspectos peculiares da política pública constituem-se tanto em diferentes portas de entrada para o analista que deve construir nexos explicativos concretos entre cada uma das dimensões para empreender cada estudo de caso particular, quanto condicionam por si mesmas as próprias possibilidades de análise na medida em que “As disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (FREY, 2000, p. 219)

De qualquer maneira, importa ressaltar que não existem relações lineares entre cada uma destas dimensões, revelando uma complexa interdependência entre processos desenvolvidos em cada uma delas e os resultados possíveis de serem alcançados. Assim, não há uma relação direta entre o arcabouço institucional que determina automaticamente o quadro das regras, limites e possibilidades legais em que se desenrola a negociação política entre diferentes forças e em que são formulados os conteúdos empíricos de cada ação. Na verdade, cada uma destas diferentes dimensões se influenciam reciprocamente e de maneira permanente e sofrem alterações ao longo do tempo.

As tradicionais segmentações do ciclo das políticas públicas diferenciam-se, basicamente, pelas graduações. Mas é possível observar que todas elas se estabelecem a partir de três fases básicas: formulação, implementação e avaliação.

O primeiro momento é o da apresentação dos pressupostos técnicos e materiais, pela Administração ou pelos interessados, para confronto com outros pressupostos, de mesma natureza, trazidos pelas demais partes, cujos interesses sejam não-coincidentes com aquelas. O segundo momento compreende as medidas administrativas, financeiras, e legais da implementação do programa. E finalmente o terceiro momento do processo de atuação da política pública é o da apreciação dos efeitos, sociais e jurídicos, novamente sob o prisma do contraditório, de cada uma das escolhas possíveis, em vista dos pressupostos apresentados (BUCCI, 2000, p. 266).

Seguindo Frey (2000, p. 226), ainda:

Do ponto de vista analítico uma subdivisão um pouco mais sofisticada parece pertinente. Propomos distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, 'agenda-setting', elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação e eventual correção da ação.

Esta subdivisão permite, assim, perceber com maior clareza a complexidade das relações entre múltiplos agentes e atores que permeiam os processos das políticas públicas e, mais que definir cada uma destas etapas em particular, vale aqui ressaltar as interações entre elas.

A percepção e a definição dos problemas que podem ou devem entrar e permanecer na agenda pública por um determinado período de tempo envolve as reais possibilidades de um grupo de interesse em transformar determinada situação-problema específica em uma questão de alcance mais geral, de maneira que parcelas cada vez maiores da sociedade compartilhem percepções e entendimentos de maneira comum, possibilitando sua incorporação como questão que merece e/ou exige um tratamento a partir de políticas públicas.

Segundo Viana (1988) são três os fatores básicos que permitem que um assunto entre ou saia da agenda pública em uma sociedade democrática, isto é, pouco permeável à ação de um líder carismático, por exemplo: a “ocorrência de eventos dramáticos ou crises” que fazem emergir consensos sociais mais amplos, possibilitando em geral intervenções mais rápidas e por vezes radicais; a “presença de indicadores”, o que significa dar visibilidade a questões antes não percebidas ou mesmo percebidas de maneira apenas parcial e, como consequência direta desta última, a “acumulação de informações e experiência dos analistas”, ou seja, de uma maneira por vezes mais lenta e difusa, envolve o trabalho acadêmico e ainda o de funcionários técnicos de órgãos diretamente relacionados ao estado e/ou não governamentais.

Importa ressaltar que trata-se, aqui, de um processo que envolve as dimensões técnica e política, não isentas de disputas e conflitos. Ou seja, de maneira mais rápida ou mais lenta, seja através do Estado ou através de uma difusa, mas articulada rede de organizações, entidades, associações etc. criam-se as bases para que temas e questões antes despercebidos e/ou desvalorizados, passem a ser percebidos e valorizados.

A elaboração de programas e decisão é o momento de dar forma e conteúdo às demandas que são inseridas na agenda pública.

A elaboração de um projeto ou formulação ou ainda o planejamento de uma ação/intervenção se definiria como um espaço também político, concebido como um processo de trocas e barganhas, conflito e poder. Projeto (ou formulação) pode ser definido em três fases como se segue, seguindo as sugestões de Viana (1988).

- 1) Em primeiro lugar lida-se com uma massa de dados que se transforma em informações relevantes, a partir de;

- 2) Valores, ideais, princípios e ideologias. Estes, são combinados com informações factuais para produzir conhecimento para uma ação-orientada; e, por fim,
- 3) Gera-se um conhecimento empírico e normativo, que é transformado em ações públicas e específicas.

Ao contrário, entretanto, da literatura corrente, não há como dicotomizar este momento da formulação ou planejamento do momento da implementação. Enquanto o primeiro é, em geral, concebido como um espaço de liberdade do pensamento ao propor soluções e idéias de enfrentamento de situações problema, a implementação se definiria em um espaço administrativo, concebido como um processo racionalizado de procedimentos e rotinas.

Na verdade, não há como caracterizar de maneira tão rígida tais momentos. Nem a etapa do planejamento/formulação é isenta de procedimentos e rotinas que constroem sua ação, nem a etapa da implementação é apenas racional e objetiva, segundo critérios estabelecidos de ação para os agente públicos.

A este respeito, as contribuições de Silva e Melo (2000) são cruciais. Segundo estes autores, a maior parte das análises colocam a questão da implementação como a fase decisiva do processo (ciclo das políticas): Nas suas palavras estaria aí o elo perdido da ação governamental, na medida em que na maior parte das análises, toma-se a implementação como processo apenas administrativo e burocrático de execução de tarefas previamente estabelecidas na fase da formulação.

Baseada em um diagnóstico prévio, e em um sistema adequado de informações, na fase de formulação são definidas não só as metas mas também os recursos e o horizonte temporal da atividade de planejamento (SILVA; MELO: 2000, P. 4).

Mais além,

A implementação é entendida, fundamentalmente, como um jogo de uma só rodada onde a ação governamental, expressa em programas ou projetos de intervenção, é implementada de cima para baixo (top down) (Silva; Melo: 2000, p. 5).

Retira-se da fase da implementação todo o complexo jogo de oposições e alinhamentos, negociações e barganhas presentes, mas também desconsidera-se, em geral, o comportamento daqueles atores encarregados da execução/implementação que do ponto de vista das estruturas administrativas encontram-se diretamente em contato com o público alvo de cada política.

Para os autores a perspectiva de análise do *policy cycle* como um processo representa um avanço em relação à visão clássica da questão que assume relações lineares entre formulação e implementação. Por outro lado, segundo eles, faz-se necessário avançar em muito o entendimento sobre cada uma destas fases e sobre como se articulam e interagem entre si.

Importa-nos ressaltar que, no nosso entendimento, a maneira como são percebidas e formuladas as políticas públicas condiciona e em grande medida determina as fases posteriores.

Quanto aos formuladores de políticas é necessário ressaltar, ainda, que produzem suas propostas e caminhos para ação a partir de suas leituras do mundo sensível. Isto é, encontram-se necessariamente limitados por um conjunto restrito de possibilidades que se ajustam a suas origens, formações e perspectivas da realidade. Daí, em primeiro lugar, não haver qualquer possibilidade de neutralidade técnica em sua ação e, tão importante quanto, em segundo lugar, existirem constrangimentos de conhecimento sobre a realidade.

Nas palavras ainda de Silva e Melo (2000)

[...] os formuladores de política – mas também os próprios especialistas e estudiosos - enfrentam grandes limitações cognitivas sobre os fenômenos sobre os quais intervêm. Tais limitações derivam, em última instância, da complexidade dos fenômenos sociais com os quais lidam e das próprias limitações dos conhecimentos das disciplinas sociais sobre a sociedade. (SILVA; MELO, 2000, p.9).

O caminho para se lidar com problemas desta natureza, principalmente quando se toma o caminho do exercício concreto da formulação, execução e avaliação de políticas públicas é tomar o *policy cycle* como um campo estratégico de disputas de forças, projetos, propostas e ações onde estão presentes com forças, capacidades e graus de possibilidade de intervenção distintos os formuladores, os implementadores e a própria população alvo de um programa.

Porém, para nossos interesses em mãos aqui, não há como desconsiderar o fato de que a viabilidade e mesmo o sucesso de uma política pública está relacionada diretamente às informações sobre a realidade a transformar. Ou seja, existe uma relação crucial entre a maneira de ler, compreender e analisar o mundo o resultado em termos de ações para a intervenção. E aquelas ligam-se diretamente à maneira como as informações são construídas e a maneira como este conjunto de informações ganha um escopo mais geral sob a forma de um instrumento normativo, uma lei por excelência, onde são estabelecidos os princípios e os objetivos da política, seus instrumentos e mecanismos e demais condições para sua implementação.

Ou seja, a ênfase neste aspecto recai sobre o papel que desempenham as idéias e o conhecimento no processo das políticas, tomando-as como elementos endógenos da formulação, implementação e avaliação. Tomando idéias e conhecimento como

afirmação de valores, concepções de mundo e, conseqüentemente, roteiros estratégicos para enfrentamento dos problemas colocados em pauta, ou formação da agenda, como visto anteriormente, é crucial reconhecer a existência de redes de profissionais, *experts*, acadêmicos ou não que dominam as agendas das políticas a partir do reconhecimento de sua autoridade.

É possível afirmar que existe um paralelo evidente entre o processo de formulação das políticas públicas e a atividade de planejamento. Note-se a correlação de ambos, no sentido de que, ao contrário do que muitos sustentaram a partir do auge da tecnocracia dos anos 70, o planejamento não é uma atividade vazia de conteúdo político, critica esta formulada principalmente tendo como pressuposto uma falácia: aquela que procura transformar em mantenedor do *status quo* capitalista, qualquer tipo de planejamento.

Para finalizarmos esta parte do nosso trabalho, recorreremos a Souza (2002) em sua análise do que entendemos serem os desafios do planejamento hoje uma vez que trata-se, sem dúvida, da mais recente, sistematizada e propositiva análise à disposição em língua portuguesa.

A pergunta central, formulado por este autor é a seguinte:

[...] por que dever-se-ia excluir, a priori, a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua, material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social? (SOUZA, 2002, p. 6).

Duas ordens de questões, que se complementam, são acionadas para a formulação das respostas a esta questão.

A primeira, diz respeito à concepção do Estado, não apenas como um braço operacional da burguesia ou do capital, como querem

diversos teóricos e mesmo a visão do senso comum que permeia vários discursos esquerdistas e pretensamente marxistas.

Ao assumir uma leitura da sociedade e do Estado em particular, aquele autor coloca em primeiro lugar, no que concordamos plenamente, as contradições e conflitos permanentes, mas sempre datados historicamente em suas particularidades, que permeiam a construção da realidade. Daí ser possível perceber e operacionalizar uma concepção do Estado como campo de contradições e conflitos que em momentos específicos e sob determinadas contradições abre-se a uma ação não apenas reforçadora da dominação, mas sim para uma ação que aponte para mudanças mais ou menos profundas.

Em síntese, a questão colocada a partir das reflexões precedentes diz respeito à necessidade de questionar de uma maneira permanente o lugar em que as questões são formuladas e a maneira como o são. O sentido aqui é reconhecer as políticas públicas, em especial as formuladas para as cidades brasileiras também como disputa de formas de conhecimento, de discurso, de luta pelo poder e pelo conhecimento.

Longe da neutralidade científica em que muitas vezes prefere se encerrar, a elaboração de "visões" sobre a realidade no interior da Universidade traz, inevitavelmente, as marcas deste lugar, frente aos outros lugares da sociedade. Não basta, assim, afirmar-se crítico em relação ao Estado, por exemplo, se de dentro da Universidade fala-se também de dentro do Estado.

Há forte confluência desta "ótica" com o conjunto da produção acumulada até este momento nos trabalhos acadêmicos produzidos no Gasperr (Grupo Acadêmico "Produção do Espaço e Redefinições Regionais") e no Simespp (Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas), ou seja, nos lugares

específicos em que este próprio trabalho é formulado. Apenas a título de exemplo podem ser apontadas as reflexões de Melo (2004) sobre a produção do saber como ruptura e como criação de identidades, principalmente quando realizado dentro do ambiente universitário, e neste caso não há como diminuir a importância da produção que se realiza no âmbito da Geografia Urbana de Presidente Prudente que elabora um arcabouço conceitual apropriado à complexidade de uma realidade urbana não metropolitana.

Outro exemplo é a tese de doutoramento de Sobarzo Miño (2004) que além de consolidar uma leitura da produção do espaço como reprodução das relações sociais, analisa o público e o privado não somente em suas determinações presentes, mas também no seu potencial de mudanças futuras, apontando transformações permanentes nos espaços urbanos derivadas de lógicas de produção de um espaço público privatizado. Ou ainda a tese de livre docência de Sposito (2004) ao apontar, através da metáfora do “chão em pedaços” as rupturas entre formas e conteúdos dos processos de produção do urbano e das cidades no estado de São Paulo, em geral, e em realidades não metropolitanas em particular.

No mesmo sentido, a concepção de políticas públicas em formulação no interior do SIMESPP e apontada anteriormente aproxima-se desta visão e com ela compartilhamos as potencialidades de um processo de formulação de ações que, centradas em questões estruturais da sociedade em que vivemos, permite a elaboração de um campo de possibilidades de mudanças. Daí também, ser possível elaborar uma concepção de planejamento (e de gestão) que: (a) não centrada apenas e exclusivamente na ação estatal, incorpore outros e diversos atores sociais que manejem tanto do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista político, os instrumentais à disposição para a operação de transformações e (b) que coloque na agenda realidades urbanas não exclusivamente metropolitanas, o que

obrigatoriamente exige trabalhos de investigação que devem se acumular, apontando singularidades e comunalidades.

A segunda ordem de questões procura dar conta dos desafios concretos da atividade planejadora apontando para o sentido e a direção da formulação de políticas públicas. Mais que isso, procuram romper com o dualismo aparente entre análise e ação, ou seja, entre as concepções teórico-conceituais e a intervenção propriamente dita.

Mais uma vez, Souza (2002, pp. 37-41) aponta cinco desafios a serem superados, que apontamos como desafios assumidos neste trabalho e que devem, a nosso ver, ser objetos de vigilância permanente para aqueles interessados na análise e na ação sobre e na cidade.

Em primeiro lugar, criticando seja o autoritarismo da técnica por si mesma, seja o voluntarismo que faz recair na vontade política (ou na sua ausência) o potencial de transformação da realidade, há que se juntar conhecimento técnico e ação política como elementos não antagônicos. Este princípio é mais fundamental ainda no interior dos próprios lugares onde se produzem majoritariamente estas práticas sociais, ou seja, a análise e a intervenção: de um lado a universidade e de outro o poder público.

Em segundo lugar, lidar com o arsenal de técnicas à disposição sempre com o sentido de subvertê-las do uso apenas ratificador de um padrão, operacionalizando-as para novos usos e apropriações sociais. Novas leituras que desestabilizem conhecimentos dados, novas visões a respeito de velhos processos, novas interpretações que "rearrumem" consensos pré-existentes são sempre possíveis e desejáveis.

Em terceiro lugar, a partir da distinção entre agir instrumental e agir comunicativo de Habermas, assumir radicalmente a possibilidade

de enfrentar a realidade como uma totalidade complexa em que existe a possibilidade de diálogo e cooperação e não apenas de dominação e cooptação.

Em quarto lugar, operacionalizar este agir comunicativo como estratégia necessária para a qualificação do que se entende por participação popular ou, de maneiras mais amplas, a incorporação de atores sociais diversos que devem estar presentes necessariamente, com iguais possibilidades de ação/intervenção.

Por fim, em quinto lugar, inserir qualquer discussão ou ação derivada do campo do planejamento, em uma visão consistente de desenvolvimento, sem tomá-lo como caminho único e inexorável rumo a processos de mudanças sem sujeitos, mas como complexo processo de construção social, seja sintetizada na visão deste autor como autonomia (decorrentes de Poulantzas) seja, na visão de Sen (2000), que assenta suas bases na construção da liberdade.

Assim, pensar políticas públicas a partir das discussões acumuladas até o momento, significa no contexto deste trabalho aliar capacidade técnica de leitura da realidade às possibilidades políticas da intervenção, tomando-as como partes de um mesmo processo.

De um lado, não vale aqui a máxima do senso comum de que na prática a teoria é outra, na medida em que nem a formulação é apenas teórica e nem a implementação e a avaliação são atividades puramente práticas.

De outro, conhecer em profundidade a realidade sobre a qual deve se dar a intervenção, focalizando as estratégias da ação para aqueles que, como considerados a seguir, devem constituir-se nos pontos centrais de uma política pública urbana: o enfrentamento das desigualdades ali onde não são tão visíveis.

3. EXCLUSÃO SOCIAL: ELABORAÇÃO CONCEITUAL E SEUS NEXOS TERRITORIAIS.

3.1. O objeto e seus recortes

Precariedade, vulnerabilidade, exclusão, segregação, desfiliação, desqualificação, deslocalização são noções que passaram a fazer parte do arsenal analítico de grande parte das ciências sociais e procuram dar conta de processos ancorados no crescimento das desigualdades sociais a que se assiste nas últimas décadas, particularmente nos chamados países desenvolvidos. As mudanças em curso que, com dificuldade ainda, as diferentes ciências sociais procuram capturar e analisar são associadas, por sua vez, àquilo que veio se denominando de crise do mundo do trabalho, onde comparecem os profundos processos de mutação da produção capitalista, seus impactos sobre o mercado de trabalho e daí sobre os movimentos operários e sindicais em todas as categorias e países.

Localiza-se aí uma relação não trivial e que (em que pese não ser aqui o objeto central da análise) exige, todavia, uma intensa reflexão: a relação entre as diferentes manifestações de crise do e sobre o trabalho (desemprego de longa duração, aumento do trabalho temporário e de meio período, contratos por tempo determinado, estágios, “bicos” etc.) e processos de diferenciação social também com diferentes manifestações, que poderiam ser sumariados como situações de uma nova pobreza e de aumento das vulnerabilidades de amplos grupos sociais.

Se em um primeiro momento a constituição da sociedade salarial deixou de fora determinados grupos sociais que passaram a adquirir identidades como vagabundos ou marginais, como todo processo histórico as mudanças nas relações contratuais de trabalho,

nas últimas décadas, impuseram um redimensionamento daqueles que estão incluídos e dos outros, os excluídos.

A abordagem destes processos, porém, pode ser feita de diferentes maneiras e com diferentes referências teóricas e metodológicas. É possível, inclusive, apontar que as análises baseadas no instrumental teórico marxista, onde os conflitos de classe se objetivam socialmente foram sucedidas por olhares que privilegiam, a partir do subjetivo, a construção e destruição de identidades, as trajetórias pessoais, a ruptura de sentimentos de pertencimento etc.

Se não são inconciliáveis, observa-se pouco esforço de análises integradoras de referenciais individuais e coletivos, da construção de identidades e subjetividades a partir das vivências sociais e de marcos macro-estruturais.

Não são estes (a crise da sociedade salarial e as novas relações de trabalho ou a integração de leituras que privilegiam perspectivas mais ou menos objetivas de análise), entretanto, os objetivos deste capítulo, por mais importantes que sejam as tentativas nestas direções. A proposta de reflexão aqui é bem mais modesta e procura dar conta de questões que em algum momento possam colaborar com aquelas já apontadas.

Trata-se aqui, em primeiro lugar, de abordar duas obras publicadas na França nos anos 90 e só mais recentemente traduzidas para o português. São expostas, assim, as principais idéias de Serge Paugan, presentes no livro *“Desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza”*, publicado originalmente em 1994 e traduzido em 2003, e de Robert Castel em *“As metamorfoses da questão social. Uma crônica do trabalho”*, que teve sua primeira publicação em 1995 e sua primeira tradução em 1998.

Estes dois trabalhos e seus autores têm exercido uma grande influência na produção brasileira sobre o tema, transformando-se rapidamente em referências obrigatórias. Desnecessário afirmar as cautelas de se tomar estas referências sem atentar para as diferenças entre a realidade francesa e a brasileira.

Procura-se, ao analisar tais obras de uma maneira até mesmo exaustiva, os pontos de aproximação e de distanciamento dos autores e suas idéias que, em nosso entendimento vão além da questão meramente semântica (desqualificação ou desfiliação), situando-se em perspectivas analíticas distintas sobre os recortes a serem dados ao mesmo objeto de trabalho. Em particular estamos interessados em duas questões específicas: o uso (ou não uso) que fazem ambos da exclusão social, seja como noção, seja como conceito teórico e a vinculação traçada entre a chamada crise do trabalho e as novas formas de desigualdade e pobreza.

Em seguida, esboçamos os principais elementos que permitem uma "leitura brasileira" a respeito da exclusão social como ferramenta analítica que possibilite, a nosso ver, ao mesmo tempo, revelar os traços estruturais de uma sociedade marcada secularmente por intensas desigualdades e suas formas conjunturais que hoje se abatem sobre parcela não desprezível desta sociedade. Neste item, ainda, procuramos ampliar a discussão, incorporando não apenas as questões relativas ao denominado "mundo do trabalho", mas fundamentalmente aquelas ligadas à construção dos direitos e instalação de relações de cidadania em uma sociedade como a brasileira.

Por fim, na parte final analisamos as imbricações entre a exclusão social e o território. Esta tarefa se justifica na medida em que acreditamos ser o território elemento chave na conformação de tais processos. Os nexos que se estabelecem, e que deverão ser analisados, não aparecem por si só da análise. Acreditamos ser

necessário construir teoricamente as pontes que auxiliem produzir um conhecimento a respeito da pobreza, das desigualdades e da exclusão social na escala intra-urbana e, não menos importante, construir a escala intra-urbana como aquela em que se deve pensar uma política urbana eficiente, eficaz e efetiva para reverter tais processos, retomando as questões já discutidas no capítulo anterior.

3.2. A desqualificação: trajetórias pessoais rumo às periferias da estrutura social.

No último parágrafo da *Apresentação* do trabalho que se constituiu em sua Tese de Doutorado de 1994, Serge Paugam explicita de maneira clara os contornos gerais e estratégicos de seu esforços, os quais tomo como ponto de partida:

A intenção desta pesquisa é dupla. Corresponde, em primeiro lugar, à preocupação de estudar não a pobreza em si, mas de preferência as formas institucionais que esse fenômeno assume na sociedade francesa atual, tendo como ponto de partida a análise de fontes administrativas locais. Em segundo lugar, pretende também contribuir com o exame aprofundado das experiências vividas dessas populações que ocupam os últimos degraus da hierarquia social. A negociação do status e da identidade estabelecida com os assistentes sociais e as relações que se instauram entre essas populações quando residem num mesmo lugar são as dimensões com as quais parece-me heurísticamente fecundo tentar iniciar uma análise sociológica da experiência de desqualificação social (PAUGAN, 2003, p.79).

Considero que as chaves para a leitura e análise deste livro estejam presentes na citação acima e devem ser exploradas.

Em primeiro lugar explicita-se o recorte da análise quando afirma que seu objeto não é a pobreza, mas as formas institucionais que esta assume; em segundo lugar delimita como fonte inicial os registros administrativos que, como será visto, lhe permitirá classificar e

investigar a fundo indivíduos em diferentes posições sociais através de entrevistas; em terceiro lugar apresenta sua preocupação com as “experiências vividas” o que lhe permitirá investigar a construção de diferentes identidades sociais e, por fim, através do uso da expressão “desqualificação social” indica o conceito central de sua análise.

São estes os elementos sobre os quais nos debruçaremos aqui apresentando os percursos trilhados pelo autor e as proposições que nos coloca.

Para Paugan a pobreza enquanto objeto de estudo não passa de uma prénoção. Para dar conta desta afirmação, o autor argumenta que os estudos que procuram delimitar medidas, principalmente quantitativas, falham uma vez que as normas ou padrões de definição variam ao longo do tempo (sendo, portanto, históricas) e, poderíamos acrescentar, variam também em função do lugar ou lugares onde se faz a medição.

Mesmo assim, segundo Paugan (2003, p. 50-53) cristalizaram-se duas fortes proposições teóricas nos estudos sobre a pobreza: a teoria da “cultura da pobreza” que se aprofunda na investigação dos comportamentos incorporados às experiências de privação material ou simbólica e aquela que reputa ao sistema social a imposição de situações limitadoras.

Para fugir de tais interpretações, sem descuidar de que se conjugam sempre imposições sociais e maneiras específicas de como são introjetadas simbolicamente através da construção de identidades individuais e sociais específicas, propõe outra abordagem:

O que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que esse fenômeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio. Em outras palavras, pode ser heurísticamente fecundo estudar a ‘pobreza’ como condição social reconhecida e os ‘pobres’ como um conjunto de

peças cujo status social é definido por instituições especializadas de ação social que assim as designam (PAUGAN, 2003, p.55).

Tal enfoque é exaustivamente discutido e é deveras elucidativa uma citação de Albert Ogien, utilizada pelo autor:

[...] a designação 'pobre' não é nem uma pura nomeação, nem apenas a etapa inaugural de uma trajetória de marginalização. Para que uma designação tenha de fato sentido, tanto para os designantes como para os designados, é necessário que as conseqüências práticas associadas a essa designação se manifestem. Desse ponto de vista o 'pobre' só aparece porque se prende a uma relação de reabilitação posta em prática por um assistente social, e enquanto esse contato trazer, ao cliente, dividendos concretos (abertura aos direitos sociais, acesso a uma fonte de renda, obtenção de vantagens múltiplas); para o assistente social, deve trazer a certeza de que sua intervenção é necessária e frutífera (OGIEN, 1986, in PAUGAN, 2003, p.59).

A idéia acima coloca em discussão o fato de que a nomeação de algo, no sentido de lhe conferir identidade é o exercício de um poder, mas que nunca é unilateral, uma vez que necessita, para ser legítimo, de quem o legitime, justamente, no caso, daquele a ser nomeado e de que tais atos de poder são na maioria das vezes simbólicos e construídos historicamente.

O foco do autor volta-se, então, para uma investigação sobre como agem os serviços sociais, ou seja, o Estado em sua face do bem estar, sobre seu público alvo prioritário, ação esta que se inicia primordialmente, segundo Paugan pela própria definição e classificação dos pobres, em um país determinado, a França, e mais particularmente, através dos registros administrativos dos atendimentos em uma localidade previamente escolhida. É a partir destes registros que Paugan sai em busca para conhecer e entrevistar pessoas, mergulhando em seu universo social e individual e em suas trajetórias de vida.

Deste material o olhar do investigador faz emergir uma classificação, onde são agrupadas características comuns segundo os critérios da ação social sobre elas desenvolvida: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados.

A fragilidade corresponde a um primeiro estágio que se inicia através de "... experiências sociais dolorosas" que podem ser desencadeadas pela perda do emprego, dificuldades de retorno ao mercado de trabalho, a perda de moradia ou problemas de saúde ou ainda "... o fato de residir em uma *cit * (conjunto habitacional) degradada e socialmente desqualificada ..."(PAUGAN, 2003, p. 34).

A fragilidade constitui-se, assim, em um aumento da vulnerabilidade que pode, a qualquer momento, exigir que o indivíduo se torne dependente dos serviços sociais. Ou seja, mesmo que esporadicamente a eles se dirija para solucionar problemas temporários ou pontuais, essas pessoas crêem ainda em sua capacidade de se reerguer e lutam para isto, principalmente buscando aumentos em seus rendimentos ou estabilidade no trabalho.

Os assistidos são, por sua vez, aqueles que se encontram em rela o de dependência com os serviços estatais de assistência social. Aliam-se aqui a constata o de que não mais serão inseridos no mundo do trabalho e a necessidade de evitar a pobreza extrema. Desenvolvem diversas estratégias para aceitarem e lidarem com o *status* de assistidos, dentre elas justificativas que envolvem a necessidade da ajuda para os demais membros da família ou mesmo racionaliza es que tentam justificar aquelas situa es de assistência como socialmente válidas. Mesmo assim, como aponta Paugan, não deixa de ser notável que as estratégias utilizadas revelem também negocia es entre assistentes e assistidos para as defini es de critérios e padrões de comportamento que extrapolam os limites das leis e regulamentos.

Por fim, a ruptura aparece na situação dos marginalizados. O álcool e a droga são comuns neste segmento, bem como a forte presença de grupos etários jovens. Moradores de rua, ausência de relações familiares, impossibilidade de inserção profissional são elementos comuns aos vários casos analisados. Se a assistência social tem dificuldades para acompanhá-los (dada sua grande mobilidade), a própria legislação francesa impõem a residência fixa como condição para a ajuda. Mas não é incomum que as próprias pessoas nestas condições também rejeitem qualquer tipo de ajuda e Paugan localiza aí uma "inversão simbólica" do estigma: a distância dos serviços sociais mantém a liberdade dos indivíduos e evita que por comparação sua situação seja exposta como fracasso frente à valorização do sucesso individual.

A desqualificação social é, assim, um processo que não pode ser apreendido de maneira linear onde a fragilidade dá lugar à dependência e esta à marginalidade. Trata-se de uma experiência social negativa a ser aprendida por indivíduos, experiência esta que marca em cada indivíduo a construção das distâncias sociais, que se ampliam no tempo.

Expostas de maneira geral as principais idéias e conclusões a que chega Paugan em seu estudo nos resta esclarecer duas questões que nos parecem fundamentais: a primeira se refere ao peso que assume em sua análise as questões relacionadas ao trabalho e a segunda, sua visão a respeito da exclusão social.

De maneira clara, Paugam, logo nas primeira páginas, localiza a origem principal do processo de desqualificação social atual, que se refere, segundo ele "... à degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado ..." (PAUGAN, 2003, p.31).

Este ponto de partida não é explorado do ponto de vista da gênese dos processos recentes vividos pelo capitalismo, nos quais as alterações das relações contratuais e seus impactos sobre as organizações sindicais e movimentos operários se fizeram sentir.

Em diferentes passagens ao longo do livro, Paugan demonstra que está mais interessado nos impactos destas mudanças sobre os indivíduos e suas identidades, tal como na seguinte passagem, reproduzida a título de exemplo, de sua análise:

Com a perda do emprego, o operário não perde somente seu salário, mas também seu status de trabalhador, a maneira como organiza o tempo e o espaço, a sociabilidade nos cafés, suas relações com os companheiros no fim do dia (PAUGAN, 2003, p.36).

Ou ainda quando afirma que "O problema dos fragilizados é a incerteza ou a irregularidade da renda, desencadeando uma participação apenas parcial na vida econômica e social". (PAUGAN, 2003, p.64)

É a relação de trabalho que ao se deteriorar provoca o enfraquecimento paulatino das relações sociais e econômicas. E, por mais que reconheça não existir fatalidade neste percurso, demonstra que os mecanismos da assistência social francesa, dentre eles a Renda Mínima de Inserção que produz impactos positivos sobre a vida destes indivíduos, encontram-se aquém da velocidade de produção das rupturas econômicas e suas conseqüências nas negativas experiências vivenciadas por parcela crescente da sociedade.

Ao situar nas rupturas do "mundo do trabalho" o início do processo de desqualificação social, Paugan data sua análise e, mesmo com uma abordagem distinta, se integra a uma série de outros

analistas que vêm se debruçando sobre as transformações das relações salariais.

Porém, ao não localizar exclusivamente no plano econômico a (im)possibilidade da construção de relações sociais (tomadas aqui em seu sentido mais amplo), Paugan consegue reconstruir a própria participação dos atores na definição e construção de suas identidades enquanto desqualificados.

Vale a pena, reforçando este argumento, reproduzir as três principais conclusões a que chega Paugan ao final de seu livro:

que os atores sociais estudados participam, de certa maneira, da constituição e da redefinição de sua identidade social, ao aceitarem ou recusarem o processo de designação ou de rotulação, ou, em outras palavras, ao aceitarem ou se afastarem dos papéis sociais atribuídos a sua condição social objetiva e ao seu status;

que eles dispõem, mesmo sem dominar totalmente a situação, de uma margem de autonomia que lhes permite estipular individualmente sua inferioridade ou seu fracasso social;

que eles próprios, às vezes com a cumplicidade dos assistentes sociais, estabelecem infra-hierarquias dentro do seu espaço residencial ou do seu grupo de pertencimento, o que traduz, no âmbito das relações sociais, em estratégias de evitamento, de reconstituição das diferenças e, em certos casos, de inversão do descrédito na direção daquelas pessoas com as quais não querem mais ser comparados (PAUGAN, 2003, p. 282).

É este reconhecimento dos sujeitos, e a conseqüente negação de qualquer tipo de economicismo ou determinação macro-estrutural, que possibilita a construção do conceito de desqualificação como um novo aprendizado social no mundo contemporâneo. E daí também, não ser casual que durante todo o livro a palavra exclusão social seja citada poucas vezes, mas sempre com a indicação de um conteúdo bem delimitado. Senão vejamos.

A título de exemplo, podem ser citados dois momentos em que aparece a noção de exclusão social:

[...] se os mais desfavorecidos são afastados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho e das instituições oficiais, isso não ocorre porque se desinteressam pelos valores da sociedade em geral, mas porque, na ausência de renda estável, de poder e de instrução, reconhecem que suas chances de promoção social são comprometidas e que estão condenados a viver por mais ou menos tempo em um contexto cultural no limite da exclusão social (Paugan, 2003, p. 52).

Ou ainda, ao se referir aos marginalizados:

No limite da exclusão, eles devem se organizar para tentar reconstruir um espaço cultural tolerável ou tentar rejeitar essa situação objetiva humilhante (Paugan, 2003, p. 66).

Interessante perceber que em ambos os casos, *exclusão* vem acompanhada da palavra *limite*, o que se repete em várias outras passagens. A exclusão se afigura como uma possibilidade, mas uma possibilidade última. Uma situação liminar seria o último degrau a ser atingido.

Porém, como situação liminar a exclusão só pode ser atingida quando as outras situações forem ultrapassadas, isto é, para além da marginalidade, quando ocorresse o rompimento de todos os vínculos que unem os indivíduos a suas relações familiares/ parentais, comunitárias etc. E, além dos vínculos, fossem rompidas também as possibilidades de sua reconstrução, seja a partir de ações do Estado (com políticas de reinserção), seja pelo esforço próprio individual.

Na mesma linha de raciocínio de Paugan, poder-se-ia argumentar também que a exclusão seria uma situação na qual atores deixassem escapar até mesmo a possibilidade de reivindicarem para si, construïrem ou reformularem suas identidades. Mesmo pensando-se em uma situação limite de exclusão, outras investigações deveriam

ser ainda realizadas para aquilatar se e em que medida e com qual intensidade os excluídos assim se vêem.

De qualquer maneira, faz-se necessário reafirmar que esta formulação é localizada e datada: a França do fim do século XX.

3.3. A desfiliação: trajetórias sociais rumo à inutilidade pessoal.

A obra de Robert Castel, também resultado de sua tese de doutoramento, foi publicada originalmente na França em 1995 e três anos depois no Brasil. Nessa obra, o autor empreende uma ampla discussão histórica assentada em dois eixos de análise diferenciados, porém intimamente complementares: as mutações históricas das relações econômicas entre os indivíduos, em particular as relações salariais, desde o aparecimento do capitalismo como forma predominante de geração da riqueza e as configurações que assume, em diferentes momentos, a “questão social”.

Porém, impossível de não ser comentado, o interesse e o foco do autor não é a história destes processos concomitantes, complementares e mutuamente determinantes. Trata-se, outrossim, de revisitar o passado em busca das pistas do hoje, das *heranças e das memórias das heranças* que apresentam sua importância nas questões que diretamente lhe interessam: a crise da sociedade salarial e a “nova questão social”.

Se possível fosse, poderíamos assim sintetizar o centro do argumento *das metamorfoses da questão social*: as regulações historicamente construídas tendo o trabalho como centro (em sua versão de relação salarial) vem perdendo seu poder de coesão e integração da sociedade e, conseqüentemente, a maneira específica, contemporânea e insuficiente desta sociedade em assumir a questão

social como resposta a esta mudança e enquanto ação pública e estatal sobre aqueles a quem ela deveria proteger e integrar, explicitando "... o limite dos vínculos que permitiram a idéia mesma de posições não iguais, mas concepção mesma da igualdade, o fundamento de seu reconhecimento e de sua legitimidade." (RIZEK, 1989 apud CASTEL, 1998, p.19)

É a partir deste conjunto de questões que Castel estrutura seu livro em duas partes. Na primeira, reconstitui os primórdios de uma assistência social parametrizada por relações primárias de sociabilidade, isto é, a família, a vizinhança, a comunidade próxima. Este momento corresponde à consolidação do feudalismo e à expansão do poder da Igreja que introduz a figura do pobre como aquele que merece ajuda e assistência, indistintamente de sua capacidade ou não para ganhar sua vida por seus próprios meios.

Porém, as mudanças econômicas e demográficas levam ao aparecimento de um lado dos vagabundos e de outros dos proletários, tomados aqui no sentido daqueles que não conseguem se afirmar autonomamente em uma sociedade que ainda não generalizou o assalariamento como forma predominante das relações de trabalho. Aliás, Castel é hábil para mostrar o quanto esta condição, a de assalariado, ficava reservada àqueles para quem nada mais restava senão se entregar a esta forma (considerada, então) indigna de garantir sua sobrevivência, em uma organização social dominada pelos ofícios e pelas corporações e também questiona a própria formulação social conferida aos vagabundos enquanto indivíduos que pretensamente fugiam do trabalho como obrigação moral.

A vagabundagem aparece então menos como uma condição *sui generis*, do que como o limite de um processo de desfiliação, alimentado na origem pela precariedade da relação com o trabalho e pela fragilidade das redes de sociabilidade que são o lote comum de uma parte importante do povo comum do campo e da cidade (CASTEL, 1998, p. 128).

Mesmo nos primeiros estágios da introdução do capitalismo, por ele denominado de início da modernidade liberal, quando se generaliza o contrato de trabalho como forma dominante de vínculo entre uma classe de trabalhadores em formação e seus empregadores, sem qualquer proteção ou regulação que não as do mercado aparece, também, uma reação que tenta impedir que o trabalho e a força de trabalho se transformem em mais uma mercadoria entre todas as outras.

Não foram poucos os conflitos em torno desta concepção de um trabalho desregulado em um mundo em veloz constituição, atestando-os as lutas operárias, a formação dos sindicatos e de partidos políticos etc. Não foram poucos, também, os avanços obtidos ao logo dos séculos XVIII e XIX no sentido de se criar e consolidar um novo estatuto para o trabalho que vigoraria até o fim do século XX e que caminha passo a passo junto com uma nova formulação da questão social para esta sociedade da produção de riqueza em massa.

Castel, aos poucos, vai então reconstruindo

[...] a lenta emergência de uma nova formulação da questão social: a questão do livre acesso ao trabalho, que se impõe no século XVIII e que tem, então, um impacto propriamente revolucionário (CASTEL, 1998, p. 44).

Este processo de formação e consolidação de uma *sociedade salarial* é o objeto da segunda parte de seu livro. Em seus quatro capítulos, Castel retoma a construção das regulações que marcaram de um lado a expansão de garantias e direitos ao trabalho e de outro a generalização do assalariamento enquanto relação de dupla liberdade, tal como já apontado por Marx: a liberdade de vender a única mercadoria da qual é proprietário e a de estar “livre” dos meios de produção.

Os liames que soldam a relação entre seguridade e política de assistência social ao trabalho, primordial neste contexto, é garantida pelo Estado. E este é o alicerçador, ao longo do século XX desta sociabilidade regida a partir do trabalho: um novo “contrato social” no qual se redefine o centro e a periferia das relações sociais, que permite a Castel afirmar a existência do que denominará de zonas sociais de coesão/integração (onde se situam os trabalhadores, estatutariamente garantidos em seus direitos), zonas intermediárias de vulnerabilidade e zonas de desfiliação (para aqueles alijados das relações contratuais de trabalho).

O que há de novo hoje? O novo é que há uma inversão da tendência assistida até recentemente e este ponto crucial será retomado ao final: as zonas de vulnerabilidade avançam sobre as zonas de coesão (que perdem espaço) e ampliam-se as zonas de desfiliação.

Este, aliás, é o conceito central construído e utilizado por Castel. A desfiliação significa, antes de mais nada, um processo de ruptura (ou rupturas) dos vínculos que unem socialmente os indivíduos, seja em relação à família, à comunidade ou, mais recentemente, com as regulações destinadas a manter sua sobrevivência a partir do assalariamento.

Em uma primeira aproximação ao conceito, Castel se refere aos processos de ruptura das relações sociais primárias, inclusive para dar conta de tais processos em contextos distintos do atual. Reforça, assim, a idéia de que a desfiliação sempre existiu, modificando-se historicamente.

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo em relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o

pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção (CASTEL, 1998, pp. 50-51).

A partir deste ponto inicial, é possível compreender que a desfiliação é condição própria da vida social, assumindo conteúdos específicos em cada momento. Daí, sempre a necessidade de se perguntar, como o faz Castel: desfiliado em relação a que? Ou seja, a desfiliação é uma referência, uma posição, uma localização social em seu sentido negativo. Trata-se do não ser, o estar fora do padrão dominante vigente. Daí, também, que:

[...] falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social. Desfiliado, dissociado, invalidado, desqualificado em relação a que? (CASTEL, 1998, p.26).

O desemprego bem como as formas precárias de trabalho (jornadas de meio período, estágios, informalidade etc.) constituir-se-iam em, por sua vez, processos que desfiliam os indivíduos de um padrão dominante de vinculações sociais construídas historicamente, ou seja, a sociedade salarial dos séculos XIX e, principalmente, XX. Castel é peremptório ao afirmar que

Quaisquer que posam ser as causas, o abalo que afeta a sociedade no início dos anos 70 manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego (CASTEL, 1998, p. 513).

A desfiliação é, hoje, provocada pelo enfraquecimento da "condição salarial" e, mais ainda, do aparecimento de "trabalhadores sem trabalho" hoje e para sempre, tomados os modelos de hoje. Esta transformação, origem da desfiliação em massa atual, é no fundo um momento de transição (mais longo ou mais curto, dependendo do

analista) em direção a uma outra e nova configuração do trabalho e das relações sociais sobre ele fundadas.

Mas não basta constatar o processo e suas origens, inscrevendo sua análise a partir de uma leitura ampla das diferentes formas históricas de desfiliação. Há que se ter em conta que ao mesmo tempo operam em cada momento histórico, processos contrários de “refiliação” que tentam manter a coesão social (real ou simbólica), fundamento necessário à própria vida em sociedade.

Não atentar para estes processos de integração seria, inclusive, um caminho aberto a um economicismo que localizaria a análise apenas nas diferentes maneiras de integrar os indivíduos, produtivamente e pelo capital, à sociedade da produção.

Porém, antes deste ponto, seria já conveniente, marcar a distinção exposta por Castel (e que aqui nos interessa de perto) entre a desfiliação e a exclusão.

Para ele não se trata meramente de vaidade intelectual o uso de um ou outro conceito. A proposição de um conceito deve considerar a realidade a que quer se referir e, no caso, exclusão impossibilitaria a visualização de um processo mais amplo: nenhum indivíduo ou grupo social pode ser excluído e colocado à margem das relações sociais. A relação é definida pelo conjunto social: mesmo o mais afastado das relações sociais dominantes mantém relações com o centro destas relações. Todo e qualquer indivíduo, mesmo fora da sociedade salarial, continua realizando um conjunto de trocas sociais amplas. O que define o longe é o próximo.

Ao se referir, por exemplo, aos “inimpregáveis”, Castel explicita sua posição conceitual da seguinte maneira:

Encontram-se desfilados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. É por isso que dizer que a questão suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo salarial (CASTEL, 1998, p. 569).

Ou ainda:

[...] preferirei o (o conceito) da desfiliação para designar o desfecho desse processo. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo de uma sociedade dual, seria necessário que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa (CASTEL, 1998, p. 26).

Mais à frente, retornando o mesmo tema, Castel reafirma sua posição em relação ao uso de exclusão social: "[...] donde a moda da noção de exclusão, cuja indiferenciação vem recobrir uma infinidade de situações infelizes sem tornar inteligível seu pertencimento a um gênero comum" (CASTEL, 1998, p. 32).

O pertencimento a um gênero comum, o do desempregado, do "inempregável", do precário. Um gênero que deixou recentemente de constituir-se em exceção para caminhar a passos largos para se transformar em regra da existência social.

Talvez por esta tendência de se transformar em regra é que Castel, já ao final do livro, se utilize da exclusão como possibilidade de uma específica relação social, modelada de acordo para cada indivíduo, mas comandada por novos padrões de organização social

[...] a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada

como um todo. Não há ninguém fora da sociedade mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas [...] (CASTEL, 1998, pp. 568-569).

Por fim, faz-se necessário retornar à pergunta formulada anteriormente: O que há de novo hoje? Por que as zonas sociais de coesão e integração diminuem pela ampliação das de vulnerabilidade e desfiliação?

Não basta constatar as mutações nas formas de emprego e desemprego como origem da cena contemporânea de desfiliação sem precedentes históricos para um conjunto tão grande da sociedade. E aí reside, a meu ver, a grande contribuição de Castel que é proposição de que as formas de integração social gestadas e efetivadas no processo de constituição e consolidação da sociedade salarial não são mais capazes de regular a atual situação. As conexões entre a proposta de integração econômica dos indivíduos, as proteções sociais equivalentes e a ação do Estado se romperam.

O que é possível fazer para recolocar no jogo social essas populações invalidadas pela conjuntura e para acabar com uma hemorragia de desfiliação que ameaça deixar exangue todo o corpo social? (CASTEL, 1998, p. 34).

Há, então, uma nova “questão social”. Na verdade uma transição entre uma situação anterior conhecida e uma nova realidade ainda a ser inventada. Na medida em que as proteções disponibilizadas a partir do trabalho não atingem mais crescentes contingentes sociais, como enfrentar as vulnerabilidades de após proteções.

A resposta, na França analisada por Castel, foi o surgimento tímido no início e generalizado a partir dos anos 90 das políticas públicas de inserção em contraposição às políticas de integração.

As últimas são aquelas políticas públicas amplas e gerais que construíram a noção de direitos a partir do trabalho: a previdência, a

saúde pública, a educação etc. foram construídas a partir de uma idéia clara que trabalho e segurança social caminhavam juntos: o acesso ao trabalho garante renda e proteção social.

As transformações já explicitadas no âmbito do emprego colocaram, pois, em cheque, tal regulação. E quanto mais crescem os contingentes de desfiliaados e vulneráveis, menos a integração lhes oferece resposta.

Em contrapartida, as políticas de inserção são tópicas, pontuais e de resultados aquém dos esperados e propagados oficialmente, levando o autor a uma grande dose de ceticismo quanto à eficácia das diferentes modalidades e programas empreendidos na França (políticas territoriais, missões interministeriais, programas de garantia de renda mínima etc.).

As políticas de inserção vão se mover nesta zona incerta onde o emprego não está garantido, nem mesmo para quem quisesse ocupá-lo, e onde o caráter errático de algumas trajetórias de vida não decorre de fatores individuais de inadaptação (CASTEL, 1998, p. 542).

A não garantia do emprego como fim último de uma política que tenta reintegrar indivíduos a uma sociedade que ainda tem no emprego um forte e soberano valor social e individual é o que leva Castel a concluir que "... uma inserção 'puramente social' abre-se para um registro original de existência que cria um problema inédito" (CASTEL, 1998, p. 554).

O máximo que seria alcançado com políticas deste tipo, nas conclusões do autor, seria um estado de permanente reinserção até que novas formas de trabalho possam ser validadas socialmente, com seus equivalentes de proteção social. Afinal, tal como o conjunto do livro demonstra, o trabalho assalariado nem sempre foi a forma predominante de trabalho e nem está condenado a sê-lo.

3.4. A exclusão social: argumentos para uma leitura brasileira.

É grande a riqueza das contribuições apresentadas até o momento para a construção de um conceito de exclusão social. Porém, é de fundamental importância, também, estabelecer as condições impostas pela discussão anterior para seu avanço e que dizem respeito ao contexto em que foram produzidas. Melhor seria dizer em relação aos contextos, uma vez que são dois.

O primeiro diz respeito à realidade europeia, em geral, e francesa em particular, realidades estas inequivocamente marcadas por outras condicionantes, distintos processos históricos e, portanto, diferentes desdobramentos de futuro. Os padrões de desigualdades sociais ali encontrados e as maneiras concretas em que se manifestam dada a crise da sociedade salarial e os impactos das transformações tecnológicas, produtivas e de organização social delimitam de maneira distinta da América Latina e do Brasil em particular, os incluídos e os excluídos.

Se lá se trata, de maneira geral, de incluir de outras maneiras quem já esteve incluído, aqui trata-se incluir quem não nunca esteve incluído ou de diminuir as grandes distâncias que separam os diferentes grupos sociais.

Mas existe um outro condicionante a ser considerado. Não é possível desconsiderar que as formulações anteriores são pensadas a partir de um lugar específico: o meio acadêmico-universitário e os trabalhos que fornecem sustentação às teses defendidas por cada autor passaram pelo crivo da legitimidade intelectual sob determinadas condições e critérios.

Se isto não retira, obviamente, nenhum mérito das contribuições exige, por seu turno, a explicitação deste olhar incluído sobre as condições da exclusão. E mais que isto, exige o reconhecimento de que o processo de produção intelectual/acadêmico/universitária é também um processo de disputa conceitual, de disputa sobre formas distintas de ler o mundo, de conflitos entre o que é legitimado e o que não é legitimado. A este propósito, não é demais invocar a análise de Melo (2004) quando analisa a própria condição histórica da produção do intelectual e de seus saberes.

Os autores analisados falam das exclusões a partir de um dos lugares da inclusão, que é o lugar da inclusão cultural e educacional em uma sociedade que valoriza os saberes ditos científicos. E isto involucra a análise das políticas de inclusão formuladas pelo Estado desde o terreno de uma política de inclusão também formulada pelo Estado, a universitária, ponto este que deverá ser retomado em outras passagens da reflexão aqui desenvolvida.

No Brasil, da mesma maneira, observa-se de maneira cada vez mais intensa a utilização do termo exclusão social na formulação de discursos políticos, por parte da mídia e também por aqueles que, do ponto de vista teórico, tem se esforçado para sua formulação conceitual.

Porém, ponto a ser destacado, é que no Brasil o conceito de exclusão vem sendo cada vez mais associado à idéia da desigualdade e de sua permanência secular em nossa sociedade. Assim é que em um dos mais amplos panoramas deste debate no Brasil, intitulado "Notas ainda preliminares sobre a exclusão social. Um problema brasileiro de 500 anos" (VERAS, 1999), percebe-se claramente que a evolução do debate não deixa de lado a compreensão das relações de poder que

diferenciam, segregam e limitam amplas parcelas da sociedade brasileira do acesso aos resultados da riqueza socialmente gerada.

Assim é que, desde os seminais trabalhos de Lucio Kowarick (1979), nos anos 70, que se plasma a idéia dos espoliados urbanos como aqueles que não têm o direito de participar dos benefícios da urbanização; que com os trabalhos de Ermínia Maricato (1979) e Paul Singer (1980) aparecem as questões relacionadas à dimensão espacial das desigualdades nas cidades brasileiras via um mercado seletivo e segregador que condiciona o acesso à habitação e à cidade; que Milton Santos (1987) alerta para o peso do lugar na construção da cidadania; que Oliveira (1997) lança um olhar agudo sobre os processos de transformação mais recentes da inserção externa do Brasil no contexto mundial e seus resultados, no qual não cabem mais incluir as massas nem como produtores e nem como consumidores.

Voz diferenciada neste contexto é a de José de Souza Martins (1997) que ao analisar o conceito de exclusão afirma que sua utilização além de produzir e reproduzir relações marginais também cria um universo ideológico no imaginário social que é, em si mesmo, excludente. O conceito de exclusão é relativizado uma vez que o que se assiste é a uma inclusão precária ou marginal.

Porém, é possível localizar a partir dos trabalhos de Sposati (1997) uma preocupação diretamente relacionada à formulação teórica do conceito, bem como um avanço no trabalho de base empírica, desenvolvendo o Mapa da Inclusão/Exclusão Social de São Paulo. Pretendendo assumir o caráter relacional e multidimensional da exclusão social, Sposati sugere diferentes possibilidades conceituais, associando a cada uma sua definição e a maneira específica de recortá-la empiricamente, tal como demonstrado a seguir:

a) Exclusão estrutural: decorreria do processo seletivo do mercado, que não garante emprego a todos, gerando contínua desigualdade. A exclusão, aqui, encontrar-se associada a um modelo de desenvolvimento excludente.

b) Exclusão absoluta: decorrente da condição de pobreza absoluta de uma parcela crescente da sociedade. Trata-se aqui da privação, tomada em seu sentido material e não material.

c) Exclusão relativa: Sofrida por aqueles que possuem os níveis mais baixos de acesso e apropriação da riqueza social e das oportunidades historicamente acessíveis ao ser humano.

d) Exclusão da possibilidade de diferenciação: Decorrente do grau de normalização e enquadramento que as regras de convívio estabelecem entre os grupos de uma sociedade, não efetivando o direito de minorias. No caso, o padrão de tolerância/intolerância inclui ou não as heterogeneidades de gênero, etnia, opção sexual, opção religiosa, necessidades especiais etc.

e) Exclusão da representação: Grau pelo qual a democracia de uma sociedade possibilita tornar presentes e públicas as necessidades, interesses e opiniões dos vários segmentos, especialmente na relação Estado-sociedade.

f) Exclusão Integrativa: a exclusão é perversamente a forma de um segmento da população permanecer precariamente presente na lógica da acumulação, tal como anteriormente sugerido por Martins (1997).

Revela-se, assim, a enorme complexidade de situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu

conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

O conceito de exclusão social remete, com base na realidade brasileira, portanto, à discussão das feições e inter-relações entre pobreza e desigualdade em suas dimensões objetivas, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz sobre as facetas múltiplas do econômico, do cultural, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos.

Por fim, vale afirmar que a exclusão social está situada como questão relevante e ganha relevância enquanto problema a partir da esfera pública. As relações que produzem e reproduzem seja a pobreza, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado e a implementação de políticas que permitam reduzi-las ou mesmo erradicá-las não será factível sem a compreensão de que a igualdade (mas não a homogeneização) só ganha sentido quando formulada no âmbito público, tal como já explicitado.

Assim, por mais originais e seminais que sejam as obras de Paugam e Castel não há como deixar de notar que, sendo seu marco a construção social européia, particularmente a da França, o contraponto fica explícito. No Brasil a constituição de uma "sociedade salarial" (segundo Castel) sempre foi incompleta e o estigma da pobreza

(segundo Paugam) nunca deixou de ser naturalizado, até mesmo por aqueles considerados como pobres.

Isto é, dada a trajetória (já sobejamente analisada) que assumiu a constituição social brasileira, não há como não concordar com Kowarick, quando afirma que:

[...] aqui os desqualificados não são os assistidos, mas aqueles que constituem essa massa de trabalhadores autônomos ou assalariados, com rendimentos ínfimos, que vivem em precárias condições, não têm proteção social e que são estigmatizados como potencialmente perigosos (KOWARICK, 1999, p. 142).

A isto poderíamos acrescentar, ainda, as análises que dão conta das mudanças vividas pelo mercado de trabalho nas últimas duas décadas (aumento persistente do desemprego, sub-contratações, terceirizações etc.) que se sobrepõem ao quadro das desigualdades históricas apontadas.

Tais particularidades não impedem, entretanto, que possamos recortar das contribuições de Paugam e Castel questões que nos parecem fundamentais em um debate brasileiro sobre a exclusão social. Seleccionamos duas destas questões que nos parecem relevantes.

A primeira diz respeito à formulação de Castel quando afirma que o que define o longe é o próximo. E que, no conjunto das relações sociais estaríamos frente a um conjunto de posições, móveis a cada momento histórico. A adequação à sociedade capitalista europeia parece adequada, pois ali se constituiu um centro (a inclusão salarial, regulada pelo Estado) que referenciou as posições sociais. Porém, este não é o caso do Brasil. A centralidade do mundo de trabalho já nasceu, para citar apenas um exemplo, marcada por uma não centralidade (ou por uma exclusão), uma vez que é urbana e industrial, o que pode ser

apreendido pela análise das ações varguistas de constituição/regulação do mercado de trabalho brasileiro.

Em segundo lugar, argumento também a nosso ver válido em relação a Paugan, uma vez que não se trata de desvinculações sociais ou de rupturas de laços sociais: para cada indivíduo continua válido afirmar que permanentemente são criados e recriados tais laços e vínculos familiares, de vizinhança ou mesmo com o Estado (em suas múltiplas formas). Porém, tais relações, é possível afirmar também, mantêm-se restritas à órbita de um cotidiano onde não se encontram incluídas a construção histórica de direitos, frente ao mercado (o emprego) e frente ao Estado.

Assim, consideramos válido o esforço de construção teórica do conceito de exclusão social referenciando os contextos em que estão sendo produzidos tal conceito, uma vez que aqui não se trata apenas de um debate a respeito de terminologias ou a respeito de delimitar linhas que demarquem quem está dentro ou está fora do mercado ou da sociedade de maneira geral. Trata-se, a nosso ver, do desafio de sistematização de uma leitura que incorpore as dimensões do poder, das hierarquias sociais e da construção política da cidadania para amplas parcelas da sociedade e, sem abrir mão de aplicar esta mesma análise ao lugar em que tal conceito é produzido.

Aqui impõem-se uma breve parada apenas para comentar este lugar da produção deste conhecimento a partir de Chauí (2001).

[...] a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Sabendo-se das desigualdades presentes na sociedade brasileira, é possível saber também das desigualdades que permeiam e

impõem características próprias às condições da produção do saber no interior da universidade. Os mesmos mecanismos de poder e disputa, explicitados ou não que vigoram na sociedade, vigoram também na universidade.

Se isto é uma verdade presente a partir das condições em que este próprio trabalho é formulado, é verdade também que assumir e construir o conceito de exclusão e seus desdobramentos (que não são poucos) é um processo de disputa acadêmica, frente a outras visões e frente a outros conceitos, como se espera trazer à luz ao longo destas reflexões.

Retomando, a elaboração do conceito de exclusão social, a nosso ver, faz sentido enquanto um instrumento analítico que permite qualificar não apenas um olhar a respeito da realidade das desigualdades sociais, mas também e fundamentalmente a mobilização para a ação, seja estatal, seja social.

Portanto, o conceito de exclusão social somente pode ser construído e utilizado tendo como referencial um modelo de desenvolvimento. Ou seja, a partir do reconhecimento da construção histórica de uma sociedade que delimitou, através de mecanismos sociais (*latu sensu*) e, mais especificamente, econômicos, culturais, de gênero etc. uma estrutura social específica, onde encontram-se demarcadas as posições sociais, as distâncias entre cada grupo, segmento e/ou classe e também as possibilidades de tal modelo incluir/excluir parcelas maiores ou menores destes grupos/segmentos em cada momento.

Ao se constituir como processo relacional, a exclusão/inclusão somente pode ser analisada de maneira datada, de maneira a permitir que se observe as particularidades que criam as desigualdades e afastam e/ou aproximam os grupos sociais.

Em uma das mais instigantes análises recentes a respeito dos processos de exclusão social, Pedro Demo em seu livro intitulado “Pobreza da pobreza” (DEMO, 2003) procura analisar o “centro mais renitente da pobreza” que é a exclusão social e “denunciar a pobreza dos estudos da pobreza”.

O fundamental para sua formulação é constatar que “... entre nós, pobreza nunca foi residual, de um lado, e, de outro, sempre foi naturalizada como efeito indesejado de história sem atores e responsáveis” (DEMO, 2003, p. 282) e ainda que “Esta falta de percepção dialética tem levado a considerar os excluídos não só como ‘marginais’, mas como ‘supérfluos’ [...]” (DEMO, 2003, p. 284).

Para ele a “Pobreza não se restringe à carência dada, natural, mas inclui aquela produzida, por conta do confronto subjacente em torno do acesso a vantagens sociais, sempre escassas em sociedade” (DEMO, 2003, p. 38)

Ou seja, a perspectiva esboçada nos parece significativa uma vez que através da formulação do conceito de pobreza política, Demo procura resgatar os sujeitos sociais, historicamente determinados, sejam aqueles que são considerados pobres, sejam aqueles que produzem as situações de pobreza.

É no par dialético formado entre aqueles que não têm seus direitos sociais reconhecidos e que não usufruem das vantagens e benefícios coletivamente produzidos e aqueles que impedem que tais direitos sejam reconhecidos que Demo reconhece e examina a pobreza, particularmente no Brasil.

Pobreza, aqui, é compreendida como “processo de repressão do acesso a vantagens sociais relevantes” (DEMO, 2003, p.2).

Ganha relevância, nesta análise o aparecimento dos atores que produzem a exclusão, através dos mecanismos que produzem os padrões da inclusão. E estes, em uma sociedade assentada nos mecanismos de produção e reprodução capitalistas, são sempre insuficientes para serem generalizados e abarcar todas as parcelas sociais.

Portanto, se a “Pobreza não é situação linear de carências mal distribuídas, mas tensão não linear de oportunidades coibidas” (DEMO, 2003, p. 299), a cada momento histórico esta assume uma feição particular e específica, que precisa de investigação também específica. Porém, mais importante ainda, é perceber que se a cada momento se constrói a tênue “linha” que separa incluídos de excluídos (segundo padrões, normas, símbolos e ações), esta “linha” pode ser mudada, transposta, reconstruída. E assim o é.

É no confronto permanente entre pólos opostos, que se contradizem na disputa pelos bens socialmente produzidos, que é possível encontrar as verdadeiras causas da pobreza. É nas desigualdades de todos os tipos, mas principalmente aquelas que dizem respeito à capacidade e autonomia para disputar as “vantagens sociais” que se encontram as causas da pobreza. Ambas, pobreza e desigualdades, interagem e se reforçam mutuamente em um processo permanente de criação e recriação de desigualdades sociais.

É daí que o autor constrói sua análise da exclusão social, tal como sintetizado a seguir:

Exclusão social mais drástica não é só não dispor de bens materiais. É sobretudo não conseguir alçar-se à condição de

sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só acesso material, mas principalmente a autonomia emancipatória (DEMO, 2003, p. 36).

De maneira clara, o autor dissipa qualquer tipo de dúvida a respeito das concepções que tentam reduzir a pobreza a sua feição material, ou como querem muitos, de ausência ou precariedade de renda, principalmente os estudos que se aprofundam com a pretensão de delimitar linhas de pobreza ou indigência e mesmo aqueles que pretendem enfrentá-la às custas de políticas de cunho assistencialistas.

Não há, segundo Demo nenhuma novidade neste processo de confronto. “Os excluídos, reprimidos na margem, estão aí incluídos, fazem parte intrínseca da dinâmica contrária. Não há aí ‘dualismo’ (dicotomia estanque), mas dualidade dialética” (DEMO, 2003, p. 285).

Não é possível deixar de notar que qualquer análise dos processos de desigualdades e pobreza, devem considerar a tensão permanente de uma sociedade que cria e recria seus mecanismos de coesão e exclusão social em múltiplas dimensões (política, econômica, cultural, física, mental, subjetiva etc.), abrangendo sempre a “politicidade” de tais processos, isto é, a capacidade dos grupos sociais, segmentos ou classes intervirem na construção da própria realidade.

O poder, tomado aqui em seu sentido lato, como relação social que estabelece possibilidades e potencialidades constitui-se em centro da análise da exclusão, uma vez que:

As pessoas em sociedade não se justapõem de modo contíguo, mas se envolvem em trama não linear de poder, dentro da qual se polarizam em unidades de contrário. Ora mais sujeitos, ora mais objetos, nunca totalmente sujeitos, nunca totalmente objetos (DEMO, 2003, p. 33).

Ponto forte desta análise é que se a exclusão só ganha sentido quando formulada do ponto de vista social, isto é, do conjunto das tramas de poder que se constituem em uma dada sociedade, indicando o aceito e o não aceito, quem pode e quem não pode ter acesso aos bens sociais etc, a igualdade também.

As pessoas nascem 'diferentes', não desiguais. A desigualdade e a igualdade colocam-se no contexto social, já que toda 'relação social', sendo dialética, complexa, não linear, ambígua interpõem entre as pessoas linhas de força, campos de necessitação e repulsão mútua: para surgir o problema da desigualdade é mister o problema da igualdade e vice-versa, e sempre em sociedade ou na dinâmica da relação social (DEMO, 2003, p. 280).

Continua válido, a nosso ver, perseguir e prosseguir o/no caminho da investigação da exclusão social como estratégia de apreender a superposição de velhas e novas desigualdades no contexto da sociedade brasileira, particularmente quando se trata de utilizar este conceito para qualificar um olhar e uma ação direcionada à escala intra-urbana de nossas cidades.

Podemos, assim, sintetizar os elementos que devem estar necessariamente presentes na análise para a utilização do conceito de exclusão social ou, como querem alguns, presentes na própria formulação de um conceito de exclusão social.

Em primeiro lugar, só faz sentido o uso da exclusão social se neste uso estiver clara e presente a noção de que esta não se refere a indivíduos ou grupos sociais apartados das relações sociais. A exclusão social não é um mero estar fora ou desvinculado. Trata-se de uma relação de poder estabelecida socialmente. A exclusão social é, assim, relacional.

A exclusão social tampouco é um fato. Um dado da realidade. Ela diz respeito a um olhar do analista que busca os processos de diferenciação social que geram desigualdades e pobreza em suas múltiplas dimensões, como será visto em seguida. Tampouco, trata-se de uma inexorabilidade uma vez que, se é produzida socialmente no confronto entre desiguais, pode também ser revertida socialmente no confronto entre estes mesmos desiguais.

Tal confronto se dá em múltiplas dimensões, sejam elas econômicas, culturais ou também territoriais. Se a exclusão não se resume à carência material e diz respeito à disputa pelos “bens” que emolduram a construção da cidadania, se não se restringe apenas às relações salariais (ou à sua ausência), ela pode ser observada e apreendida em diferentes processos. Sempre onde houver uma relação de poder que distribua desigualmente acessos e oportunidades e/ou impeça sua melhor distribuição eqüitativa, ali se encontra um processo de exclusão social em curso. Isto é, um processo que impede a igualdade, não em seu sentido abstrato, mas como força concreta que se utilizando de mecanismos concretos produz relações sociais particulares.

Do ponto de vista de tal complexidade, não há como não se reconhecer que a exclusão social é, também, produzida por processos determinados e/ou originados em diferentes escalas. Ou seja, dada a complexidade dos processos sociais contemporâneos que entrelaçam o global, o nacional e o local (e outras escalas de ação e de análise) é possível afirmar que a exclusão social é processo multiescalar, no sentido trabalhado por Vainer (2001), Smith (1998 e 2000), Guimarães (2003) e Castro e Melazzo (2003).

Por fim, concordando com Costa (2001) é possível e necessária a utilização do conceito de exclusões sociais, na medida em que são

múltiplas as possibilidades de sua utilização como são múltiplas suas manifestações concretas.

Assim, é possível pensarmos que além da necessidade de incorporação destas múltiplas dimensões na construção do conceito de exclusão social, no Brasil em particular este conceito pode se transformar em uma poderosa ferramenta analítica que dê conta das desigualdades produzidas e acumuladas em seu processo histórico ao mesmo tempo em que possa ser utilizada para produzir as energias necessárias para a mudança.

Sintetizando, argumentamos a favor da utilização deste conceito em construção na medida em que permite uma abordagem relacional dos processos que produzem as desigualdades, que são múltiplos. Só é possível pensarmos a exclusão, pensando também a inclusão. No “modelo” de sociedade em construção (desde os anos 80 nos chamados países desenvolvidos e com breves exceções no caso brasileiro) a inclusão de pequenas parcelas de grupos, segmentos só se faz com a exclusão de grandes parcelas de grupos, segmentos sociais.

Daí, enxergarmos, ainda, neste conceito, seu conteúdo político. O que está em jogo são as possibilidades concretas de construir e demarcar os direitos coletivos e as práticas de cidadania no interior de uma sociedade, como a brasileira, que há muito vem naturalizando o debate em torno da pobreza (tomada como inevitabilidade ou mesmo como intervenção de forças supra-humanas).

Daí, também, a necessidade de partirmos sempre da análise do conjunto da configuração social atual para apreendermos as desigualdades como processo que, ao hierarquizar grupos sociais, cria e recria as distancias entre eles e estas, mais que distâncias mensuráveis apenas através da renda ou outros indicadores, são

distâncias entre possibilidades de manejo dos instrumentos do poder e dos acessos políticos, questões a partir das quais devem ser pensadas/formuladas, ainda, as políticas públicas.

3.5. Exclusão social e território: em busca de pontes para a intervenção.

As imbricações entre as exclusões sociais e a dinâmica territorial podem ser apreendidas por variados caminhos, desde aquelas que tratam de definir os diferentes lugares onde se materializam situações específicas de exclusão, até aquelas que buscam na própria produção do território as condições objetivas e subjetivas das trajetórias das exclusões sociais.

Elucidar estas imbricações significa, portanto, buscar os vínculos entre território e desigualdades ou, colocado de uma maneira mais direta, reconhecer que a produção territorial, enquanto produção social é processo não desprezível na diferenciação social.

Se em relação à polêmica em torno do conceito de exclusão social é possível encontrar uma verdadeira polissemia de termos utilizados, tais como pobreza, inclusão precária, vulnerabilidade, fragilidade etc., o mesmo ocorre no percurso da literatura mais recente que aborda tais questões em suas imbricações geográficas, particularmente quando se trata de analisar as desigualdades plasmadas no interior das cidades brasileiras.

O ponto de partida, a nosso ver, para a construção e explicitação destes “nexos territoriais” encontra-se estabelecido em Sack (1986), trabalho seminal que ao tratar da territorialidade a partir da análise da sociedade e não do comportamento animal/biológico,

assenta as bases para um reflexão que articula a análise do tempo, do espaço e do lugar. Assim,

Territoriality in human sense is best understood as a spatial strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling area; and, as a strategy, territoriality can be turned on and off (Sack, 1986, pp. 1-2).

Afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas. Ai explicita-se a conexão da territorialidade enquanto poder espacial, por mais que hoje, como será visto mais adiante, não se restrinja apenas à unidade das áreas. E mais, que pode ser utilizado ou não utilizado, enquanto estratégia de dominação.

Como contraponto, mas não de maneira oposta a esta idéia, é que Sen (2000), ao construir sua visão de que a liberdade é um produto social que deve condicionar os processos de desenvolvimento, aponta a idéia de que “o lugar faz a diferença”. Ou seja, ao tomar como ponto de partida de sua análise que um novo conceito de desenvolvimento deve ser produzido a partir de processos que promovam a ampliação da autonomia e da liberdade de indivíduos e grupos, reconhece que tal processo deve incorporar várias dimensões, dentre elas a dos lugares em que se situam tais indivíduos. Ou seja, que o controle da territorialidade é condição *sine qua non* em qualquer projeto de desenvolvimento.

Ao afirmar que “... a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza”, Sen (2000, p. 109) nos leva a refletir que uma das capacidades básicas a que vários agentes são impossibilitados de acesso é o próprio lugar e ao domínio de sua territorialidade.

Também para Koga (2003) o território não seria apenas um acidente de percurso. Ele é fundamental nas trajetórias de grupos sociais e também de indivíduos na configuração de situações de exclusão.

Como afirma Sposati no prefácio do livro de Dirce Koga (2003), sintetizando uma visão que informa vários debates brasileiros sobre o tema da exclusão social, "O território é fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social na medida em que expressa a distribuição dos bens civilizatórios direcionados à qualidade da vida humana" (KOGA, 2003, p.16).

O conceito de território aí colocado se aproxima daquele desenvolvido por Milton Santos, como uso e apropriação do espaço, espaço que constituído como um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 1996 (a) e (b) e 2001), em que não apenas se apreende as ações dos diferentes agentes que em suas relações sociais o produzem como espaço da vida, mas também e como contraponto, comparecem projetos antagônicos que o produzem como estratégia de dominação, principalmente econômica.

Koga (2003), ainda, ao se utilizar do conceito de lugar, chama a atenção para suas diferenças e para suas potencialidades. Esta ênfase nos "lugares" se justifica pela pretensão de medir os lugares diferentes dentro da cidade: quer criar 'medidas de cidades' para fugir das médias, para construir um novo olhar para os pedaços da cidade que são excluídos mostrando as relações com o todo da vida urbana. A exclusão social é, assim, também territorial.

Uma formulação bastante rica e interessante é a de Bourdieu (1997) quando, ao coordenar uma ampla investigação das diferenças e semelhanças que podem assumir para o morador da periferia, um operário em situação de desemprego permanente ou ainda para um

jovem do interior, com baixa escolaridade, as situações concretas de privação, pobreza, miséria e exclusão social.

Para Bourdieu há uma relação imediata entre o espaço social onde se localizam e se situam diferentes agentes sociais e seus territórios. Ou seja, na medida em que a sociedade é um conjunto de agentes que se definem mutuamente por relações de semelhança e diferenças, gerando a identidade de um sempre em relação à identidade do outro, o espaço físico ou o lugar, trata de incorporar e expressar os elementos e as características sociais hierarquizadas.

Assim, é que para Bourdieu “Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais ...” (BOURDIEU, 1997, p. 160). Ou ainda, quando afirma que “A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Os lugares, assim, são hierarquizados e se apresentam como um componente da própria hierarquização social. Mais que isto, reforçam também as posições e situações dos diferentes agentes sociais, na medida em que o uso contínuo deste espaço hierarquizado também é suficiente para produzir suas próprias hierarquias.

[...] a proximidade do espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem freqüentados (BOURDIEU, 1997, p. 164).

A polêmica, aqui, parece residir mais na concepção de espaço apenas como substrato físico ou palco onde se desenrolam os acontecimentos que acabam por condicionar/reforçar posições e situações sociais. Mas não deixa de chamar a atenção a concepção de

uma sociedade organizada de maneira hierárquica e não de maneira dicotômica.

Porém, posições semelhantes em relação à capacidade do espaço ou do território (dependendo da matriz teórica) assumirem papel não desprezível na configuração das relações sociais, seja do ponto de vista de sua produção ou de seu consumo, podem ser encontrados em vários outros autores que compartilham da perspectiva de que a exclusão social é também exclusão socioespacial ou territorial.

O mesmo sentido, mas de uma maneira mais clara e elaborada conceitualmente encontra-se na produção teórica em desenvolvimento por Haesbaert (2001, 2002, 2004) onde é possível uma aproximação à discussão bastante fecunda das imbricações entre exclusão social e seus nexos territoriais.

Há que se ressaltar que este autor compartilha das restrições já apontadas ao uso da exclusão social como um conceito, dado seu caráter amplo e genérico. Reafirma, então, em sua produção mais recente (HAESBAERT, 2004) a dimensão sempre relacional presente no uso do termo exclusão social e, para aquilo que o interessa, cunha a expressão "aglomerados de exclusão". Senão vejamos.

A formulação deste conceito exige a compreensão da visão de Haesbaert a respeito dos processos permanentes de territorialização - desterritorialização - reterritorialização. Esta tríade, já analisada pelo autor em trabalhos anteriores ao citado, é tratada como um recurso analítico que procura dar conta de diferentes dinâmicas territoriais contemporâneas que coexistem de maneira articulada.

O mundo atual, que sugere tanto a emergência do que muitos denominam um 'sistema' ou 'sociedade-mundo' quanto a ampliação dos processos de fragmentação, se estrutura assim em torno de um sistema complexo, onde, apesar de sua hegemonia, nem tudo pode ser atribuído à dinâmica das redes e da globalização. Como produto ou reação a esta, como

vimos, surgem 'fragmentações' que podem ir da exclusão extrema, atomizadora, aos territórios mais segregadores (HAESBAERT, 2001, p. 201).

O conceito de território tão caro à Geografia recebe tratamento detalhado, através da recuperação de distintas concepções teóricas e metodológicas, para possibilitar uma leitura do processo de construção, destruição e reconstrução dos territórios, conduzindo à formulação do território como um híbrido com múltiplas articulações, ou melhor capaz de produzir múltiplas territorialidades.

Tais dinâmicas territoriais abarcam desde situações nas quais o território é elemento constituidor central das relações sociais (no tribalismo ou através do Estado-nação, por exemplo), configurando o que denomina territórios zona, nos quais a continuidade territorial é central para a geração de identidades e para garantir a unidade político-administrativa, passando pela emergência dos chamados territórios-rede, formados por pontos e nós que se articulam através do acesso às novas tecnologias e de comunicação informatizadas, até situações de completa desterritorialização permanente (como no caso de mobilidades provocadas por guerras e perseguições de grupos sociais).

Importa ressaltar que tais dinâmicas territoriais são também dinâmicas sociais.

Partimos do princípio de que o espaço mundial contemporâneo se organiza multiterritorialmente em torno de três elementos ou manifestações geográficas concomitantes: os territórios-zona, mais tradicionais, prevaletentes na lógica política, especialmente no princípio territorial que rege os Estados-nações; os territórios-rede, majoritários na lógica econômica das grandes corporações globais, e aquilo que denominamos os aglomerados humanos de exclusão, espaços representativos da lógica excludente que relega muitas áreas do planeta a uma espécie de desordem sócio-espacial (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Os aglomerados de exclusão aparecem como uma forma radical de desterritorialização específica, seja a partir dos territórios zona (bem delimitados), seja dos territórios rede (nós e pontos, interconectados). Os aglomerados são ajuntamentos inconstantes e instáveis, sem identidades claras e marcados pela mobilidade e pela insegurança. Porém, são várias as nuances e as situações concretas de diferentes segmentos sociais que acabam submetidos a estes processos, em contraponto aos segmentos sociais que se desterritorializam a partir do acesso às redes que interconectam o mundo atual.

Devemos distinguir os aglomerados considerando: o nível de desterritorialização e seu caráter conjuntural e estrutural, os grupos sociais e culturais e o contexto econômico dentro dos quais emergem; suas formas de articulação como territórios e redes e as escalas geográficas em que ocorrem (HAESBAERT, 2002, p. 195).

Ou seja, haveria gradações em tais aglomerados, a serem respondidas apenas por pesquisas empíricas que revelem a origem e o resultado dos processos de desterritorialização. De qualquer maneira, os aglomerados de exclusão não se configurariam como isolados dos territórios e das redes (da mesma maneira como os grupos sujeitos a processos de exclusão social não estariam isolados da sociedade), mas sua caracterização decorreria do “[...] fato de que nele se cruzam uma multiplicidade de redes e territórios que não permitem definições ou identidades” (HAESBAERT, 2002, p.186).

Território, rede e aglomerado de exclusão constituem-se, aqui, em expressões historicamente datadas dos processos permanentes de territorialização –desterritorialização – reterritorialização.

Em seu trabalho mais recente, Haesbaert (2004) apura esta perspectiva e os aglomerados de exclusão passam a ser vistos como uma forma específica de reterritorialização, forma precária e também inconstante, mas forma territorial, por mais que a dominação e

apropriação no sentido de Lefebvre (2001) não esteja completamente presentes.

No centro da discussão proposta por Haesbaert encontra-se a reafirmação de que não há a diminuição do peso das mediações espaciais na sociedade atual, ao contrário daqueles que insistem em afirmar a morte do território. Ao realizar uma ampla revisão dos conceitos de território, chega a um conceito de território como um híbrido. Seu conceito de território é, antes de mais nada, relacional, uma vez que as relações espaciais são relações sociais.

Assim, podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial de poder, resulta da interação diferenciada entre múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (HAESBAERT, 2004, p. 93).

Para ele o território é ao mesmo tempo zona, rede e aglomerados de exclusão.

A imbricação entre exclusão social e desterritorialização parte do pressuposto de que ambas as noções incorporam sempre um caráter social multidimensional, dinâmico e que deve ser geográfica e historicamente contextualizada (HAESBAERT, 2004, p. 313).

Para o autor os aglomerados de exclusão são as expressões geográficas da exclusão social. Ou seja, os processos de exclusão encontram sua feição territorial através de ajuntamentos, amontoados, aglomerações onde predominam relações frágeis da população com seu espaço, seja do ponto de vista de seu consumo como espaço cotidiano, seja do ponto de vista de sua produção enquanto território.

Escolhemos a expressão 'aglomerados de exclusão' para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de 'desterritorialização' - ou de 'territorialização

precária' – a que estamos nos referindo [...] (HAESBAERT, 2004, p. 313).

Mas os excluídos não se constituem enquanto um grupo fora e apartado. Eles não controlam e não se apropriam do território. Daí sua condição de excluídos. Porém, como próprio conceito de território indica a existência de um poder que o instaura e o controla, este território onde vigora a exclusão social é instaurado e controlado muito mais “de fora para dentro” que “de dentro para fora”.

Encontra-se aí, a nosso ver, a grande potencialidade heurística da noção do aglomerados de exclusão: os territórios adormecidos ou precariamente produzidos ou ainda não apropriados por parcelas da população. Vale assinalar que para Haesbaert a escala predominante da análise é a regional, produzida pelos fluxos e deslocamentos de grandes parcelas de população desterritorializada, como também é preciso assinalar os processos que para ele movem tais segmentos, como a fome, as guerras, o preconceito étnico e mesmo intensas transformações econômicas, por exemplo.

Porém, para além de tais situações que podemos compreender como casos e situações liminares, que ocorrem em momentos bem delimitados do tempo e que atingem grupos sociais específicos e característicos, nos quais se referencia a análise de Haesbaert, o sentido que queremos emprestar à noção é outro.

Mais que uma situação de fatalidade e inexorabilidade de territórios onde a exclusão social predomina intensamente, por que predominam mecanismos específicos e visíveis, por que pontuais e delimitados, que tratam de gerar o distanciamento dos incluídos, construindo as desigualdades, os aglomerados de exclusão podem se referir também a vastas áreas no interior de nossas cidades produzidas por processos sociais de longa duração, diluídos na construção de um projeto urbano essencialmente excludente que se dá paulatinamente.

E que por ser um processo lento, acomoda mais facilmente e com menos conflitos aparentes tais desigualdades no amplo mosaico das cidades brasileiras.

Extensas áreas que necessitam ser ativadas, territorializadas, em outras palavras, onde se faz necessário gerar o protagonismo, a que Sen (2000) se refere como desenvolvimento com liberdade e a que Souza (2000) denomina de autonomia.

Constrói-se, assim, uma ligação entre a análise e a ação sobre tais territórios. Ligação esta que possibilita pensar políticas públicas enquanto intervenção (pública, mas não exclusivamente estatal) que gere vínculos entre as parcelas excluídas e seus territórios, que construa campos de força nos quais parcelas da sociedade se empoderem em relação a outras que já detêm o poder sobre seus territórios. Somente assim poderemos vislumbrar a produção de uma cidade mais igualitária.

Neste sentido, concluímos este capítulo analisando a obra de Raffestin (1993) e a escolha recai sobre "Por uma geografia do poder", livro no qual se constrói uma perspectiva do território como relação de poder. Para Raffestin:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Comparecem, neste conceito de território, três elementos a nosso ver que merecem destaque. Em primeiro lugar, um substrato material, base natural sobre a qual se dispensam trabalhos enquanto ações que criam, estabelecem e modificam o espaço. O território é, assim, uma produção a partir do espaço. Em segundo lugar encontra-se o fato de que esta é levada a cabo por atores sociais que delimitam, constroem,

destroem, alteram os territórios sempre em função de alguma intenção.

Emerge aí a questão do poder como elemento que confere sentido à ação de atores distintos que disputam os meios materiais e simbólicos de produzir e se apropriar do território. Por fim, importante salientar que o referido autor reconhece no interior de sua formulação, outros atores além do Estado neste processo permanente de produção/reprodução/apropriação do território. Neste aspecto ele procura avançar em relação ao nascimento da Geografia Política, percebendo outras organizações na construção territorial.

O sentido do agir e da apropriação são expressos pelo autor mais claramente em seguida: "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder" (RAFFESTIN, 1999, p. 30).

Este ponto de vista também é explicitado por Souza (1995, p. 28): "o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder".

O que é assinalado por este autor é o caráter flexível do que possa ser o território. Para ele, "o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)". Em outras palavras, territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Nos termos do autor, "...territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica" (SOUZA, 1995, p. 202).

Por fim, sintetizando para os propósitos que aqui nos interessam, o território produzido e consumido a partir das relações sociais só pode ser plenamente compreendido se em sua elaboração for incluído o fundamento dos processos sociais: as relações de exclusão e inclusão que permanentemente são repostas, reelaboradas e retrabalhadas como relações hierarquizadas de desigualdades sociais enquanto relações de conflito e poder.

A disputa pelo território, assim, é também disputa pelas posições sociais. E retomando, parcialmente, as questões trabalhadas no capítulo anterior, é também a disputa pelas políticas públicas no sentido que a aglutinação de grupos de interesses capazes de formular e disputar projetos de intervenção depende da leitura e formulação a partir dos fundamentos das desigualdades sociais que aproximam e afastam classes e segmentos sociais específicos, principalmente quando se trata das distâncias territoriais no interior do espaço urbano.

4. UMA VISÃO SOBRE AS CIDADES DE PORTE MÉDIO PAULISTAS NOS ANOS 90.

4.1. Pontos de partida

Os caminhos para analisar e intervir na cidade são múltiplos. São vários os paradigmas teóricos e metodológicos possíveis de serem seguidos. Além da variedade, é necessário apontar para suas recentes transformações, abrindo novas perspectivas de análises. Ou seja, mudam as maneiras segundo as quais os problemas são formulados, decorrendo daí, também, mudanças na construção de modelos de intervenção.

Entretanto, por mais que sejam múltiplas as maneiras de pensar a cidade e nela agir, não se trata, obviamente, de alternativas neutras que podem ser acionadas uma após a outra, compondo um “cardápio” de onde podem ser extraídas ações a serem implementadas. As discussões apresentadas nos capítulos anteriores procuram explorar justamente este ponto. A própria tomada de posição frente a estas questões encontra-se, indubitavelmente, condicionada por fatores como o contexto social e político que constrói as conjunturas onde a ação se contextualiza, como também a capacidade de apreensão da realidade e formulação de ações por parte de analistas e de responsáveis por políticas públicas.

Há, assim, de serem estabelecidos e explicitados os parâmetros que informam as leituras da realidade. É isto, em linhas gerais que procuramos fazer neste item: pontuar nossos pontos de partida para a apreensão e análise do nosso objeto, ou seja, formatar um campo de análise a respeito de determinadas cidades de porte médio do interior

paulista. Estes pontos de partida, a nosso ver, são dois. E serão a seguir apresentados brevemente.

Antes, porém, de abordá-los, faz-se necessário reafirmar a elaboração coletiva que marca tais pontos de partida. Sem a mínima pretensão de esconder a formulação de tais argumentos por detrás do acúmulo das discussões realizadas no interior dos grupos de pesquisa já citados, o Gasperr e o Cemespp, não é demais lembrar também a aposta neste tipo de trabalho no interior do processo de produção acadêmica, lembrando ainda que constituem-se em meio e estratégia poderosa para romper com individualismos.

O primeiro diz respeito à leitura da cidade enquanto resultante concreta do processo de urbanização, em sua dimensão demográfica, econômica e cultural (SPOSITO, 2004; CARLOS, 1992 e 1994; SANTOS 1993, dentre outros). A cidade é, aqui, então, resultante material do processo de urbanização que, em última instância, é um processo de transformação de relações sociais e espaciais. Transformação do rural em urbano, transformação do disperso em aglomerado, transformação do que inicialmente é resultado em um novo condicionante, isto é, a cidade por si mesma assume o comando de novas transformações que aprofundam a própria dinâmica da urbanização (LEFEBVRE, 2001)

O segundo elemento a destacar diz respeito às particularidades da urbanização brasileira e, portanto, das cidades brasileiras. Seja na escala da rede urbana, seja no que se refere à produção dos espaços internos da cidade, seja ainda em relação ao papel que cumpriram e ainda cumprem a terra urbana e o negócio imobiliário, seja enquanto ramo da economia, ou enquanto estratégia de acumulação ou patrimonialização da riqueza socialmente gerada, a rapidez da urbanização e a constituição de cidades marcada pela desigualdade são aspectos já bastantes analisados no âmbito da geografia, da sociologia, da arquitetura, do urbanismo e da economia.

Dados ambos os condicionantes que parametrizam nossa análise e retomando questões já explicitadas e analisadas anteriormente, é importante lembrar o peso que aqui assume a incorporação dos temas da desigualdade e da pobreza, enfeixados na discussão da exclusão social. Mais que partir em busca dos setores sociais vitimizados pela privação de renda ou emprego, assume-se aqui a necessidade de ampliar a análise através de uma análise relacional e multidimensional que tenta capturar, de maneira estática ou dinâmica (do ponto de vista temporal), os parâmetros que informam e condicionam as desigualdades presentes nas cidades sob análise.

Tal como também já elaborado no âmbito deste trabalho, a apreensão destas diferentes dimensões é fundamental, a nosso ver, para a qualificação do processo das políticas públicas e mais especificamente na sua fase de formulação.

Por fim, e retomando uma perspectiva estabelecida por Harvey (1992), são as práticas sócio-espaciais que dão forma e conteúdo à cidade e estas práticas estão delimitadas e determinadas pela estrutura social em sua permanente interação com a estrutura espacial.

Partindo destas premissas, este capítulo coloca em discussão o tema das desigualdades sociais e territoriais em cinco cidades paulistas de porte médio: Presidente Prudente, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba e Marília e seu objetivo principal é tentar apreender a existência de padrão ou padrões das estruturas sociais e espaciais possíveis de lhes conferir particularidade.

O primeiro passo, a ser desenvolvido no item seguinte, é a apresentação de indicadores gerais e bastante seletivos que permitam caracterizar estas cidades do ponto de vista de quem procura

elementos comuns e diferenças entre elas e o espaço do Estado de São Paulo, onde se encontram inseridas.

Em seguida, trata-se de buscar um marco de análise que permita aprofundar o conhecimento destas cidades. Neste ponto, procura-se explicitar a integração da questão urbana à questão social, tomando o crucial condicionamento das desigualdades no centro da formulação sobre a cidade. Os mapas da inclusão/exclusão social serão apresentados como guias para uma leitura destes espaços.

4.2. Caracterização inicial das cidades

O extenso estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR da Universidade Estadual de Campinas, intitulado Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, publicado em 2001, quando se refere ao sistema urbano do Estado de São Paulo, aponta que:

A principal característica da rede urbana do estado, nas últimas décadas, é o crescimento de um número considerável de cidades médias no interior, concentrando parcela crescente da população, muitas delas articuladas em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas (CARACTERIZAÇÃO, 2001, p.120. v 5).

A rede urbana caracterizada neste estudo aponta para o fato de que todas as cidades, aqui sob análise, podem ser classificadas como *aglomerações urbanas* ou *centros urbanos*, seguindo a classificação gerada no citado estudo. No primeiro caso, encontra-se São José do Rio Preto, Araçatuba e Bauru e, no segundo, Presidente Prudente e Marília. Tal distinção deriva das continuidades espaciais entre o primeiro grupo de cidades e demais cidades (menores) que as circundam e o relativo isolamento das duas últimas.

Ressalta-se, entretanto, que o ponto comum apontado é o desempenho de funções polarizadoras que tais centros urbanos desempenham, articulando (com maior ou menor contigüidade espacial) conjuntos de cidades em relações de subordinação ou complementaridade em diferentes aspectos da vida econômica e social dos entornos onde se encontram inseridas.

No mesmo sentido, o trabalho organizado por Andrade e Serra (2001 a, b e c), articulando parâmetros demográficos e econômicos também classifica as cidades sob análise como cidades médias e aponta para as mudanças recentes deste conjunto de cidades, transformações que as levariam a desempenhar novos papéis na rede urbana brasileira.

Observando-se a Tabela 1, a seguir, é possível perceber os ritmos diferenciados de crescimento populacional entre as cinco cidades consideradas e entre estas e os totais do Brasil e do Estado de São Paulo. Porém, é possível perceber, também, a paulatina convergência das taxas anuais de crescimento populacional para as médias do Estado e do Brasil. Trata-se, portanto, de uma dinâmica demográfica que, longe de ser particular, responde a processos mais amplos e estruturais.

Tabela 1 – Taxas de crescimento anual da população total e urbana – 1970/2000

	70/80		80/91		91/96		96/2000	
	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana
Brasil	2,78	5,44	2,12	3,45	1,40	2,18	2,03	3,02
São Paulo	4,09	5,55	2,38	2,92	2,01	1,67	1,63	2,22
Araçatuba	1,92	3,40	2,13	2,70	0,38	0,91	1,03	1,06
Bauru	4,15	4,93	3,63	3,77	2,41	2,49	2,01	1,99
Marília	2,40	4,10	2,94	3,67	2,05	2,69	2,77	2,78
Presidente Prudente	2,95	4,00	1,90	2,15	1,44	0,26	1,67	3,53
São José do Rio Preto	5,44	6,24	4,59	4,90	3,00	2,14	2,47	2,66

Fonte: Censos Demográficos – IBGE, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Organização: Everaldo Santos Melazzo

As informações acima podem ser complementadas com o indicador da taxa de urbanização encontrada nos municípios correspondentes, tal como expresso através da Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Taxa de urbanização – Brasil, Estado de São Paulo e municípios selecionados – 1970/2000

Taxa de urbanização	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	55,94	67,59	75,59	78,36	81,25
São Paulo	80,34	88,64	92,80	91,37	93,41
Araçatuba	80,02	89,98	94,58	97,05	97,16
Bauru	91,76	96,85	97,92	98,28	98,22
Marília	77,48	88,08	93,40	96,12	96,14
Presidente Prudente	87,60	94,72	96,82	91,53	97,91
São José do Rio Preto	90,21	94,89	97,07	93,44	94,08

Fonte: Fonte: Censos Demográficos – IBGE, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000.

Organização: Everaldo Santos Melazzo

As taxas de urbanização de cada município, desde 1970, acima das observadas para o Brasil e quase que sistematicamente superiores às do Estado de São Paulo são eloqüentes e dão conta da primazia do urbano sobre o rural, em suas mais diferentes dimensões. É patente, então, que nos casos sob análise estamos frente a realidades municipais comandadas por processos que são, eminentemente, urbanos.

A Tabela 3, abaixo, apresenta indicadores que refletem processos econômicos bastante dinâmicos (os dados encontram-se referenciados no município e não apenas em sua área urbana principal). Em primeiro lugar, observa-se entre 1975 e 1996 aumentos da participação do Produto Interno Bruto local, em relação ao total do Brasil, com exceção de Marília. Trata-se, assim, de municípios (e por extensão) de cidades que apresentam vitalidade econômica, ou seja, que de maneira geral ganharam participação nos processos de produção de riqueza ao longo do período.

Tabela 3 – Participação, taxas de variação anual e por setor do Produto Interno Bruto – 1975/1996 (em %)

	Participação no PIB nacional – em %				Taxa de variação anual do PIB per capita – em %				Taxa de variação anual do PIB por setor (75/96)		
	75	80	85	96	75/80	80/85	85/96	75/96	Primário	Secundário	Terciário
Araçatuba	0.16	0.13	0.17	0.25	1.30	3.48	2.99	2.70	-0.29	4.27	0.04
Bauru	0.19	0.19	0.19	0.31	3.56	-1.51	3.04	2.06	-0.27	2.94	0.49
Marília	0.27	0.12	0.11	0.09	1.63	-1.10	3.75	2.07	-0.67	1.47	0.50
Presidente Prudente	0.13	0.12	0.09	0.17	2.62	-4.46	5.42	2.32	-0.57	1.64	0.22
São José do Rio Preto	0.19	0.20	0.20	0.35	4.77	-2.26	3.08	2.18	1.03	4.05	0.78

Fonte: Andrade e Serra, 2001

Organização: Everaldo Santos Melazzo

Em relação à segunda coluna de dados é possível verificar ao longo do período (1975/1996) uma grande aproximação e semelhança no comportamento das taxas de crescimento e, com a exceção de Araçatuba, que apresenta crescimento positivo entre 1980/1985, os

movimentos de cada cidade ao longo de todo o período, obedecem às mesmas tendências, o que do ponto de vista econômico permite também inferir a presença de forças “extra locais” na conformação de tais espaços econômicos. Assim, a expansão da base produtiva, a capacidade de produção de riqueza, a complexidade das relações produtivas entre os setores e atividades em cada município e entre estes e os de outras localidades (regionais, no âmbito do Estado de São Paulo, nacionais ou internacionais) apontam processos semelhantes.

Por fim, quando tomados os grandes setores em separado, na terceira coluna, a mesma tendência volta a ser observada: com exceção do crescimento positivo do setor primário de São José do Rio Preto, quando nos outros municípios observa-se retração das atividades deste setor, são verificadas taxas de variação anual positivas para o setor secundário e para o terciário, sendo as do primeiro visivelmente superiores às do segundo. Mais uma vez, é possível ressaltar a vitalidade destas economias urbanas, particularmente no que se refere às atividades de transformação industrial.

Aliam-se, assim, a dimensão demográfica e a dimensão econômica apontando o importante papel que tais municípios, e mais particularmente suas áreas urbanas, desempenham não apenas no nível de seu entorno regional imediato, mas também em relação ao Estado de São Paulo e ao país. São, portanto, pontos importantes em uma complexa rede de cidades que cumprem papel não desprezível frente ao conjunto de pequenos municípios, outras cidades de porte médio e os espaços metropolitanos.

Os três conjuntos de dados apresentados até o momento permitem algumas conclusões preliminares a respeito das cinco cidades. Em primeiro lugar, a aproximação dos indicadores e seus

movimentos pelos períodos de tempo apresentados, indicam semelhanças em processos mais gerais, sejam demográficos, sejam econômicos. Mesmo partindo de patamares diferentes, patamares estes relacionados a histórias locais e regionais específicas e particulares, as cidades sob análise encontram-se inseridas nos mesmos processos mais gerais, estaduais ou nacionais. Em segundo lugar, que estamos frente a espaços econômicos dinâmicos e não estagnados, o que sem dúvida contribui para a geração e consolidação de um cenário positivo do ponto de vista dos papéis que estas cidades desempenham na rede urbana paulista e brasileira. Por fim, em terceiro lugar, seja pela atração de novas atividades econômicas, que criam sinergias positivas com aquelas previamente existentes, seja pela formação de uma imagem positiva que atinge inclusive o discurso da mídia a respeito do “novo lugar” da riqueza brasileira e a respeito dos diferenciais de qualidade em relação às metrópoles, é possível iniciar a compreensão dos papéis que as chamadas cidades médias passam a ter no cenário urbano brasileiro.

De fato, são bastante positivos e significativos diferentes indicadores sociais nestes municípios, quando comparados às médias do Estado de São Paulo e que podem ser tomados a partir da Tabela 4.

Tabela 4 – Indicadores sociais selecionados - 2000

	Taxa bruta frequência à escola	Taxa de alfabetização	% pessoas que vivem em domicílios com água encanada	% pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	% pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados
Estado de São Paulo	78,62	88,27	95,78	98,34	64,84
Araçatuba	85,35	93,70	99,21	99,70	72,22
Bauru	83,02	94,76	98,95	99,69	75,22
Marília	85,78	93,35	98,89	99,84	71,27
Presidente Prudente	89,58	93,81	98,43	99,79	69,63
São José do Rio Preto	85,55	94,61	98,62	99,86	68,49

Fonte: IBGE – Estatcart – 2000

Organização: Everaldo Santos Melazzo

Observa-se, portanto, comparando-se cada município com os totais do Estado de São Paulo, maior acesso e permanência na escola e, por extensão, maiores níveis de alfabetização, disseminação que alcança patamares de universalização para serviços como água encanada e energia elétrica, além de níveis mais elevados da presença de proprietários de terrenos e imóveis para moradia.

Estas observações podem ser corroboradas, também, pelos dados relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano, comparando mais uma vez os cinco municípios com os resultados observados para o Estado e o país, na Tabela 5, a seguir.

De maneira geral, em suas três dimensões, os índices revelam situações melhores nos municípios sob análise que para o estado de São Paulo e o Brasil e uma observação atenta acaba por revelar que ao longo do período ocorreram pelo menos dois movimentos distintos. Um primeiro que dá conta da aproximação dos indicadores, consubstanciado nas significativas melhoras que apresentaram para o Brasil como um todo. Um segundo, que aponta para o fato de que os municípios que apresentavam um ou outro indicador pior que a situação do Estado foram paulatinamente aproximando-se e ultrapassando-o. Ou seja, se ocorreu um movimento positivo nas condições de vida que se refletem diretamente nos indicadores medidos, tal movimento é mais intenso naqueles municípios que para as médias brasileira e estadual.

Tabela 5 – IDH M, longevidade, educação e renda – 1970/2000

	IDH M				IDH LONGEVIDADE				IDH EDUCAÇÃO				IDH RENDA			
	70	80	91	2000	70	80	91	2000	70	80	91	2000	70	80	91	2000
	Brasil	0,462	0,685	0,696	0,766	0,440	0,531	0,662	0,727	0,501	0,577	0,745	0,849	0,444	0,947	0,681
Estado de SP	0,643	0,728	0,778	0,820	0,480	0,547	0,730	0,770	0,615	0,674	0,837	0,901	0,834	0,962	0,766	0,790
Araçatuba	0,563	0,729	0,787	0,848	0,489	0,567	0,758	0,825	0,593	0,664	0,854	0,909	0,607	0,957	0,749	0,811
Bauru	0,663	0,743	0,791	0,825	0,533	0,565	0,753	0,758	0,655	0,702	0,858	0,908	0,670	0,957	0,763	0,810
Marília	0,547	0,732	0,774	0,821	0,440	0,580	0,729	0,773	0,581	0,659	0,840	0,908	0,620	0,956	0,754	0,782
Presidente Prudente	0,585	0,745	0,794	0,846	0,486	0,610	0,766	0,770	0,607	0,670	0,856	0,924	0,661	0,956	0,760	0,804
São José do Rio Preto	0,647	0,742	0,792	0,834	0,543	0,575	0,748	0,772	0,628	0,687	0,848	0,916	0,769	0,964	0,781	0,814

Fonte: IPEA/FJP/IBGE e PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – versão 1.0.0, 2003
 Organização: Everaldo Santos Melazzo

Aprofundando um pouco mais nos dados relacionados à renda, tanto no que se refere à sua composição, quanto em relação à sua distribuição, os indicadores apresentados, entretanto, requerem uma análise mais detalhada.

É certo, pela Tabela 6, a seguir, que a renda per capita de todos os municípios em 2000 é entre 1,5 a quase 2 vezes superior à do Estado de São Paulo. O mesmo comportamento pode ser observado em relação aos percentuais, sistematicamente menores, de pessoas que auferem uma renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 ao mês, ou seja, equivalentes a 1/2 salário mínimo vigente em agosto de 2000.

No que se refere à composição da renda, os municípios apresentam percentuais maiores, com exceção de Bauru, que o Estado quando se trata da renda decorrente de atividades do trabalho.

Tabela 6 – Indicadores de renda: composição e distribuição - 2000

	Renda per capita	% pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50	% renda advinda de rendimentos do trabalho	% renda apropriada pelos 20% mais ricos da população	% renda apropriada pelos 60% mais pobres da população
Estado de São Paulo	275,03	20,67	71,99	56,79	23,81
Araçatuba	503,17	11,33	74,04	67,75	17,18
Bauru	500,27	10,39	71,54	62,76	19,38
Marília	421,22	11,53	73,48	61,35	20,80
Presidente Prudente	482,62	11,98	72,60	63,80	19,27
São José do Rio Preto	512,01	8,07	74,68	60,52	21,14

Fonte: IPEA/FJP/IBGE e PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - versão 1.0.0, 2003

Organização: Everaldo Santos Melazzo

Entretanto, os dois últimos indicadores que se referem à distribuição da renda apresentam comportamento inverso. A renda apropriada pelos 20% mais ricos da população é maior em todos os municípios e, pelo contrário, a renda apropriada pelo 60% mais pobres é sistematicamente menor. Começa, assim, a despontar os movimentos inversos: enquanto a capacidade de se urbanizar e produzir riqueza é maior nestes municípios que no conjunto, a distribuição desta riqueza é ali mais concentrada.

Os dados da Tabela 7, na página seguinte, corroboram também esta conclusão. O índice de Gini (que varia entre 0 e 1, em uma escala crescente da concentração da renda) apresenta crescimento entre 1991 e 2000, para o Estado e para os municípios. Porém, observa-se ainda que apenas Marília apresenta uma variação menor que a do Estado, sendo a de Presidente Prudente igual e as dos demais municípios superiores àquela.

O mesmo comportamento pode ser observado para o percentual da renda apropriada pelo topo superior da pirâmide de distribuição e também pelo percentual da renda auferida pelos 40% mais pobres, da base da pirâmide. Araçatuba, Bauru e São José do Rio Preto apresentam resultados piores que os do Estado, enquanto Presidente Prudente e Marília resultados, também piores, porém com menor intensidade.

Tabela 7 – Índice de Gini e outros indicadores de concentração de renda – 1991/2000

	Índice de Gini		Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população (%)		Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
São Paulo	0,56	0,59	44,38	47,61	10,18	8,67
Araçatuba	0,55	0,63	45,72	54,17	11,18	8,36
Bauru	0,52	0,59	41,52	47,03	11,48	9,07
Marília	0,55	0,57	45,72	45,77	11,05	10,14
Presidente Prudente	0,56	0,59	45,58	48,58	10,47	9,11
São José do Rio Preto	0,50	0,56	40,53	44,38	12,78	10,20

Fonte: IPEA/FJP/IBGE e PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - versão 1.0.0, 2003
Organização: Everaldo Santos Melazzo

Sem dúvida, as informações apresentadas e cotejadas, através dos conjuntos de indicadores selecionados, não são triviais. Mesmo frente a um comportamento demográfico de intensa urbanização, com uma economia urbana que ganha capacidade de produção de riqueza material, dinamicamente assentada no peso crescente do setor secundário e com indicadores sociais melhores que as médias brasileira e paulista, estas cidades apresentam um perfil mais concentrado da renda que no restante do Estado ou pelo menos bastante próximo.

Se tais cidades, como várias outras denominadas cidades médias, quando olhadas de longe se apresentam como pontos da rede urbana brasileira que se contrapõem às metrópoles como lugares dinâmicos, capazes de atrair a atenção pelas melhores condições de vida, inclusive com a oferta crescente de “bons empregos”, como espaços da segurança e da modernidade (tal como são comuns as referências da mídia), por outro lado novos olhares permitiriam a apreensão de uma realidade um pouco distinta daquela. Se na mídia e

nos discursos políticos e em alguns casos até mesmo acadêmicos, a cidade média comparece como a antítese da metrópole, quiçá naquelas realidades urbanas a tônica seja a convivência dissimulada das contradições e a falsa impressão de um espaço homogêneo.

Parte-se, então, em busca de pistas que permitam a leitura destas contradições, elaborando uma análise não homogenizadora, e que não se contenta apenas em olhar para o município (tal como, por exemplo, em CAMPOS et. al., 2003), mas sim buscar no interior do espaço urbano que o comanda e organiza.

É em busca da compreensão destas realidades, vistas sob a ótica dos espaços sociais e dos territórios urbanos destas cidades que os itens seguintes propõem uma elaboração teórica e metodológica que parte da construção de estratégia de apreensão das clivagens e desigualdades presentes nas cidades sob análise, com o objetivo de desvelarmos sua estrutura social em seus diferentes territórios das desigualdades.

Muda-se, assim, a escala de análise. O intra-urbano é escolhido não apenas do ponto de vista das ferramentas analíticas que disponibiliza para a leitura dos territórios de uma determinada área urbana, tal como se utiliza, por exemplo Villaça (1998), mas também do ponto de vista das relações sociais intrínsecas a uma sociedade urbana, que se dão fundamentalmente no interior do espaço urbano

4.3. As situações de exclusão/inclusão social

O objetivo deste item é apresentar e discutir os mapas da exclusão/inclusão social como roteiros para a leitura dos espaços urbanos das cidades sob análise.

Esta maneira específica de olhar a cidade, que coloca no centro das preocupações indicadores que procurem revelar as características específicas sobre como se articula a qualidade de vida nos diferentes espaços intra-urbanos, que identifica a realidade social e econômica e ambiental dos diferentes espaços que compõem o território da cidade, que focaliza as áreas e regiões da cidade a partir de dados que permitem relacionar cada uma delas entre si e com o conjunto das áreas, permite formular uma visão abrangente destas cidades que coloca em primeiro plano as relações de diferenças e desigualdades em seu interior.

Esta é a perspectiva a ser aqui explorada. O mapa como instrumento de leitura da realidade, indicando o “o que” e o “onde”, cria uma visão da cidade que é espacial e relacional.

Mais uma vez aqui, vale uma palavra sobre a elaboração coletiva deste material pelo grupo Cemespp. O Atlas “Exclusão/inclusão social no interior paulista”, elaborado em 2004, contém mapas e análises de 21 cidades de São Paulo.

Foram utilizadas 10 variáveis, extraídas do Censo IBGE 2000. Para cada uma delas foi elaborado um mapa específico em que cada setor censitário recebeu uma nota de acordo com a variável. Tal nota, ao mesmo tempo, reflete a hierarquização do conjunto dos setores. Em outras palavras, do melhor ao pior ou do menos grave ao mais grave.

Os indicadores elaborados foram os seguintes:

- demográficos: habitantes por domicílio por setor censitário e chefes de família de 10 a 19 anos (total em relação ao setor censitário);
- ambientais: domicílios sem banheiro (total em relação ao setor censitário), domicílios com 4 banheiros ou mais (percentual

sobre o total de domicílios do setor censitário) e domicílios ligados a rede de esgoto (percentual sobre o total de domicílios do setor censitário);

- econômicos: chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos (total do setor em relação ao total da cidade), chefes de família sem rendimento (idem ao anterior) e chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos (idem ao anterior);
- educação: analfabetos de 10 a 14 anos (percentual do setor em relação ao total da cidade) e chefes de família com baixa escolaridade (até 4 anos de estudo) (idem).

Cada um dos indicadores acima acabou por gerar uma “nota” para cada setor censitário, compondo uma hierarquia dos setores de acordo com sua posição em relação ao conjunto de setores. O conjunto das notas (somadas e hierarquizadas de acordo com sua distribuição relativa ao conjunto), gerou por sua vez o mapa final.

O mapa final (Análise Espacial da Exclusão Social) reflete esta perspectiva: ao sintetizar o resultado de cada variável em cada setor censitário, indica o mosaico em que se compõem a cidade, indicando os “melhores” e os “piores” lugares, sendo que um só existe em relação ao outro, isto é o próprio padrão intra-urbano da distribuição dos indicadores que gera a hierarquia dos setores.

Não por acaso, indica também as áreas de atuação prioritárias para as políticas públicas de enfrentamento da exclusão. Além disto, como todos os outros mapas também podem ser tomados como instrumento para avaliar a evolução temporal dos fenômenos/variáveis e mesmo os resultados/impactos de cada política pública em particular.

Alguns breves comentários a respeito de algumas das limitações de tais mapas para a uma leitura dos espaços urbanos devem ser feitos: O primeiro refere-se à unidade setor censitário que, em alguns casos, abarca áreas urbanas não parceladas. Isto acaba por apresentar grandes extensões de áreas que baixa ou nenhuma ocupação, mas que aparecem no mapa, provocando em uma leitura apressada a possibilidade de superdimensionamento de tais áreas frente às demais. Procuramos sanar esta limitação superpondo aos setores censitários o arruamento de cada cidade. O segundo diz respeito ao fato de que em alguns casos específicos as variáveis trabalhadas e os indicadores elaborados dizem respeito a pequenos números, ou seja, a ocorrência de determinado dado em um setor é pequena. Chamamos a atenção, sempre, para os dados relativos. Isto é, indicando a ocorrência seletiva e diferenciada de tais dados no espaço intra-urbano.

Vejamos, então, os resultados de tais procedimentos em relação às cidades sob análise, procurando verificar a maneira específica em que estão dispostos e se articulam os diferentes espaços intra-urbanos.

A primeira cidade é Araçatuba e através do Mapa 1, na página seguinte, são visualizadas as áreas em cores mais claras, ou seja, as áreas de inclusão social ocupando uma porção específica e bem delimitada do espaço urbano. A porção centro-sul é, inegavelmente, aquela que detém, em relação às demais, os melhores indicadores mapeados, enquanto as áreas de baixa e média exclusão formam um cinturão ao seu redor.

A desigualdade começa se revelar em um padrão espacial bem delimitado, inclusive quando são adicionadas à análise as áreas de exclusão (em vermelho). Percebe-se que, além de seu pequeno número, em relação às demais, estão afastadas das áreas de inclusão

e bem delimitadas do ponto de vista espacial, isoladas uma da outra, não formando áreas contínuas.

A concentração de tais setores nas extremidades a oeste e leste indicam, assim, uma forte segmentação do espaço urbano. Segundo a Tabela 8 seguinte, enquanto podem ser classificados como excluídos apenas 6,83% dos setores, estes abarcam mais de 10% da população e mais de 9% dos domicílios da cidade.

MAPA 1 -

Araçatuba INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Análise de situação

- Inclusão social
- Baixa exclusão social
- Média exclusão social
- Alta exclusão social

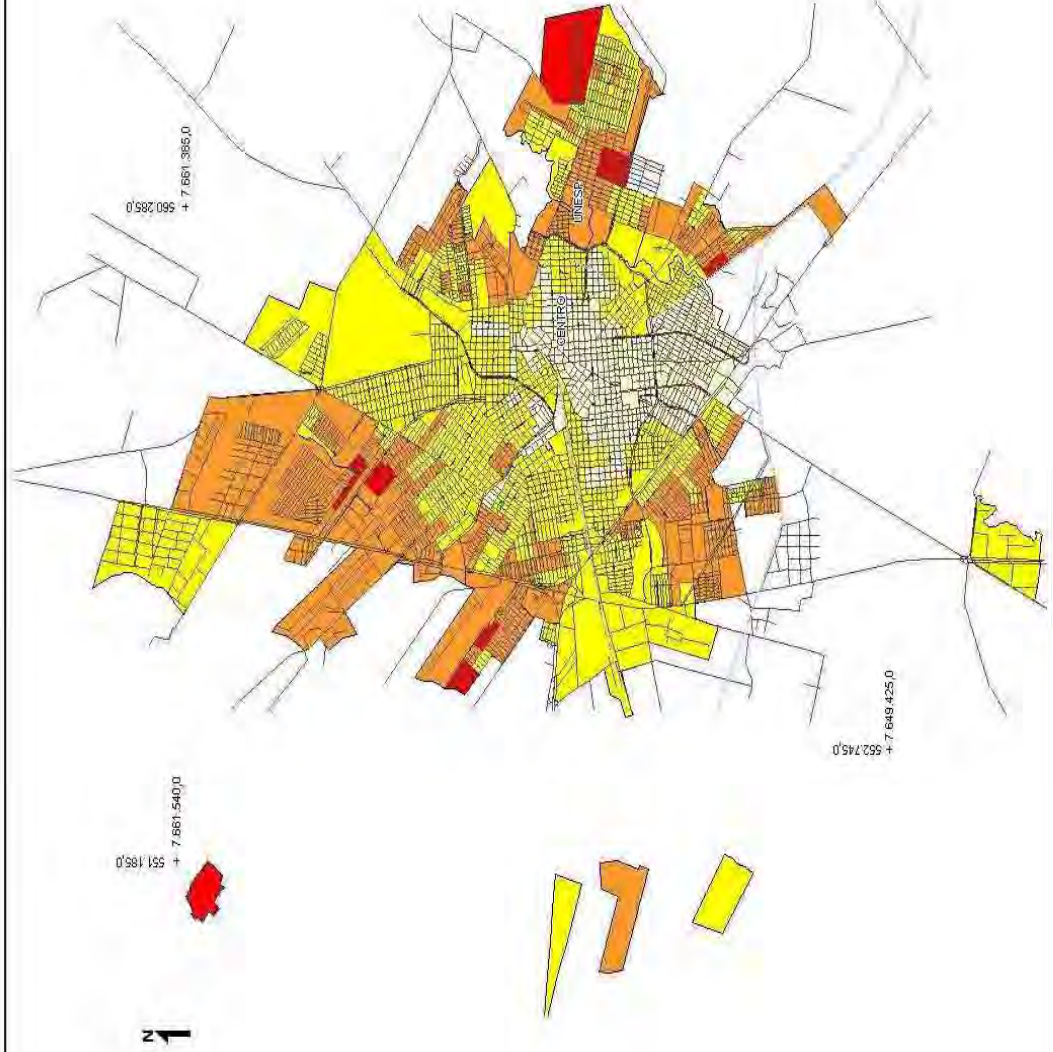
- () Número de setores censitários
- Limite do setor censitário

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento
da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Financiamento: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária.
Apoio: FCT/UNESP.
Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 85.000

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



**Tabela 8 – Síntese dos setores, moradores e domicílios,
segundo a hierarquização dos setores censitários
Araçatuba - 2000**

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	28,42	22,30	24,09
Setores Intermediários	64,75	66,97	66,20
Setores de Exclusão	6,83	10,73	9,72

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

Assim, é possível afirmar que em Araçatuba, se do ponto de vista do número de setores censitários, do percentual de moradores e domicílios, aqueles considerados como de exclusão são poucos, do ponto de vista espacial a delimitação, a posição e a relação com os demais acaba por apresentar uma forte situação de diferenciação e segmentação.

O Mapa 2, a seguir, apresenta a cidade de Bauru. Ao contrário da cidade de Araçatuba, o número absoluto de setores de exclusão é maior, e distribuem-se por diversos setores da área urbana, com exceção da porção centro-sul. Observa-se, ainda, a formação de áreas contínuas de exclusão na porção noroeste.

Os setores intermediários de baixa e média exclusão estão dispostos ao redor da área central do mapa, que corresponde também às áreas centrais da cidade. Nestas predominam os setores de inclusão, por mais que apareçam também setores de baixa exclusão.

Mais uma vez, observa-se uma configuração espacial onde o centro apresenta os melhores indicadores e as periferias (com exceção da sul) apresentam os piores indicadores e a Tabela 9, a seguir, demonstra a síntese da hierarquização dos setores.

MAPA 2 -

Bauru INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

- Análise de situação
- Inclusão social
 - Baixa exclusão social
 - Média exclusão social
 - Alta exclusão social
- Limite do setor censitário

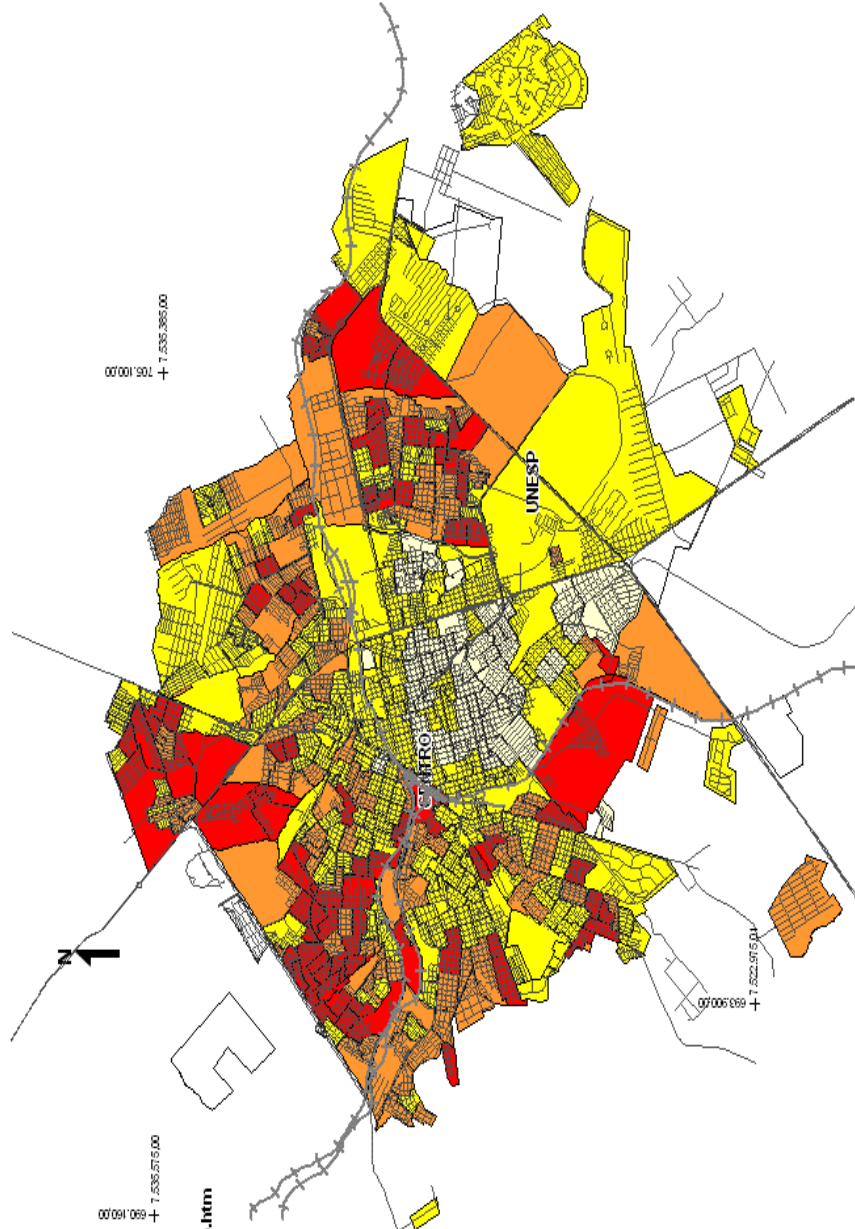
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação
e Mapeamento da Exclusão Social
para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Financiamento: PROEX
Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

Apoio: FCT/UNESP.
Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 80000

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



**Tabela 9 – Síntese dos setores, moradores e domicílios,
segundo a hierarquização dos setores censitários.
Bauru - 2000**

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	36,40	30,51	33,35
Setores Intermediários	61,80	66,79	64,30
Setores de Exclusão	1,80	2,71	2,35

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

Se do ponto de vista quantitativo, no Mapa, é grande o número de setores, observa-se que percentualmente não chegam a atingir 2%, sendo que o número de moradores de tais áreas e os domicílios também apresentam baixa expressão quantitativa.

Porém, há que se ressaltar do Mapa, ainda, que a disposição das áreas de exclusão, em oposição às de inclusão, é bastante ilustrativa de um padrão de organização segmentado do espaço urbano, revelando uma cidade onde às distâncias espaciais, somam-se as distâncias sociais do par exclusão/inclusão. A percepção, inclusive, de fragmentação aqui é mais forte que em Araçatuba, na medida em que se observa a presença de conjuntos contínuos de áreas semelhantes.

A próxima cidade é Marília, que apresenta um sítio urbano, peculiar e bastante diferenciado, dados os paredões rochosos que funcionam como barreiras da expansão urbana e limites espaciais presentes na diferenciação de áreas e bairros.

MAPA 3 –

Marília INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Análise de situação

- Inclusão
- Baixa exclusão
- Média exclusão
- Alta exclusão

() Número de setores censitários

Limite do setor censitário

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP.

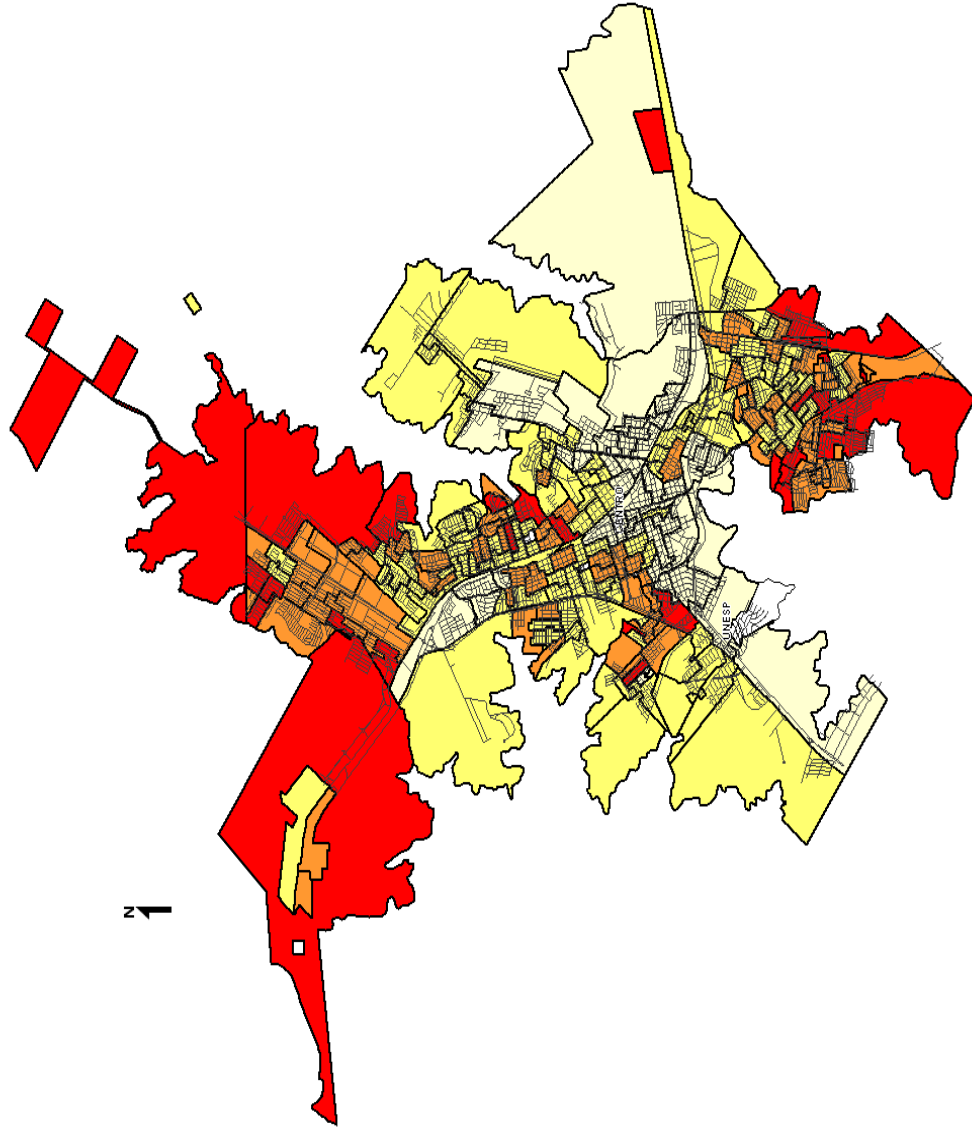
Financiamento: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária.

Apoio: FCT/UNESP.

Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 80000
0 800 1600m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Os setores de exclusão dispostos, em sua maioria, nos extremos das grandes áreas que formam o espaço urbano, contrastam com os setores de inclusão que se encontram localizados em eixos que partem do centro. Mesmo com esta particularidade, o sentido espacial aqui ganha contornos iguais daqueles encontrados nas cidades analisadas anteriormente, uma vez que é visível a delimitação entre as áreas segundo sua classificação. Por mais que em uma primeira impressão pareça haver uma mistura e uma lógica aleatória, percebe-se numa análise mais atenta as divisões presentes no espaço urbano de Marília. Os dados da Tabela 10, a seguir, ajudam a formar tal perspectiva. Em poucos setores (seja em números absolutos, seja relativos) concentram-se uma parcela não desprezível de moradores e domicílios na situação de exclusão social.

Tabela 10 – Síntese dos setores, moradores e domicílios, segundo a hierarquização dos setores censitários Marília - 2000

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	27,76	21,61	23,81
Setores Intermediários	67,30	71,28	69,70
Setores de Exclusão	4,94	7,11	6,49

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

O próximo Mapa refere-se à cidade de Presidente Prudente e nesta área urbana reaparecem com clareza as diferenças nas localizações entre setores de exclusão e inclusão. Enquanto os primeiros estão visivelmente localizados nas porções centrais do Mapa, os de exclusão localizam-se nos extremos da área periférica. Entre eles, um conjunto de setores intermediários (de media e baixa exclusão).

MAPA 4 -

Presidente Prudente EXCLUSÃO / INCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.mesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

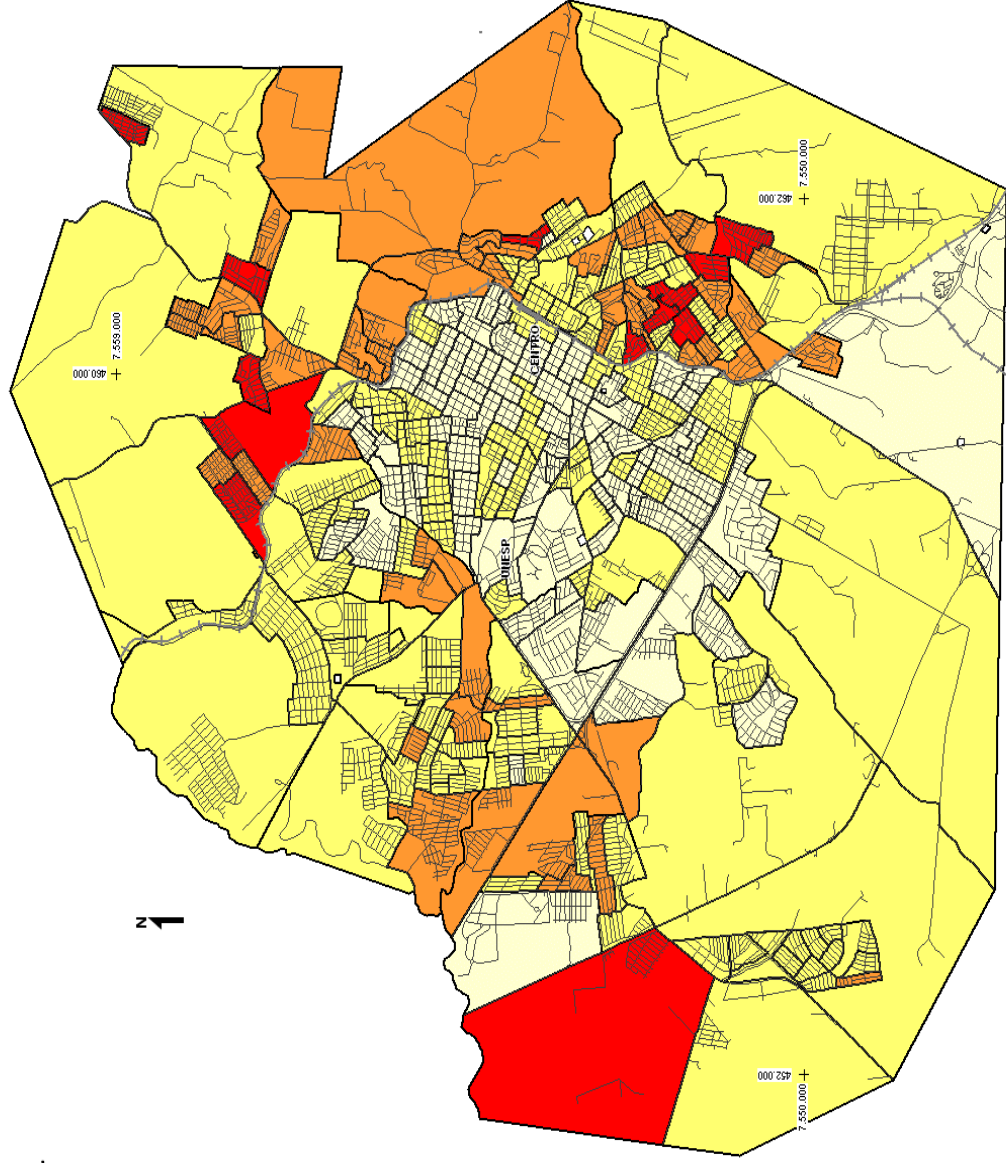
- Análise de situação
- Inclusão (73)
 - Baixa Exclusão (113)
 - Média Exclusão (48)
 - Alta Exclusão (13)
- () Número de setores censitários
- Limite do setor censitário

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento
da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP.

Financiamento: FAPESP - Programa Políticas Públicas.
Apoio: FCT/UNESP.
Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 50.000

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vertice unesp (OSP-IBGE)
Datum Vertical: RM 1980 e RM 197E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



**Tabela 11 – Síntese dos setores, moradores e domicílios,
segundo a hierarquização dos setores censitários
Presidente Prudente - 2000**

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	28,63	21,04	22,67
Setores Intermediários	68,38	74,94	73,61
Setores de Exclusão	2,99	4,02	3,73

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

A Tabela acima sintetiza os resultados obtidos para esta área urbana. Aproximadamente 3% do setores abarcam 4% da população e quase o mesmo percentual de domicílios.

Por fim, a cidade de São José do Rio Preto, mostrada no Mapa a seguir, apresenta uma relativa dispersão das áreas de exclusão e de inclusão.

As primeiras concentram-se na porção norte da área urbana, onde, percebe-se, não se registra a presença de áreas de inclusão. Assim, os setores com os piores indicadores encontram-se localizados próximos dos setores intermediários e com eles articulados. Por outro lado, os setores de inclusão localizam-se no eixo que parte da área central em direção ao sul, resultados estes sintetizados na Tabela 12, a seguir.

**Tabela 12 – Síntese dos setores, moradores e domicílios,
segundo a hierarquização dos setores censitários – 2000
São José do Rio Preto**

Tipo	Percentual de setores	Percentual de moradores	Percentual dos domicílios
Setores de Inclusão	35,45	28,42	30,26
Setores Intermediários	60,56	65,21	64,17
Setores de Exclusão	3,99	6,38	5,57

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

MAPA 5 -

São José do Rio Preto EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

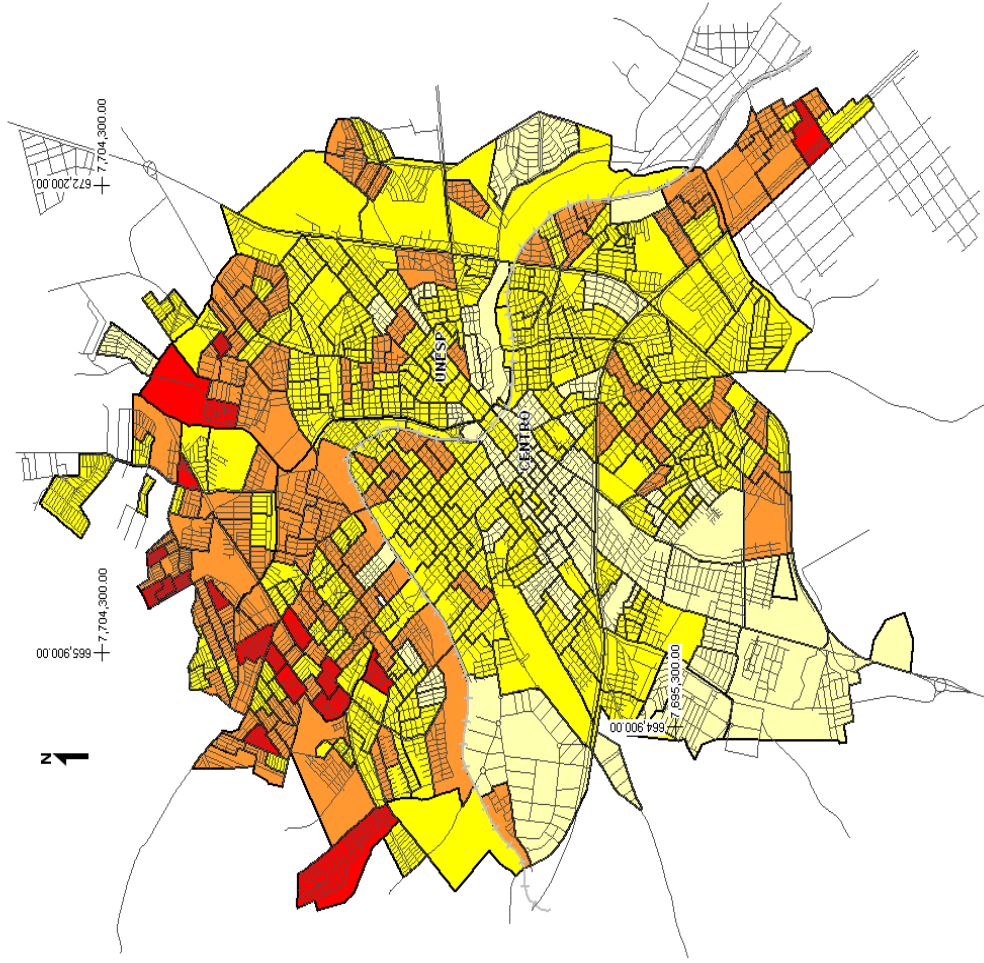
- Análise de Situação
- Inclusão (64)
 - Baixa Exclusão (229)
 - Média Exclusão (119)
 - Alta Exclusão (18)
- () Número de setores censitários
- Limite do setor censitário
- UNESP - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Financiamento: PROEX - Pró-Reitoria de Extensão Universitária.
Apoio: FCT/UNESP.
Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 60.000
0 500 1000m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



4.4. Síntese comparativa

A análise dos Mapas da exclusão/inclusão social sugeriu alguns elementos comuns na configuração territorial das desigualdades entre as cidades.

De um lado, a dispersão dos setores de exclusão e na maior parte dos casos as distâncias espaciais entre eles e, de outro, a concentração e proximidade dos setores de inclusão; a presença quase completa de setores intermediários entre os de exclusão e inclusão, funcionando como anteparos; a presença também marcante dos setores de inclusão nas ou próximos das áreas centrais de cada cidade e os setores de exclusão nas áreas mais distantes.

A própria comparação dos dados das tabelas permite, também, verificar algumas semelhanças entre as áreas urbanas analisadas. Em relação ao total de setores censitários, segundo a classificação das condições de inclusão/exclusão social, de acordo com a Tabela 13 a seguir, é possível verificar semelhanças nos percentuais obtidos.

Tabela 13 – Comparação de percentual de setores por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão

	Percentual de setores				
	Araçatuba	Bauru	Marília	Presidente Prudente	São José do Rio Preto
Setores de Inclusão	28,42	36,4	27,8	28,63	35,45
Setores Intermediários	64,75	61,8	67,3	68,38	60,56
Setores de Exclusão	6,83	1,8	4,94	2,99	3,99

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

Enquanto os setores de inclusão situam-se próximos a casa dos 30%, os intermediários aproximam-se dos 60% e os de exclusão variam entre aproximadamente 2% e 5%.

Por seu lado, o percentual de moradores em cada conjunto de setores também flutua em percentuais relativamente próximos, segundo a Tabela 14, o mesmo vindo a ser observado com os percentuais de domicílios, de acordo com a Tabela 15.

Tabela 14 – Comparação de percentual de moradores por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão

	Percentual de moradores				
	Araçatuba	Bauru	Marília	Presidente Prudente	São José do Rio Preto
Setores de Inclusão	22,3	30,51	21,6	21,04	28,42
Setores Intermediários	66,97	66,79	71,3	74,94	65,21
Setores de Exclusão	10,73	2,71	7,11	4,02	6,38

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

Tabela 15 – Comparação de percentual de domicílios por cidades, segundo faixa de exclusão/inclusão

	Percentual dos domicílios				
	Araçatuba	Bauru	Marília	Presidente Prudente	São José do Rio Preto
Setores de Inclusão	24,09	33,35	23,8	22,67	30,26
Setores Intermediários	66,2	64,3	69,7	73,61	64,17
Setores de Exclusão	9,72	2,35	6,49	3,73	5,57

Fonte: Guimarães, et. al. Atlas da inclusão/exclusão social, 2004.

É notável, assim, a aproximação dos resultados acima, seja do ponto de vista de cada Mapa em separado, seja do ponto de vista dos resultados quantitativos expostos nas Tabelas.

Acabam por revelar “comunalidades” entre as cidades. Pontos comuns nas localizações, articulações, disposições espaciais dos setores e das relações que estabelecem entre si; pontos comuns na dispersão de uns e aglomeração de outros; pontos comuns nos pesos relativos que cada conjunto de setores apresenta em cada cidade.

Sugere-se, assim, a presença de processos comuns ou que estão todas elas submetidas a injunções extra-localidade. Mesmo reconhecendo-se o peso que adquirem o sítio urbano onde se desenvolvem, a história local, o peso das características econômicas e daí sua articulação com as peculiaridades sociais em termos de grupos e segmentos sociais, os dados apresentados até agora permitem inferir a características comuns a unirem tais cidades.

Tais sugestões para a leitura destes espaços urbanos reforçam a idéia de que tais espaços, se do ponto de vista mais geral apresentam características positivas quando comparados com as médias do Brasil e do estado de São Paulo, assumem outras feições quando submetidos à análise de seus espaços intra-urbanos.

Lugares das diferenciações que hierarquizam territórios segundo os parâmetros analisados, é possível perceber o quanto nestas cidades jogam peso as desigualdades em sua configuração territorial. Em cada uma delas convivem as distâncias espaciais como elemento estruturador de sua paisagem e, por conseqüência, de suas dinâmicas. São, assim, espaços marcados permanentemente por clivagens que colocam cada um no seu lugar e onde o lugar de cada um distingue socialmente seus ocupantes.

5. SITUAÇÃO, POSIÇÃO E HIERARQUIAS: AS DESIGUALDADES SOCIAIS.

5.1. A leitura do espaço social.

A dinâmica urbana reflete a estrutura social no mesmo sentido em que constitui-se como um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade. Esta formulação, presentes em autores como Harvey (1992) e Santos (1993) constitui-se em um fundamento analítico a ser perseguido. Assim, trabalha-se aqui com a perspectiva das constantes e ativas interações entre espaço e sociedade, de maneira geral e, de maneira mais específica, em relação ao espaço urbano e à sociedade que o produz em sua dinâmica econômica, política e cultural.

Acredita-se, assim, que a leitura da realidade não pode prescindir da compreensão dos conflitos e contradições inerentes a cada formação social e histórica que se expressa também em configurações espaciais específicas.

De maneira geral, a literatura contemporânea sobre a cidade tem enfatizado a ampliação das desigualdades como um forte componente a marcar a vida urbana no final do século XX e início do XXI.

Após pelo menos 30 anos de crescimento econômico ininterrupto do capitalismo nos países ditos centrais e de significativas transformações sociais e econômicas nos países periféricos, parece haver, agora, um consenso a respeito dos impactos provocados por uma profunda alteração no curso destas trajetórias para uns e, para outros, apenas pela reaparição da verdadeira face do capitalismo.

Uma das teses mais correntes hoje em dia, a respeito das transformações sociais urbanas provocadas pela globalização e pelo neoliberalismo, pode assim ser sintetizada:

Do ponto de vista social, essas cidades são descritas como lócus de um movimento crescente de polarização entre ricos e pobres, entre incluídos e excluídos, em que desapareceria a oposição de classes como fator central de segmentação social (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2002, p. 1).

Ou ainda segundo as mesmas autoras:

Na dinâmica urbana, os mecanismos do projeto neoliberal produzem novas transformações no modo de apropriação e de organização do espaço, especialmente nas metrópoles e nas grandes cidades, que cada vez mais se configuram como espaços socialmente fragmentados (e/ou segregados) (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2002, p. 2).

Tais características da cidade contemporânea têm sido apreendidas através dos conceitos de segregação e fragmentação no âmbito da Geografia e teriam suas manifestações concretas expressas em novos modos de produção do espaço urbano que diluem as antigas distinções entre espaço público e espaço privado, entre formas de produção e apropriação do espaço, entre as construções de direitos coletivos e a primazia de lógicas individuais.

Estariam, assim, as cidades fadadas à ampliação inexorável da polarização social e da segmentação espacial? O futuro destes espaços urbanos só seria visível sob a ótica da formação e ampliação das desigualdades que oporia espaços exclusivos e incomunicáveis entre si, conformando uma cidade dual e dividida?

Estes questionamentos, a nosso ver, entretanto, devem ser tomados não em um sentido absoluto de uma tendência inexorável como nos fazem sugerir as análises, por exemplo de Sassen (1998).

Sem perder de vista as fortes correlações entre estrutura espacial e estrutura social, faz-se necessária a ampliação de estudos empíricos sobre estas realidades.

Mais que o resultado de novos processos que estariam se configurando através do acirramento da fragmentação, da segregação e da exclusão social, para Bourdieu (1997), entretanto, a diferenciação social e espacial são inerentes à sociedade, não sendo possível compreender a desigualdade sem este ponto de partida na medida em que o espaço social, além de conflituoso, é marcado por clivagens, segmentações, diferenciações e desigualdades que aproximam e afastam os sujeitos sociais.

O móvel da diferenciação e da desigualdade, para este autor, são as posições sociais, isto é, o conjunto de atributos e variáveis (seu volume e sua composição) socialmente sancionadas que garantem ao seu possuidor (em relação aos outros) posições diferentes e diferenciadas.

A diferenciação social é progressiva dada a progressiva divisão social (e não apenas técnica) do trabalho, isto é, as crescentes distinções das funções religiosas, econômicas, jurídicas, políticas e espaciais.

Esta perspectiva pode ser sintetizada através da seguinte citação:

A abordagem da sociedade apresentada por P. Bourdieu está baseada em dois aspectos indissociáveis. Por um lado, a sociedade global é hierarquizada em classes sociais, definidas, numa abordagem estática, por posições sociais, definidas e ligadas à desigualdade de distribuição dos capitais e, numa abordagem dinâmica, por trajetórias sociais diferenciadas; a distribuição desigual dos capitais tem uma tendência acentuada para a estabilidade, ligada às estratégias de reprodução dos diferentes agentes (BONNEWITZ, 2005, p. 73).

E, segundo as próprias palavras de Bourdieu faz-se então necessário:

[...] proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico na medida em que uma não se reduz à outra, mas se determinam mutuamente, como dimensões indissociáveis da vida (BOURDIEU, 1997, p. 159).

Para Bourdieu (1997, p. 160), ainda, “Não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima a hierarquia e as distâncias sociais [...]”.

Esta concepção permite, assim, visualizar a sociedade para além de uma simples dicotomia ou dualidade, na medida em que sobre a clivagem básica de uma sociedade capitalista, isto é, cuja ruptura original pressupõe a distinção essencial e contraditória entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, assalariados e capitalistas ou entre detentores da força de trabalho e detentores de outras formas de riqueza, são produzidas e articulam-se outras formas de distinção e hierarquização que determinam a cada momento histórico o centro e a periferia das relações sociais em suas múltiplas dimensões: econômicas, políticas, religiosas, culturais etc.

Importante observar, também, que se a cada momento é possível visualizar a sociedade como uma rede na qual cada ponto se articula de uma maneira específica, é possível, também, perceber as mudanças e transformações estruturais e conjunturais que levam às mudanças de cada ponto em relação aos demais, alterando a própria configuração da rede.

Assim,

A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado [...] e pela posição relativa que suas localizações temporárias e sobretudo permanentes [...]

ocupam em relação às localizações de outros agentes [...] (BOURDIEU, 1997, pp. 160-161).

A configuração que emerge de uma análise como esta só faz sentido quando lida com as diferentes posições aludidas de maneira relacional, na medida em que uma posição no espaço social não faz sentido se não for colocada em relação às outras, situadas no mesmo campo, em posições superiores e/ou inferiores. O espaço social é, portanto, um conjunto de posições e diferenciações onde o lugar de cada um encontra-se determinado em relações aos demais de acordo com a propriedade de alguns ou muitos bens-chave, que Bourdieu (1989) denomina de capitais, no plural, justamente para significar que não restringe sua análise somente ao capital econômico, mas inclui também a posse de outros tipos, como o cultural, o político etc.

Da mesma maneira que a posse dos capitais econômicos, culturais ou outros, o lugar no espaço também é um elemento definidor das posições e hierarquizações sociais. Ou seja, aquilo que Bourdieu (1997) denomina de *espaço físico apropriado*, e que para nós é o território, possui também a propriedade de diferenciar, não sendo elemento neutro, portanto, na definição das posições e hierarquizações sociais. Dai,

[...] as surdas injunções e os chamados silenciosos à ordem das estruturas do espaço físico apropriado são uma das mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferências (BOURDIEU, 1999, p. 162).

Ou de maneira mais clara:

[...] a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados [...] (BOURDIEU, 1999, p. 164).

Ou ainda,

Em todas as propriedades que a ocupação legítima de um lugar supõe, estão, e não são as menos determinantes, as que não se adquirem senão pela ocupação prolongada desse lugar e a frequência seguida de seus ocupantes legítimos (BOURDIEU, 1999, p. 165).

Avançando nesta concepção que nos indica as relações entre espaço social e território, Bourdieu (1997) sinaliza para aquilo que ele denomina de efeitos espaciais, ou seja, efeitos produzidos e provocados pela dimensão territorial capazes de produzir e reproduzir desigualdades sociais e que podem ser melhor compreendidos através das palavras do próprio autor, a seguir.

O capital permite manter à distância, as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproxima-se das pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo), para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a aproximação no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados [...] O bairro chique [...] consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes: ao contrário, o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não tem em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na despossessão tem também como efeito redobrar a despossessão, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: as pressões exercidas, em escala de classe ou

do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência 'normal', produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de nivelamento e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita pela falta de recursos) para outros lugares (BOURDIEU, 1997, p. 164-166).

O espaço social é, assim, um espaço multidimensional, construído com base em princípios de diferenciação ou de distribuição. Existem propriedades conferidas pelos campos e que são apropriadas para conferir poder a quem as detém. Os indivíduos e grupos sociais se distribuem neste espaço social segundo suas posições relativas de propriedades destes bens.

Sintetizando, o esquema teórico de Bourdieu, que analisa a composição social através de um sistema de hierarquias que se relacionam, permite a construção de uma base para a compreensão conjunta da estrutura social e espacial das cidades, não reduzindo ao campo econômico processos que por sua natureza própria são multidimensionais, além de romper com velhas dicotomias das classes objetivadas, observando concretamente suas manifestações heterogêneas. Além disto, a força analítica aberta por este caminho de investigação reside na possibilidade de uma instrumentalização empírica, tal como será visto a seguir.

5.2. Instrumentalização metodológica para a análise empírica

A elaboração da análise empírica desta pesquisa parte de alguns pressupostos já analisados anteriormente e que serão brevemente sumarizados e pontuados aqui:

1) as estruturas espaciais e sociais apresentam sempre, em cada momento histórico, uma correspondência de mútua determinação, produzindo territórios da desigualdade;

2) mais que uma dicotomia de classes, a estrutura social é formada por um complexo sistema de posições hierarquizadas a partir da posse e do domínio do capital social de cada segmento social que, por sua vez, reforça e é reforçada pelas localizações espaciais, que lhe são inerentes;

3) no caso da análise de áreas urbanas, estas hierarquias se nos aparecem como territórios das desigualdades e, estas, mesmo inscritas na paisagem das nossas cidades, precisam ser construídas a partir de um referencial que permite sua inteligibilidade;

4) o mosaico, aparentemente desarticulado dos territórios da desigualdade no interior de uma cidade devem ser lidos como reveladores dos desafios impostos às políticas públicas que, por sua vez, integrem no escopo de sua ação a construção de territórios não ou menos fragmentados, desafiando a cidadão a compreender a sua posição particular como integrante de uma totalidade urbana, tal como trabalhado no capítulo2;

5) a incorporação destas distâncias sociais e espaciais no processo de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas qualificam o processo de planejamento e gestão local, possibilitando a incorporação de agentes sociais nestes processos que devem ser cada vez mais democratizados, como pressuposto primeiro.

5.3. Os parâmetros para a elaboração das categoriais sócio-ocupacionais.

Partimos das sugestões de uma série de estudos que vêm sendo realizados sobre as metrópoles brasileiras e de outros países que se utilizam do conceito de categoriais sócio-ocupacionais e sua inserção territorial como estratégia de apreensão das relações entre distintos grupos sociais quando tomadas características específicas de cada um deles.

Seguimos, então, a metodologia utilizada no “Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal” do IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz César Queiroz Ribeiro e aplicada em diferentes metrópoles brasileiras, tais como Rio de Janeiro, Goiânia, Belo Horizonte Recife, Porto Alegre dentre outras, no âmbito da pesquisa “Metrópole, Desigualdades Sócio-Espaciais e Governança Urbana”. (RIBEIRO; LAGO, 2000; RODRIGUES, 2004; BARCELLOS; MAMMARELLA; KOCH, 2002 e BARCELLOS; MAMMARELLA, 2002 dentre outros)

A metodologia baseia-se na elaboração de categorias sócio-ocupacionais como estratégia de apreensão da composição social e de suas distintas localizações no espaço intra-urbano. Tais categorias sócio-ocupacionais são constructos teóricos que articulam diferentes dimensões e características de indivíduos em sua inserção social, particularmente na econômico-produtiva. Assim, a dimensão ocupação refere-se as atividades de trabalho desempenhadas por cada indivíduo economicamente ativo que, por sua vez, encontra-se associada a um setor econômico em que tal atividade é exercida.

O resultado a ser obtido, então depende primordialmente da maneira como tais ocupações são definidas e classificadas da mesma

maneira em que depende, também, da fonte de informações a ser utilizada no que se refere às suas qualidades técnicas, tal como precisão, grau de cobertura e possibilidades de comparação.

A partir de uma classificação básica que apresente um quadro do número de indivíduos pertencentes a cada uma das categorias sócio-ocupacionais, parte-se para agregar a estas suas correspondentes características diferenciadoras, como a renda, a etnia, a escolaridade, o gênero, faixas etárias, etc.

Tal metodologia, permite, assim, " ... construir uma 'topografia' do espaço social enquanto um mapa no qual as proximidades e distâncias entre as ocupações revelassem estruturas de propriedades similares ou diferentes" (RIBEIRO; LAGO, 2000, p.3) associadas a conjuntos de indivíduos e que revelam as hierarquias e os elementos hierarquizadores em uma dada estrutura social.

Trata-se, portanto, de um jogo de classificações, correlações e hierarquizações dos espaços sociais (e dos territórios a eles associados), útil para a descrição e análise empírica de nossas cidades.

Os princípios de divisão e hierarquização aqui adotados são os mesmos utilizados por Ribeiro e Lago (2000) na já citada pesquisa das metrópoles brasileiras. Partindo de grandes e estruturais divisões sociais, agrega informações cada vez mais detalhadas que permitam especificar as distintas posições sociais. A seguir são apresentados os sete grandes grupos que funcionam como critérios básicos para a elaboração do sistema de classificação.

- Divisão capital x trabalho: distingue os indivíduos a partir de suas condições de empregados ou empregadores.

- Divisão grande x pequeno empregador: captura as divisões presentes da categoria dos empregadores, distinguindo os grandes (com 10 empregados ou mais) dos pequenos (com menos de 10 empregados).

- Assalariados x não assalariados: frente à grande diversificação presente no mercado de trabalho no que se refere aos formatos das relações de trabalho, esta divisão diferencia os indivíduos segundo sejam assalariados (através, portanto de relações formais de contratos de trabalho) daqueles que ou exercem suas atividades no mercado considerado informal ou ainda daqueles que trabalham sem qualquer forma de relação direta de subordinação, ou seja, empreendedores por conta-própria.

- Manual x não manual: diferencia-se, aqui, mais uma característica da divisão técnica do trabalho, que confere inserções produtivas e simbólicas distintas a quem os realiza.

- Controle x execução: refere-se às distinções presentes no interior das ocupações de natureza manual ou não manual.

- Secundário x terciário: vincula as ocupações manuais ao setor de atividade a que pertencem.

- Moderno x tradicional: busca, no interior das ocupações manuais do setor secundário, diferenciá-las segundo sejam ligadas às atividades de maior ou menor grau de inovação tecnológica, organização sindical e/ou níveis salariais.

Antes de prosseguirmos, porém, com a metodologia de organização/classificação da hierarquia sócio-ocupacional, seja em sua

dimensão social, seja em sua dimensão territorial, faz-se importante explicitar a fonte de dados empíricos utilizada e as maneiras com que foram tratados tais dados.

5.4. A fonte dos dados e suas principais características.

A fonte de dados empíricos utilizada para a construção das categorias sócio-ocupacionais foram os microdados da amostra resultantes dos Censos Demográficos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dos anos de 1991 e 2000.

Trata-se de informações com o menor nível de desagregação, referentes às pessoas residentes e aos domicílios (resguardado o sigilo das informações) para uma pesquisa censitária, uma vez que se refere aos questionários da amostra, ou seja, o questionário completo aplicado, segundo o IBGE, em aproximadamente 10% dos domicílios pesquisados.

Os dados encontram-se codificados para cada variável pesquisada, contendo, dentre outras, informações referentes à unidade territorial a que pertencem, população residente por sexo, cor ou raça, religião, categorias de incapacidade ou deficiência física ou mental, anos de estudo, lugar de nascimento, deslocamentos realizados para o trabalho ou estudo, estado civil, filhos nascidos vivos, óbitos fetais e filhos sobreviventes das mulheres de 10 anos ou mais de idade, grupos ocupacionais, condição de ocupação, atividade econômica e rendimento de trabalho, bem como informações sobre o número de componentes das famílias residentes em domicílios particulares permanentes, existência de bens duráveis e infra-estrutura de saneamento básico nesses domicílios, entre outros dados.

O formato digital dos dados encontra-se disponibilizado, apenas, através de linguagem de programação, o que permite aos usuários

com familiaridade com estas linguagens ou softwares de cálculo, produzir suas próprias tabelas. Tal formato, portanto, exigiu o concurso de um técnico em programação que elaborou um programa especialmente voltado para selecionar, “reformatar” e calcular aquelas variáveis previamente selecionadas.

Iniciado o trabalho pelos dados do ano de 2000, o primeiro passo do programa criado foi sempre buscar os dados segundo um dos municípios selecionados (Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Araçatuba, Marília e Bauru) e em seguida, segundo critérios previamente apontados, as categorias sócio-ocupacionais e outras informações, conforme será descrito a seguir.

O esforço maior constituiu-se, então, na busca, seleção e aglutinação das variáveis relativas aos grupos ocupacionais, condição de ocupação e atividade econômica para a formatação final das categorias sócio-ocupacionais, de acordo com os critérios já apontados no item anterior. Cada uma destas informações (bem como todas as demais) encontram-se codificadas numericamente e encontram sua correspondência em tabelas descritivas disponibilizadas nos anexos de metodologia das pesquisas censitárias.

Dada a codificação das informações, tratou-se de utilizar a tabela de códigos presentes nas notas técnicas que acompanham os dados, gerando uma tabela de equivalências.

Uma primeira observação necessária diz respeito aos dados relativos às condições de ocupação encontrados para o ano de 1991, na medida em que no período intercensitário foram alterados os códigos e as nomenclaturas das ocupações brasileiras, equiparando-a ao padrão internacional vigente. Para garantir a possibilidade de comparabilidade dos dados, foi utilizada a tabela de equivalência de códigos e nomenclatura 1991-2000, também disponibilizada pelo

IBGE, o que impôs os ajustes necessários em uma pequena parte dos dados pesquisados. A tabela de equivalências 1991 e 2000 encontra-se disponibilizada na *home page* da CONCLA – Comissão Nacional de Classificações no sítio do IBGE (www.ibge.gov.br).

Há de se ressaltar, também, como uma segunda característica dos dados brutos trabalhados que, seguindo a metodologia conceitual e de coleta dos dados do IBGE, são caracterizadas as ocupações e demais informações relacionadas ao trabalho para as pessoas de 10 anos ou mais, sem no entanto discriminar para os não ocupados a natureza e/ou os motivos desta não ocupação. Isto significa ser impossível discriminar tal informação o que impediu incorporar os não ocupados na análise.

Em terceiro lugar, é importante lembrar que foram trabalhadas apenas as informações da amostra, ou seja, mesmo sabendo da possibilidade de se utilizar as informações (presentes no CD ROM) que permitem expandir os dados da amostra para o universo, optou-se pelo primeiro formato, por razões de natureza eminentemente práticas, relacionadas ao tempo disponível, uma vez que foram 4 meses para a elaboração do programa.

Uma quarta observação diz respeito ao fato de que apenas para o ano de 2000 encontram-se disponíveis as informações relativas ao recorte territorial intra-urbano de cada domicílio ou pessoa, ou seja, as áreas de ponderação. Menos que um critério de localização territorial, tal informação serve mais (e a princípio) para fins estatísticos, uma vez que estas podem ser definidas, segundo o IBGE como sendo uma

[...] uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas, com as informações conhecidas para a população como um todo (IBGE, 2000, p. 34).

Em que pesem diferentes tentativas realizadas junto ao IBGE, não foram obtidos os dados relacionados às áreas de ponderação para o ano de 1991, o que inviabilizou a comparação dos dados do ponto de vista da localização espacial das categorias sócio-ocupacionais, como será melhor visto adiante.

Por fim, após a classificação final de cada um dos grupos ocupacionais, condição de ocupação e atividade econômica das ocupações, o que permitiu gerar a classificação final dos grupos de indivíduos pertencentes a cada categoria sócio-ocupacional foram adicionadas, para cada um, as informações relacionadas à média da renda decorrente de atividade do trabalho principal, a média da escolaridade, tomada em anos de estudo, o número de indivíduos auto-declarados negros e o número de indivíduos do gênero feminino, além da área de ponderação para o ano de 2000.

O programa de informática gerado, com interface em um banco de dados em Access® permitiu, em síntese, resgatar as informações acima de maneira rápida e eficaz para a construção das análises subsequentes.

5.5. As categorias sócio-ocupacionais: posições hierarquizadas.

Seguindo a metodologia já apresentada e que tem como base Ribeiro e Lago (2000), foram construídos oito grandes grupos e 25 grupos de categoriais sócio-ocupacionais para a análise, a saber:

1 - Categoria dirigente. A principal característica deste grande grupo é segmentar a parcela detentora de altos níveis de capital social (status, prestígio etc.) de maneira real pela posse de capital econômico e/ou de escolaridade ou pela posse de capital simbólico.

1.1. Empresários. Agrupa os empregadores com 10 ou mais empregados.

1.2. Dirigentes do setor público. Agrupa indivíduos ocupantes de altos cargos da administração pública, seja no executivo, no legislativo e no judiciário.

1.3. Dirigentes do setor privado. Agrupa administradores e gerentes de alto nível do setor privado, em empresas de todos os setores e ramos econômicos.

1.4. Profissionais liberais. Agrupa os setores de profissões tradicionalmente reconhecidos como liberais, tal como médicos, advogados, psicólogos etc.

2 - Categoria intelectual. Caracterizada, fundamentalmente pela posse de capital educacional, representado por altos níveis de escolaridade.

2.1. Profissionais autônomos de nível superior. Agrupa os indivíduos detentores de alto grau de formação educacional e que dela se utilizam no desempenho de suas ocupações, tal como consultores, por exemplo.

2.2. Empregados de nível superior. Caracterizados a partir da relação de subordinação como empregados, mas também detentores de alto grau de capacitação técnico-educacional, como professores de nível superior.

3 - Pequena burguesia. Aglutina os setores sociais de empregadores (frente às relações de trabalho), mas claramente com menor capital econômico que os Empresários do primeiro grupo, por empregarem menos de 10 trabalhadores ou exercerem suas atividades por conta própria.

3.1. Pequenos empresários urbanos. Empregadores com menos de 10 empregados, em qualquer setor ou ramo empresarial.

3.2. Comerciantes por conta própria. Aqueles que desenvolvem individualmente suas atividades.

4 - Categorias médias. Refere-se aos grupos sociais caracterizados como empregados em diferentes setores (públicos e/ou privados), mas não especificamente relacionados a atividades manuais.

4.1. Trabalhadores de escritório. Sem funções decisórias, este grupo é formado por secretarias, auxiliares administrativos etc.

4.2. Trabalhadores em atividades de supervisão. Com algum grau de capacidade decisória, este grupo é formado por assistentes administrativos, encarregados etc.

4.3. Técnicos e artistas. Neste grupo encontram-se trabalhadores cujo exercício profissional requer algum tipo de qualificação técnica específica, como desenhistas, técnicos em contabilidade ou informática etc. ou artistas de diferentes segmentos.

4.4. Trabalhadores nas áreas de educação e saúde. Reúne os trabalhadores de ambas as áreas, nos seus níveis mais elementares como professores de 1º e 2º graus e enfermeiras sem diploma.

4.5. Trabalhadores nas áreas de segurança pública. Engloba desde empregados da justiça, correios e das forças policiais, como bombeiros, investigadores etc.

5 - Proletariado do secundário. Esta categoria refere-se aos empregados de setores da transformação industrial.

5.1. Operários na indústria moderna. Refere-se aos setores indústrias mais intensivos em tecnologia e onde os trabalhadores apresentam maiores níveis salariais e maior qualificação, como as indústrias química e petroquímica, eletro-eletrônica etc.

5.2. Operários na indústria tradicional. Grupo caracterizado por atividades menos intensivas em tecnologia e menores níveis salariais, englobando todos os demais setores não considerados modernos (têxtil, alimentos etc.), exceto os trabalhadores da construção civil.

5.3. Operários dos serviços auxiliares. Engloba empregados dos setores de comunicação, transportes e serviços auxiliares de maneira geral.

5.4. Operários da construção civil. Grupo formado pela multiplicidade de atividades relacionadas a este ramo de atividades, desde mestres e contra-mestres até serventes e ajudantes.

5.5. Artesãos. Ocupações autônomas que requerem habilidades específicas, como sapateiros, alfaiates, ourives etc.

6 - Proletariado do terciário. Esta categoria é composta por trabalhadores relacionados ao setor terciário, seja nas atividades comerciais, seja de serviços.

6.1. Trabalhadores do comércio. Formado por empregados relacionados à comercialização de mercadorias, tal como vendedores.

6.2. Prestadores de serviços especializados. Reúne trabalhadores autônomos ou empregados de atividades que requerem algum tipo de conhecimento para o exercício da ocupação, como por exemplo mecânicos, técnicos em informática etc.

6.3. Prestadores de serviços não especializados. Reúne os demais prestadores, cuja ocupação independe de qualificação específica, como porteiros, vigias, atendentes etc.

7 - Sub-proletariado. Esta categoria agrupa as categorias sócio-ocupacionais marcadas pela ausência de qualificação técnica e profissional, com menores rendimentos.

7.1. Trabalhadores domésticos.

7.2. Ambulantes e biscateiros. Reúne atividades autônomas desenvolvidas em geral nas ruas e outros espaços públicos, marcadas pela informalidade.

8 - Trabalhadores agrícolas

Feitas estas descrições da composição das categorias e grupos sócio-ocupacionais, faz-se necessário expor os limites e constrangimentos a que esta metodologia está submetida e, em particular, no caso específico de sua utilização para a análise das cidades de porte médio e que, segundo nossa avaliação, seriam de duas ordens.

Em primeiro lugar, trata-se de uma classificação produzida originalmente para a realidade francesa e adaptada à realidade metropolitana brasileira. Não é demais lembrar, entretanto, que no Brasil inexistem classificações desta natureza, sejam elas produzidas por órgãos oficiais, como o IBGE, ou pelo acúmulo de pesquisas na área. Não é demais também relembrar as adaptações produzidas no âmbito da já citada pesquisa de Ribeiro e Lago (2000) para a realidade brasileira.

Resta, portanto, a questão ainda inexplorada da adequação desta classificação para a realidade não metropolitana e, em particular, para as denominadas cidades de porte médio. A nosso ver, deixar esta questão em aberto no âmbito deste trabalho apenas aguça a curiosidade para desdobramentos futuros da investigação e o caminho a ser percorrido deveria ter como orientação primeira a produção de "surveys" que permitam testar em amostras bem definidas a coerência e adaptação destes resultados de hierarquização à própria percepção social. Ou seja, testar se existe, e em que grau existe, um reconhecimento social da classificação utilizada.

De qualquer maneira, a opção pela sua utilização espera colocar em foco e como primeira problematização as diferenças, distâncias e desigualdades que marcam os "espaços sociais" em nossas cidades, reafirmando que qualquer política pública que procure enfrentar ou

minimizar as desigualdades ai presentes devem, mais que considerá-las, incorporá-las como ponto de partida para sua formulação, implementação e avaliação.

5.6. A técnica estatística utilizada: a análise de correspondência

Tal como já afirmado anteriormente, a contagem e registro de cada uma das categoriais só foi possível graças à utilização das informações censitárias presentes nos microdados da amostra do IBGE (1991 e 2000). Após o agrupamento realizado para os dados do ano de 2000 e seus equivalentes para o ano de 1991, foi possível a elaboração de um primeiro quadro de referência que, utilizando-se de planilhas eletrônicas (Excel® e Acces®) permitiu a visualização da presença em números absolutos e relativos de cada uma. Permitiu ainda, a visualização dos demais dados discriminatórios e diferenciadores relacionados a cada uma, como foi o caso da renda média, escolaridade (medidas em anos de estudo), presença de mulheres e de negros e pardos em cada categoria e grupo. Acrescente-se que, para o ano de 2000, ainda seriam necessários os tratamentos a serem dispensados à localização territorial (área de ponderação) de cada uma das categorias.

Porém, as simples contagem e registro da presença e do peso relativo de cada categoria nos seria insuficiente, sendo necessário acionar outra técnica estatística que permitisse comparar e discriminar as diferenças e desigualdades entre as categorias segundo os atributos de cada uma. A técnica escolhida e utilizada foi a Análise de Correspondência.

A análise de Correspondência é uma técnica estatística multivariada para dados categorizados, de caráter gráfico, onde as

posições de pontos correspondentes às variáveis ou categorias das mesmas podem ser interpretadas como associações e tem sido utilizada em análises que envolvem grande número de variáveis categorizadas e/ou qualitativas (BISQUERRA; SARRIEDA; MARTÍNEZ, 2004).

Estas análises e seus resultados gráficos permitem revelar, de forma visual, bidimensional, através de gráficos (plots), as relações entre as variáveis e entre os seus diferentes níveis.

Deste modo, a medida de correspondência pode ser uma indicação da similitude, afinidade, confusão, associação ou interação entre as variáveis da linha e da coluna de uma determinada tabela que revela as características das relações entre variáveis previamente delimitadas (WAGNER; MOTTA; DORNELLES, 2004)

Assim, a análise de correspondência permite a representação gráfica da natureza das relações existentes, distribuindo os dados, fornecendo as suas coordenadas, onde os níveis associados e mais similares tendem a se aproximar, enquanto os mais discrepantes tendem a se afastar reciprocamente.

Em termos estatísticos a análise de correspondência hierarquiza a informação por ordem decrescente do grau de explicação do fenômeno em estudo, através dos valores singulares ou valores próprios, que medem a contribuição de cada dimensão para a explicação da variação dos dados. Os valores próprios são o coeficiente de correlação R de Pearson entre os *scores* das duas variáveis (em linha e em coluna), ou seja, os valores próprios são as correlações entre os resultados em linha ou em coluna para cada dimensão. O quadrado de cada valor próprio designa-se por inércia das dimensões, que mede a importância de cada dimensão. De realçar, ainda, que a

inércia, para cada dimensão, corresponde ao quadrado do valor próprio ou simples (singular value), ou seja, a correlação entre os resultados das linhas e das colunas, para cada dimensão, isto é, o contributo de cada dimensão para a explicação da variação dos dados. O quociente entre a inércia de cada dimensão e a inércia total dá a proporção de variância explicada pela dimensão (Pestana e Gageiro, 2003) “[...] sendo que a inércia total, quando multiplicada pela dimensão da amostra (N), corresponde ao valor do teste qui-quadrado” (WAGNER; MOTTA; DORNELLES, 2004, p. 360).

No que se refere à representação gráfica obtida, não é demais lembrar que a soma dos eixos dos quadrantes representados corresponde à variância total representada pelos atributos das categorias analisadas.

Em síntese, esta técnica estatística, aqui utilizada, adapta-se completamente às necessidades presentes. Dado um grande conjunto de dados a ser analisado, a análise de correspondência permite a visualização direta da aproximação ou distanciamento de variáveis, dadas as suas particularidades. Melhor explicando, tomadas as categorias sócio-ocupacionais construídas, discriminadas segundo a renda média e os anos de estudo de cada uma, é possível produzir uma representação que aponte as categoriais mais distantes e mais próximas, possibilitando a criação de uma representação do próprio espaço social, nos termos já analisados anteriormente.

Neste caso, a representação dos resultados obtidos pode seguir, também e como será feito, o caminho da modelização gráfica, conforme a abordagem dos modelos de Brunet (1980). Como será visto, a preocupação não foi apenas com os aspectos da semiologia gráfica e com as regras da representação cartográfica, mas sim em

identificar, por aproximação, das estruturas mais elementares da realidade social.

Por fim, ressalte-se que os demais procedimentos técnicos utilizados, particularmente em relação aos mapas que serão incorporados na análise, mais adiante, serão devidamente apresentados nos itens correspondentes.

6. COMPOSIÇÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA SOCIAL E TERRITORIAL EM CIDADES DE PORTE MÉDIO: AMPLIAÇÃO DAS DESIGUALDADES?

Continuar perseguindo a questão das desigualdades sociais e territoriais nas cidades analisadas é o objetivo mais amplo deste capítulo. Neste sentido, busca-se aqui em primeiro lugar apresentar e analisar as desigualdades presentes na própria composição social destas cidades, a partir da sistematização das informações das categoriais sócio-ocupacionais, tal como descrito anteriormente. Para além da presença e da participação relativa de cada uma destas categoriais no espaço social das cinco cidades, são agregadas informações sobre renda, escolaridade, participação de negros e pardos, bem como de mulheres em cada uma delas. Além da comparação entre as cidades, é observado também o comportamento, em cada cidade, ao longo dos anos 90.

Em seguida, busca-se observar e analisar as correspondências destas desigualdades do ponto de vista da distribuição espacial das categoriais no interior de cada área urbana, tendo como pano de fundo as desigualdades territoriais já apontadas anteriormente através dos mapas da exclusão/inclusão social.

6.1. Comparações gerais

Este item apresenta e analisa os resultados empíricos alcançados a partir da metodologia de elaboração do quadro da estrutura social das cidades sob análise.

Algumas observações iniciais são relevantes. Em primeiro lugar, faz-se necessário afirmar que não se busca a quantificação de cada

categoria sócio-ocupacional como o objetivo de apontar o número de indivíduos em cada situação. Os dados a serem apresentados somente fazem sentido enquanto uma aproximação à presença relativa de uns frente a outros grupos.

Trabalha-se, portanto, com dados relativos em percentuais para que sejam apuradas a existência e a densidade de uma categoria frente às demais. Como já visto, não se trata de um esforço de quantificação objetivista que aponte quantos indivíduos encontra-se nesta ou naquela categoria, mas sim, de caracterizar os espaços sociais destas cidades, a partir dos pesos relativos de uma categoria frente as outras, bem como das tendências que podem ser observadas de suas mudanças no período considerado.

Em segundo lugar, não é demais reafirmar que, dadas as limitações da única fonte de dados disponíveis para investigações desta natureza, trata-se apenas daqueles indivíduos que realizaram atividades remuneradas nos períodos estipulados pelo levantamento censitário. Isto significa que, pelo menos a priori, estamos nos referindo apenas aos trabalhadores (do presente ou do passado próximo, tomando-se o período censitário).

Iniciamos a apresentação dos dados pela Tabela 16 que sintetiza, para cada cidade e para os anos de 1991 e 2000, os percentuais de cada uma das oito grandes categoriais sócio-ocupacionais em que foram sistematizados os dados de ocupação.

**TABELA 16 – Categoriais sócio-ocupacionais em percentual.
1991-2000. Cidades selecionadas.**

	P. Prudente		Araçatuba		Bauru		Marília		SJ RP	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
CATEGORIA DIRIGENTE	4.01	4.37	3.49	3.59	4.17	3.49	3.36	3.98	4.41	4.07
CATEGORIA INTELLECTUAL	13.50	6.18	12.84	5.06	13.08	5.88	12.81	5.07	12.78	5.45
PEQUENOS EMPRESÁRIOS	14.28	7.67	13.45	6.74	11.53	6.60	12.63	6.67	15.14	7.66
CATEGORIA MÉDIA	21.21	23.48	20.66	21.36	22.65	25.12	20.42	24.05	20.74	24.65
PROLETARIADO SECUNDÁRIO	19.68	22.31	21.72	26.64	22.22	24.55	22.87	24.34	22.16	24.81
PROLETARIADO TERCIÁRIO	17.02	21.04	15.87	19.86	18.31	21.23	17.13	19.23	16.33	20.46
SUB-PROLETARIADO	8.31	12.01	8.07	12.76	6.87	11.47	7.50	12.55	7.53	10.87
Trabalhadores agrícolas	1.98	2.95	3.89	3.99	1.16	1.65	3.27	4.10	0.92	2.02

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. Microdados, 1991 e 2000

Org: do autor

A primeira questão a chamar a atenção é a proximidade dos dados obtidos para cada cidade, seja no que se refere aos percentuais, seja no que se refere às tendências de mudanças entre os anos considerados. Senão vejamos.

Os maiores percentuais encontram-se, na ordem, entre a “Categoria média”, o “Proletariado do secundário” e o “Proletariado do terciário”, perfazendo nos dois anos e em todas as cidades mais de 50% dos postos de trabalho ocupados. No mesmo sentido, observa-se ainda a tendência de crescimento destas categoriais entre 1991 e 2000.

Para além do caráter fortemente urbano que encontra-se condicionado por tal perfil de ocupações, seu alto peso relativo e sua tendência de crescimento sugere e revela um padrão de organização do espaço sócio-ocupacional dominado por estas categoriais intermediárias. Ou seja, do ponto de vista quantitativo, estaríamos frente cidades onde os extratos sociais intermediários predominam e, mais importante, crescem de importância frente aos demais.

Em sentido inverso, as categoriais superiores apresentam baixos pesos relativos e, em geral, tendências de queda no período, tal como é o caso visível da “Categoria intelectual” e daquela dos “Pequenos empresários”. Em contraposição, é visível também a intensidade com cresce a categoria do “Sub-proletariado” que, se era menor que 2 das três categoriais superiores em 1991, passa a ser sistematicamente maior que cada uma delas no ano de 2000.

Em relação a esta última categoria, ainda, é notável em todas as cidades o crescimento acelerado de sua presença, em alguns casos tendo quase dobrado sua participação ao longo do período.

De maneira sintética, então, o movimento é o de estreitamento da parte superior da pirâmide social e alargamento dos setores intermediários e inferiores.

De maneira a fornecer um quadro mais detalhado, a Tabela 17, a seguir, apresenta a desagregação daquelas grandes categorias em 23 grupos mais específicos, a partir dos quais algumas nuances aparecem e devem ser consideradas.

Observa-se, de início, considerando a “Categoria dirigente” que, se a tendência geral é de estabilidade ou pequenas diminuições em alguma cidade, quando desagregados os dados mostram que em geral o movimento desta diminuição de seu peso relativo é mais intenso entre os “Dirigentes do setor público”, em todas as cidades, enquanto os dirigentes do setor privado, mesmo que apresentem diminuição relativa em alguns casos, mantêm-se com percentuais elevados, seguidos dos “Profissionais liberais” e dos “Empresários”, estes últimos com clara tendência de diminuição em quatro, das cinco cidades.

Tabela 17 – Composição das categorias e grupos sócio-ocupacionais urbanas (em %) 1991 – 2000

	P. Prudente		Araçatuba		Bauru		Marília		SJ RP	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
CATEGORIA DIRIGENTE	4.01	4.37	3.49	3.59	4.17	3.49	3.36	3.98	4.41	4.07
Empresários	1.06	0.73	0.61	0.59	0.81	0.64	0.63	0.81	1.00	0.82
Dirigentes do setor público	0.28	0.18	0.45	0.09	0.37	0.09	0.23	0.15	0.21	0.12
Dirigentes do setor privado	1.63	2.19	1.55	1.85	1.80	1.63	1.56	1.71	1.91	1.98
Profissionais liberais	1.04	1.27	0.87	1.05	1.19	1.13	0.95	1.31	1.29	1.15
CATEGORIA INTELLECTUAL	13.50	6.18	12.84	5.06	13.08	5.88	12.81	5.07	12.78	5.45
Profissionais autônomos de nível superior	4.23	0.91	4.14	0.84	3.84	0.83	3.62	0.88	4.27	1.07
Empregados de nível superior	9.27	5.27	8.70	4.22	9.24	5.05	9.19	4.19	8.51	4.38
PEQUENOS EMPRESÁRIOS	14.28	7.67	13.45	6.74	11.53	6.60	12.63	6.67	15.14	7.66
Pequenos empresários urbanos	12.08	3.31	11.75	2.95	9.87	2.52	10.65	2.61	12.77	3.20
Comerciantes por conta própria	2.20	4.36	1.70	3.78	1.66	4.07	1.98	4.06	2.36	4.46
CATEGORIA MÉDIA	21.21	23.48	20.66	21.36	22.65	25.12	20.42	24.05	20.74	24.65
Trabalhadores de escritório	7.73	10.31	6.77	9.94	7.02	11.44	6.20	9.64	6.98	10.53
Trabalhadores em atividades de supervisão	1.04	2.29	0.78	2.18	1.07	2.92	0.95	2.40	1.14	3.44
Técnicos e artistas	7.30	3.95	7.73	4.48	8.24	4.52	6.97	5.58	7.48	4.91
Trabalhadores nas áreas de educação e saúde	4.58	5.54	4.83	4.13	5.83	4.87	5.72	5.11	4.73	4.64
Trabalhadores nas áreas de segurança pública	0.57	1.38	0.56	0.64	0.50	1.39	0.59	1.31	0.40	1.13
PROLETARIADO SECUNDÁRIO	19.68	22.31	21.72	26.64	22.22	24.55	22.87	24.34	22.16	24.81
Operários na indústria moderna	0.87	2.59	1.14	3.20	1.47	3.37	1.99	3.93	1.53	3.46
Operários na indústria tradicional	7.90	8.47	10.10	9.15	9.83	8.18	9.79	7.13	10.18	9.05
Operários dos serviços auxiliares	4.61	5.05	3.58	5.95	4.26	5.26	4.42	5.68	4.02	4.48
Operários da construção civil	6.29	6.09	6.89	8.32	6.65	7.64	6.68	7.60	6.43	7.03
Artesãos	--	0.11	--	0.02	--	0.11	--	0.01	--	0.80
PROLETARIADO TERCIÁRIO	17.02	21.04	15.87	19.86	18.31	21.23	17.13	19.23	16.33	20.46
Trabalhadores do comércio	6.06	7.25	4.54	6.33	5.28	6.72	5.25	6.28	5.64	7.74
Prestadores de serviços especializados	6.60	8.99	6.45	8.78	7.50	8.72	6.50	7.96	6.27	8.41
Prestadores de serviços não especializados	4.36	4.79	4.88	4.75	5.53	5.80	5.38	4.99	4.42	4.31
SUB-PROLETARIADO	8.31	12.01	8.07	12.76	6.87	11.47	7.50	12.55	7.53	10.87
Trabalhadores domésticos	5.65	8.39	5.81	9.97	4.74	8.06	5.10	8.96	4.70	7.92
Ambulantes e biscateiros	2.66	3.62	2.26	2.79	2.13	3.41	2.40	3.59	2.83	2.95
Trabalhadores agrícolas	1.98	2.95	3.89	3.99	1.16	1.65	3.27	4.10	0.92	2.02

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. Microdados, 1991 e 2000

Org: do autor

A perda de espaço dos “Dirigentes do setor público”, que congrega altos cargos da administração pública, seja no executivo, no

legislativo e no judiciário, parece indicar por si só a perda de importância relativa da própria administração pública nestas sociedades, em uma década de intensas críticas, tentativas de reformas e diminuição do peso relativo do Estado na vida social. Por mais que se trate aqui de dirigentes, ou seja, cargos de comando e controle e não de funcionários públicos de maneira geral, o fato é que a perda de peso frente aos demais grupos coloca em discussão a importância (material ou simbólica) dos órgãos públicos e do aparelho do Estado nestes contextos, onde despontam com mais força a presença de "Dirigentes do setor privado" e "Profissionais liberais".

No interior da "Categoria intelectual" e dos "Pequenos empresários" o movimento de queda também não é homogêneo, chamando mesmo a atenção o crescimento do grupo dos "comerciantes por conta própria", como uma possível síntese de um movimento de indivíduos que buscam ter seu "próprio negócio", como tentativa de autonomia ou possibilidade de ainda se manterem produtivos, por mais que seja fato comum a instabilidade, precariedade de renda e insucesso de grande parte deste segmento.

Na "Categoria média", a queda com grande diminuição dos percentuais é a do grupo de "Técnicos e artistas", sobressaindo a rápida expansão do grupo dos "trabalhadores de escritório", a relativa estabilidade do grupo dos "Trabalhadores nas áreas de educação e saúde" e o crescimento, em algumas cidades, bastante expressivos (apesar da presença ainda baixa) dos "Trabalhadores nas áreas de segurança pública". Estes dois últimos setores ligados tanto a expansão de serviços públicos quanto privados (educação, saúde e segurança) conforma um quadro intimamente associado com o perfil da prestação de serviços, que se articula com outros segmentos vistos mais adiante.

Os “Operários da indústria tradicional” dominam o conjunto do “Proletariado do secundário” apresentando, entretanto, pequenas tendências de queda de participação, com o conseqüente aumento dos “Operários de serviços auxiliares” e, mais intensamente dos “Operários da indústria moderna”, apontando para redefinições importantes no perfil das atividades econômicas industriais. Parece que, pouco a pouco, moderniza-se tecnologicamente o parque industrial destas áreas urbanas, expandido-se o emprego para segmentos mais dinâmicos do ponto de vista de novos setores e ramos. Por seu lado, em que pese a presença significativa (sendo o segundo ou terceiro grupo em percentual) dos “Operários da construção civil”, sua tendência é estável.

O peso relativo do “Proletariado do terciário” também é crescente, principalmente entre os “Trabalhadores do comércio” e os “Trabalhadores em serviços especializados”, indicando o peso crescente que tais atividades assumem nestes espaços urbanos que, inclusive pode/devem extrapolar seus espaços locais, articulando cidades menores de seus entornos. Um exemplo destes últimos são as atividades financeiras e de telecomunicações que assistem a grande expansão no período mais recente. Articulados aos segmentos da educação, saúde e segurança constituem grande peso nos mercados de trabalho analisados.

O “Sub-proletariado”, nos seus dois grupos e os “Trabalhadores agrícolas” apresentaram tendência de crescimento acentuado no período. Principalmente em relação aos primeiros, observa-se como se acentua o peso de “Trabalhadores domésticos” e “Ambulantes e biscateiros” caracterizando situações sub-empregos e baixa formalidade típicas destes segmentos do mercado de trabalho.

Retomando e sintetizando o já exposto, estamos frente a uma estrutura social complexa, com tendências de mudanças em sua

composição e com claras segmentações em relação ao peso de cada categoria, segundo suas características. A pirâmide social, observada nestas cidades, mais que diferenças em relação ao que se poderia esperar de áreas urbanas comandadas pela economia de mercado capitalista apontam para a forte presença dos setores intermediários, a importância dos setores ligados direta e indiretamente à produção e, a expansão de seus segmentos inferiores.

Evidenciam-se, assim, as já citadas oposições entre os grupos sociais de acordo com sua inserção nos processos produtivos: os grandes e os pequenos empresários, os trabalhadores manuais e os não manuais, os trabalhadores das atividades relacionadas diretamente ao setor secundário ou ao terciário etc., conformadas pelas clivagens e desigualdades inerentes a uma sociedade capitalista.

Estas primeiras evidências de que estamos frente a um espaço social estruturado e estruturante das relações sociais urbanas nestas cidades, óbvias diga-se de passagem, não podem, entretanto, criar um obstáculo para uma averiguação mais minuciosa dos dados expostos, seja no que se refere às mudanças passíveis de observação em uma análise intertemporal, seja buscando especificidades e particularidades próprias a este conjunto de cidades de porte médio.

Prova disto, são as diferenças passíveis de observação entre as cidades, certamente derivadas não apenas de estruturas produtivas diferenciadas, mas também de vários outros fatores como sua história, sua cultura etc. Porém, para além destas particularidades, sempre presentes e passíveis de análise, encontram-se elementos comuns que indicam estarem estas cidades submetidas às mesmas lógicas estruturantes.

O espaço social, assim, é complexo e os processos sociais, ou seja, as relações entre e intra categorias reafirmam a cada momento

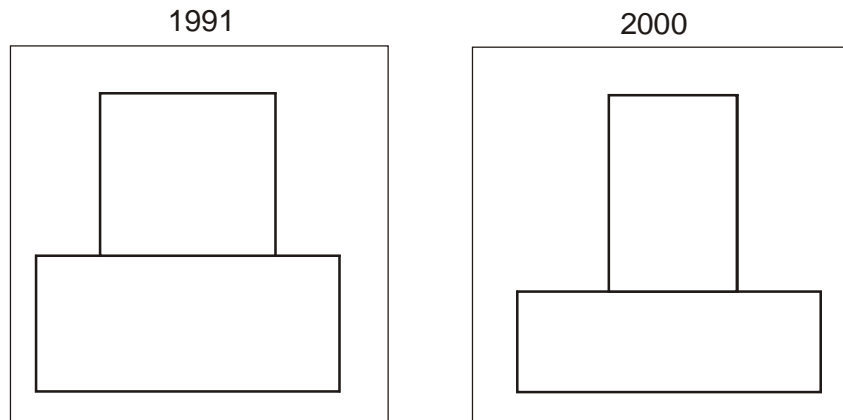
as desigualdades no interior da sociedade. Dentro de cada categoria os indivíduos se reconhecem, se conhecem, mantém relações de proximidade social, compartilhando modos de vida, compreensões comuns sobre a realidade e, muitas vezes, a mesma vizinhança, ou seja, a proximidade social levando à proximidade geográfica.

Na mesma direção em que são criadas e recriadas as condições de proximidade, semelhança e homogeneidade intra-categorias destaca-se a possibilidade e a capacidade de que cada uma se reconheça enquanto diferente, base para a promoção da desigualdade. O pertencer a uma categoria é, assim, um mecanismo de igualação para dentro e de diferenciação para fora.

Como já esperado, também, não se percebe alterações drásticas e bruscas em um curto espaço de tempo, quando se trata de estruturas sociais. A inércia e conservação são fortes elementos a estruturar as diferenciações sociais. E isto acaba por colocar por terra argumentos que tentariam dar conta de uma transformação social representada pela segmentação e pelo fracionamento social. Isto é, que durante os anos 90 as profundas transformações produtivas e tecnológicas teriam atingido a estrutura social, segmentando-a irremediavelmente, havendo tendência de diminuição das camadas intermediárias e o aumento dos segmentos das pontas superior e inferior. Não é possível perceber um tal processo de fragmentação social e, mais que uma ruptura com os modelos de organização social e econômica anteriores anos, os anos 90 mantiveram uma estrutura herdada do passado.

Mesmo assim, e como já visto, são perceptíveis movimentos, talvez tendenciais, entre os anos considerados. O aumento do peso das categorias médias, do proletariado do secundário, e do terciário e a mudança de patamar do peso do sub-proletariado que ultrapassa a casa dos 10%, tal como no Modelo 1, a seguir.

Modelo 1 – Estrutura geral das posições e distâncias sociais. 1991-2000



Chamam atenção, também, as semelhanças encontradas entre as cidades e para retratá-las os dados foram reorganizados de maneira a permitir a comparação das discrepâncias, ou as distâncias das diferentes categorias entre as cidades nos dois anos sob análise.

Em 1991, a maior diferença percentual pode ser encontrada na categoria do proletariado do secundário entre as cidades de Marília e Presidente Prudente, enquanto em 2000, a maior diferença, também na categoria do proletariado do secundário, é verificada entre Araçatuba e Presidente Prudente.

Os dados da Tabela 18, a seguir, acabam por demonstrar dinâmicas diferenciadas e diferenciadoras entre as cidades, mas mesmo assim, é possível afirmar também que, em sendo pequenos os percentuais de variação dentro de cada ano e entre os dois anos considerados, nenhuma cidade se sobressai frente a outras. Estaríamos, assim, frente a processos que tendem a manterem próximas as estruturas sociais e os processos de diferenciação que poderiam levar a mudanças aceleradas de uma cidade em relação às demais.

Tabela 18 – Maiores e menores diferenças por categoriais sócio-ocupacionais entre as cidades analisadas. 1991 e 2000.

	1991			2000		
	Maior %	Menor %	Diferença	Maior %	Menor %	Diferença
Categoria dirigente	SJRP	Marília	1,05%	PP	Bauru	0,88%
Categoria intelectual	SJRP	PP	0,72%	PP	Marília	1,11%
Pequena burguesia	SJRP	Bauru	3,61%	PP	Bauru	1,07%
Categoria média	Bauru	Marília	2,23%	Bauru	Araçatuba	3,76%
Proletariado secundário	Marília	PP	3,19%	Araçatuba	PP	4,33%
Proletariado terciário	Araçatuba	Bauru	2,44%	Bauru	Marília	2%
Sub- proletariado	PP	Bauru	1,44%	Araçatuba	SJRP	1,89%
Trabalhadores agrícolas	Araçatuba	SJRP	0,97%	Marília	Bauru	2,45%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. Microdados, 1991 e 2000

Org: do autor

Antes de seguirmos adiante, é necessário lembrar também que, por um lado, pelo fato de termos encontrado estruturas sociais bastante semelhantes, os resultados obtidos estariam a indicar que tais estruturas sociais estão submetidas às mesmas lógicas e processos mais gerais que conformariam espaços sociais relativamente homogêneos entre estas cidades de porte médio e, por que não, em diferentes cidades deste mesmo porte.

Por outro lado, vale observar mesmo não objeto direto das preocupações neste trabalho que os resultados obtidos por Ribeiro e Lago (2000) e Mammarella e Barcellos (2000) para as áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o primeiro, e Porto Alegre, apontam para o aprofundamento das diferenciações entre as metrópoles, mesmo sabendo-se que naqueles trabalhos foram analisados os dados referentes aos anos 80, isto é entre 1980 e 1991.

Mais importante, entretanto, e sem adentrarmos em comparações numéricas, vale ressaltar que a aproximação dos resultados quando colocados lado a lado entre as metrópoles e as cidades aqui analisadas reforçam o argumento de estarmos frente a realidades tão complexas quanto aquelas, ou seja, as estruturas sociais de cidades de médio porte respondem ao mesmo grau de complexidade e diferenciação social daquele presente na vida social urbana metropolitana.

6.2. Estrutura e composição da desigualdade social

Conhecendo o peso de cada categoria na conformação do espaço social e sua natureza estruturante das relações sociais nestas cidades, é possível aprofundarmos na averiguação de seus elementos estruturadores, ou seja, caracterizar e diferenciar uma categoria e/ou grupo sócio-econômico dos demais.

Para tanto, foram selecionados quatro dimensões e quatro indicadores distintos: a renda média, a escolaridade, a presença de indivíduos negros e pardos e a presença de mulheres em cada uma das categorias.

A renda é tomada aqui como *proxy* do capital econômico controlado pelos indivíduos e por mais ampla e pertinente que seja a discussão a respeito do peso que tem assumido as variáveis econômicas na caracterização de situações de pobreza e miséria, quando se trata de colocar em questão a desigualdade, a renda deve ser tomada como apenas um entre vários indicadores que devem necessariamente compor uma análise multidimensional a respeito de tais processos (MELAZZO; FERREIRA; MIYASAKI, 2003 e ; SPOSITO, 2000 e 2002; ROCHA, 2000).

A escolaridade, medida a partir da média dos anos de estudos é aqui tomada para uma aproximação ao capital educacional de cada categoria. Anos de estudo crescentes significam, então, a possibilidade de acesso e permanência na escola, a aquisição de saberes e práticas culturais e denota o valor que cada segmento social confere a estes bens, bem como as possibilidades de acesso e permanência aos diferentes níveis de ensino.

Por seu lado, as informações a respeito da presença relativa de negros e pardos e de mulheres em cada categoria apontam para um debate mais amplo que aquele que aqui será realizado, que é o de apontar os acessos desiguais a lugares sociais previamente delimitados a certos grupos. Na verdade as questões relacionadas a preconceitos raciais e de gênero têm sido cada vez mais apontadas como clivagens importantes no mosaico das desigualdades brasileiras, tal como apontam os estudos do IPEA (2002) e PNUD (2004). Neste sentido, tais indicadores serão aqui acrescentados com a finalidade de não apenas refinar a análise, mas também procurando dar conta de processos reais e basilares em nossa sociedade.

Enfim, a seleção destas quatro dimensões das desigualdades e a construção de indicadores, mesmo que simples, para apresentá-las e problematizá-las permite, a nosso ver, compor um painel dos processos mais profundos que estruturam o espaço social em nossas cidades.

A renda e a escolaridade, a presença de negros e pardos e mulheres, em cada uma e para cada categoria sócio-ocupacional, a nosso ver, permitem uma aproximação bastante produtiva dos bens materiais e simbólicos que compõem os "monopólios sociais" dos instrumentos diferenciadores e que diferenciam indivíduos e grupos sociais em nossa sociedade. O acesso e a posse de tais bens, seguindo

as pegadas de Pierre Bourdieu, constroem as desigualdades sociais que conformam o espaço social.

Mais além, o retrato que daí pode emergir, para além do conhecimento mais aprofundado destas realidades ainda tão pouco estudadas, pode sugerir caminhos, alternativas e estratégias de enfrentamento destas mesmas desigualdades.

Vejamos, então, as Tabelas sínteses para cada um dos indicadores elaborados onde aparecem, de maneira inequívoca, as desigualdades que comandam o processo de estruturação destes espaços sociais. As desigualdades em cada um dos diferentes tipos de capital e em relação ao acesso de negros/pardos e mulheres a determinadas categorias é comum às cidades no mesmo sentido em que desigualdades desta natureza encontram-se presentes na formação brasileira.

A Tabela 19, a seguir, apresenta a renda média em cada categoria sócio-ocupacional, nos anos considerados e para cada uma das cidades analisadas.

Uma observação preliminar é necessária: trata-se do conjunto das rendas declaradas, ou seja, dos rendimentos do trabalho e aqueles derivados de transferências governamentais e aqueles derivados de juros, aluguéis e outros. Sendo assim, são conhecidos os vieses que embutem sub-declaração das categorias de maiores rendas, o que deve ser sempre considerado na leitura dos dados.

A primeira observação diz respeito à proximidade dos valores declarados das rendas dos diferentes grupos entre as cidades, sendo poucos os casos em que se verificam distâncias nas rendas entre as cidades. Mais uma vez, ao indicar a proximidade de tais resultados, sugere-se estarmos frente a espaços sociais bastante similares no que

se refere à composição das estruturas de rendimento e, conseqüentemente, das desigualdades sociais.

Porém, chamam a atenção também, as tendências de variações ao longo do período. Ou seja, os grupos que tiveram aumento ou diminuição de seus rendimentos médios entre 1991 e 2000, sendo estes marcos em vermelho para a facilidade da leitura da Tabela.

Observa-se que nos grupos iniciais, que correspondem às “Categorias dirigentes”, “Categoria intelectual” e mesmo na “Pequena burguesia” a tendência geral foi de aumento ou estabilização da renda média, com claro destaque no interior da primeira para o grupo dos “Empresários” que em todas as cidades apresentam acréscimos superiores a 90%, inclusive distanciando-se dos outros grupos da mesma categoria, em um movimento de ampliação da desigualdade da renda mesmo no topo de sua pirâmide. Uma categoria portanto, cada vez mais heterogênea em sua composição.

Vale destacar ainda o movimento de grande ampliação da renda do grupo dos “Pequenos empresários urbanos” que mais que dobrou, em todas as cidades, sua renda média e não há como deixar de lembrar que este foi um dos grupos que apresentou a maior diminuição de sua presença quantitativa em relação aos demais, conforme a Tabela 19.

O mesmo movimento de pequena expansão/estabilização é observado em relação às “Categorias médias”. Quando se verifica queda da renda média, esta é pequena e não chega a provocar qualquer diferenciação substantiva dentro desta categoria.

Tabela 19 – Renda média (em s.m.) – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.

	Araçatuba		Bauru		Marília		P. Prudente		SJRP	
	91	00	91	00	91	00	91	00	91	00
CATEGORIA DIRIGENTE										
Empresários	14,25	35,05	13,27	47,01	14,87	27,15	14,43	31,43	14,75	32,28
Dirigentes do setor público	10,9	13,24	11,25	13,95	9,68	9,75	10,78	10,97	10,57	17,5
Dirigentes do setor privado	7,57	19,89	9,53	18,84	7,99	14,48	7,94	16,04	9,6	16,6
Profissionais liberais	13,66	15,66	14,38	19,26	14,84	16,84	13,41	17	13,23	21,26
CATEGORIA INTELECTUAL										
Profissionais autônomos de nível superior	5,52	6,87	5,85	6,63	5,77	7,04	6,45	7,11	6,19	9,64
Empregados de nível superior	4,97	8,15	5,9	8,14	4,87	7,63	6,5	8,98	5,46	8,68
PEQUENA BURGUESIA										
Pequenos empresários urbanos	4,08	21,62	4,74	17,91	4,08	14,13	7,7	18,36	5,39	16,82
Comerciantes por conta própria	4,91	5,78	5,9	5,69	5,75	5,62	5,88	5,15	6,05	6,84
CATEGORIA MÉDIA										
Trabalhadores em atividades de rotina	3,58	3,63	4,35	4	3,89	3,75	3,7	3,96	3,87	3,71
Trabalhadores em atividades de supervisão	7,2	7,33	8,18	8,27	7,66	7,91	7,69	7,62	8,33	8,34
Técnicos e artistas	4,17	6,49	5,22	7,79	4,16	6,28	4,4	7,09	4,92	6,49
Trabalhadores nas áreas de educação e saúde	4,45	4,51	2,25	4,12	4,51	4,32	5,04	4,83	4,88	4,48
Trabalhadores nas áreas de segurança pública	6,99	15,82	7,14	8,96	7,25	7,82	7,2	6,8	7,13	6,8
PROLETARIADO SECUNDÁRIO										
Operários na indústria moderna	3,57	3,8	3,89	3,77	2,97	3,76	3,35	4,04	3,43	4,1
Operários na indústria tradicional	3,23	2,88	3,85	3,52	3,06	3,18	3,14	3,69	3,37	3,68
Operários dos serviços auxiliares	3,8	3,82	4,5	4,78	3,39	3,86	4,24	6,37	4,69	4,62
Operários da construção civil	3,09	2,91	3,14	3,46	2,84	2,78	2,91	2,78	3,58	3,62
Artesãos		1,72		3,82		2,7		3,02		3,69
PROLETARIADO TERCIÁRIO										
Trabalhadores do comércio	3,79	4,35	4,06	1,51	4,14	4,15	3,91	4,25	4,66	5,31
Prestadores de serviços especializados	2,83	2,58	3,35	2,77	2,48	2,45	2,69	2,84	3,13	3,05
Prestadores de serviços não especializados	3,13	2,42	3,67	2,9	2,73	2,66	2,76	2,61	3,28	2,79
SUB-PROLETARIADO										
Trabalhadores domésticos	1,26	1,32	1,34	1,51	1,2	1,36	1,16	1,35	1,45	1,54
Ambulantes e biscateiros	4,96	3,27	5,63	4,16	5,81	5,81	5,99	3,22	6,13	4,23
Trabalhadores agrícolas	1,89	1,74	3,54	4,92	1,53	5,44	1,6	4,07	2,65	5,09

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.

Organização: Everaldo Santos Melazzo

O movimento inverso, ou seja, de estabilização ou queda da renda média é observado com maior intensidade nos extratos inferiores das categoriais e grupos. Quando mais se avança em direção a estes grupos, maior é seu número que apresenta queda de renda, particularmente entre o "Proletariado do terciário" e dentro dele o grupo dos "Prestadores de serviços não especializados".

Na categoria do “Sub-proletariado”, os denominados “Trabalhadores domésticos” apresentaram pequenas variações positivas em todas as cidades e “Ambulantes e biscateiros”, queda, à exceção de Marília, onde permaneceu no mesmo patamar.

Há que se ressaltar que, tomada a renda média em salários mínimos em cada um dos anos, a tendência de pequenos acréscimos ou estabilidade representam na prática, menor poder de compra, dada a permanência de processos inflacionários durante grande parte da década em análise ao mesmo tempo em que são conhecidos os efeitos desiguais da inflação para categorias de rendas altas e baixas.

Porém, importa-nos demonstrar que o quadro tal como observado é de ampliação das desigualdades na renda média e para tanto, a Tabela 20 a seguir, sintetiza para cada cidade a diferença entre a maior e menor renda verificada em cada ano e tão importante quanto verificar a ampliação dos diferenciais em salários mínimos é constatar que em todas as cidades e em ambos os anos a maior diferença é sempre estabelecida entre “Empresários” e “Trabalhadores domésticos”. Marcam-se, assim, a permanência e a ampliação das desigualdades como motores a estruturar estes espaços sociais.

Tabela 20 – Diferenças entre as maiores e menores rendas médias (em s.m.) – Cidades analisadas – 1991/2000

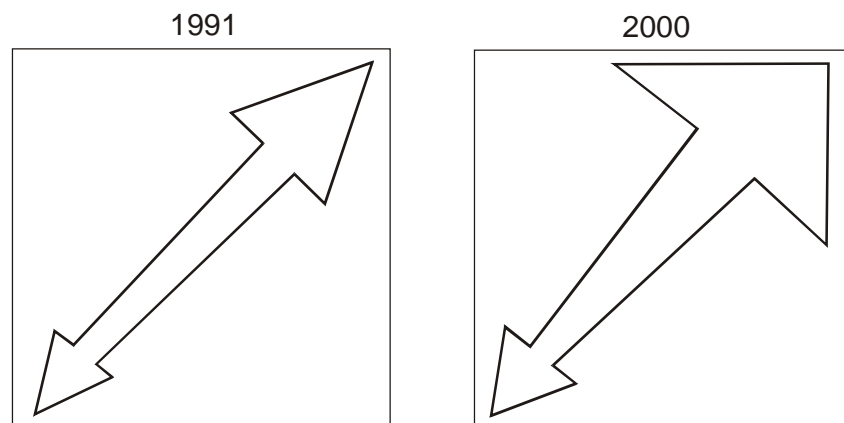
	1991	2000
Araçatuba	12,99	33,73
Bauru	11,93	45,50
Marília	13,67	25,79
Presidente Prudente	13,27	30,08
São José do Rio Preto	13,30	30,74

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.
Organização: Everaldo Santos Melazzo

Retomando e sintetizando, observa-se em relação à renda um padrão de desigualdades marcado pela permanência e das posições sociais e pela ampliação dos diferenciais entre as categorias superiores e inferiores. Mesmo quando se observa alterações relativas nas

posições de algumas categoriais, o padrão ainda é o de que a conquista de posições superiores no *ranking* dos rendimentos é exclusividade de grupos situados nas partes também superiores da pirâmide da renda e vice versa. Para os situados nos extratos inferiores observa-se perda relativa (e em alguns casos também absoluta) em seus rendimentos. O Modelo 2, a seguir, procura sintetizar tal movimento.

**Modelo 2 – A ampliação dos diferenciais da renda.
1991 – 2000.**



Seguindo, e com o objetivo de ampliar paulatinamente a compreensão deste quadro de desigualdades que sugere um padrão único para estas cidades de porte médio, a Tabela 21, na página seguinte, apresenta o segundo elemento de nossa análise: a escolaridade, medida em anos de estudo por grupo sócio-ocupacional.

Dos dados da Tabela depreende-se que a escolaridade média cresceu em todos os grupos e em todas as cidades entre os anos considerados. O crescimento dos anos de estudo indica uma paulatina ampliação (pública e privada) de investimentos, equipamentos e redes educacionais em todos os níveis de ensino (do fundamental ao superior). No mesmo sentido, e raciocinando-se que em cada categoria sócio-ocupacional não se encontram números significativos de jovens

Tabela 21 – Média de anos de estudo – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.

	Araçatuba		Bauru		Marília		P. Prudente		SJRP	
	91	00	91	00	91	00	91	00	91	00
CATEGORIA DIRIGENTE										
Empresários	10,3	12,6	10,8	12,4	10,1	13,0	10,5	13,2	10,9	12,1
Dirigentes do setor público	12,3	14,1	12,5	12,4	13,2	13,2	13,5	13,5	12,2	13,3
Dirigentes do setor privado	8,8	10,8	9,8	10,9	8,5	10,9	9,0	11,3	9,5	10,4
Profissionais liberais	15,3	15,5	15,1	15,6	15,7	15,7	15,0	15,6	15,2	15,6
CATEGORIA INTELECTUAL										
Profissionais autônomos de nível superior	16,1	16,8	16,4	16,8	16,8	16,8	15,0	15,6	15,2	16,8
Empregados de nível superior	15,1	15,4	15,7	15,7	16,3	16,7	15,0	15,3	15,2	15,4
PEQUENA BURGUESIA										
Pequenos empresários urbanos	7,0	11,3	7,4	11,5	6,9	10,7	9,5	11,4	7,3	10,8
Comerciantes por conta própria	6,0	8,5	6,6	7,9	6,0	8,0	8,0	8,0	6,3	7,8
CATEGORIA MÉDIA										
Trabalhadores em atividades de rotina	9,7	11,1	9,9	10,8	9,9	10,7	10,0	11,1	9,7	10,6
Trabalhadores em atividades de supervisão	8,4	10,8	9,4	10,8	9,3	10,7	9,0	10,0	8,8	10,1
Técnicos e artistas	9,2	11,1	9,6	11,3	9,2	10,2	10,0	11,1	9,3	10,4
Trabalhadores nas áreas de educação e saúde	9,4	9,6	9,5	9,5	9,2	9,2	9,1	10,0	9,4	9,4
Trabalhadores nas áreas de segurança pública	10,2	11,3	9,8	11,4	9,4	10,5	10,0	10,1	9,4	10,2
PROLETARIADO SECUNDÁRIO										
Operários na indústria moderna	6,0	7,4	6,2	7,5	6,2	7,2	7,0	7,3	6,2	7,0
Operários na indústria tradicional	6,3	7,1	6,6	7,0	6,0	7,2	6,0	7,2	5,9	7,0
Operários dos serviços auxiliares	5,1	6,6	5,5	6,5	5,1	6,6	5,0	6,4	5,0	6,4
Operários da construção civil	4,8	5,5	4,4	5,4	4,8	5,2	4,0	5,3	4,5	5,3
Artesãos		5,5		9,4		6,0		9,7		8,8
PROLETARIADO TERCIÁRIO										
Trabalhadores do comércio	7,8	9,6	7,9	8,9	8,0	9,1	8,0	9,3	7,8	9,1
Prestadores de serviços especializados	6,0	7,2	6,3	6,9	5,6	6,6	6,0	6,8	5,6	6,6
Prestadores de serviços não especializados	5,9	7,0	6,5	6,7	5,6	6,4	6,0	7,0	5,8	6,6
SUB-PROLETARIADO										
Trabalhadores domésticos	4,4	5,4	4,2	5,1	4,2	5,0	4,0	5,6	4,2	5,3
Ambulantes e biscateiros	6,0	8,0	6,5	7,9	6,2	7,7	7,0	7,8	6,5	7,3
Trabalhadores agrícolas	3,8	5,9	3,5	5,7	3,9	5,4	5,0	6,7	3,7	7,2

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.
Organização: Everaldo Santos Melazzo

(até os 18 anos), os dados sugerem que durante a década a expansão da escolaridade atingiu amplos segmentos da população.

Porém, não há como deixar de notar o fato de que há, efetivamente, uma diminuição da diferença entre a escolaridade média entre os grupos de maiores e menores anos de estudo, ou seja, ao

contrário daquele movimento detectado a partir das rendas médias, no caso em questão ocorre movimento contrário, tal como sintetizado na Tabela 22, a seguir.

Tabela 22 – Diferenças entre as maiores e menores escolaridades (em anos de estudo) – Cidades analisadas – 1991/2000

	1991	2000
Araçatuba	12,3	10,1
Bauru	12,9	11,7
Marília	12,9	11,8
Presidente Prudente	11,0	10,3
São José do Rio Preto	11,5	10,3

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.
Organização: Everaldo Santos Melazzo

Em todas as cidades verifica-se queda dos anos de estudos entre os grupos superiores e inferiores, entre 1 e 2 anos, o que equivale dizer que os grupos inferiores da pirâmide social alcançaram e incorporaram mais anos de estudo que as categorias superiores, em que pesem as diferenças não terem baixado ainda da casa dos 10 anos, isto é, atingir e permanecer na escola (particularmente as do nível médio e principalmente superior) e incorporar mais anos de estudo ao seu capital social é atributo e possibilidade das categorias superiores da pirâmide social.

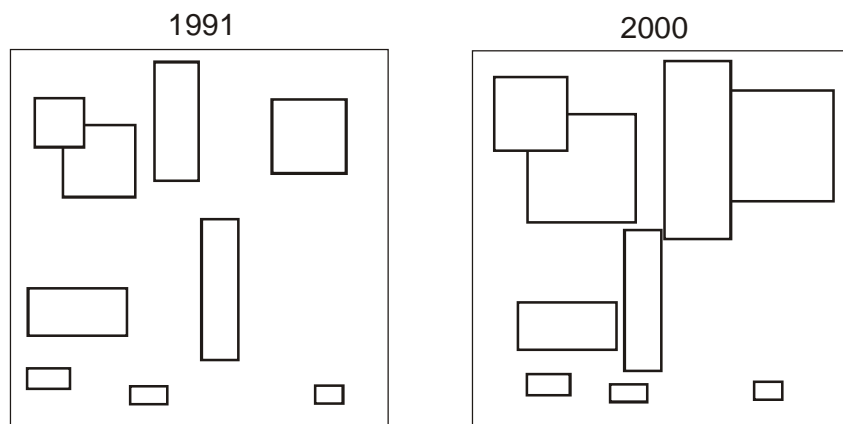
Em conjunto com a renda, a escolaridade assim pode ser tomada como elemento diferenciador das posições sociais e afiguram-se como verdadeiros “monopólios” de pequenos grupos sociais.

Porém, há que se ressaltar aqui ainda que, ao contrário também da disposição de renda verificada anteriormente, onde os “Empresários” lideraram para todos os anos e cidades a primazia das maiores rendas, no que se refere à escolaridade, são os “Profissionais autônomos de nível superior” que detêm os maiores “volumes” de escolaridade, sem dúvida pela necessidade permanente de “volta” ao ensino superior para capacitação e atualização em um segmento do mercado de trabalho exigente de tais atributos, como o são as

atividades de consultoria e assessorias. Apenas dois grupos seguintes mais se aproximam daquele: o dos “Profissionais liberais” e dos “Empregados de nível superior” os quais, seguindo a mesma tendência do primeiro são pressionados cada vez mais pela concorrência no interior de cada profissão. Configuram-se, assim, os grupos efetivamente detentores de capital intelectual nas cidades analisadas.

Neste sentido, vale afirmar (e apresentar o modelo a seguir) que as clivagens existentes no interior das denominadas camadas superiores, onde renda e escolaridade não se distribuem de maneira linear e positiva, sugerem um espaço social mais segmentado e fracionado que uma análise inicial poderia sugerir.

Modelo 3 – O crescimento desigual dos anos de estudo. 1991-2000.



Por outro lado, observa-se a queda paulatina dos anos de estudo à medida em que, seguindo a hierarquia social construída, alcança-se os níveis inferiores da pirâmide. Os grupos dos “Trabalhadores agrícolas”, “Sub-proletariado” e “Construção civil” pouco avançam para além da escolaridade básica do nível fundamental de ensino, sendo

ainda os “Trabalhadores domésticos”, em geral, o grupo com menor escolaridade.

Os dois elementos apresentados e discutidos a seguir também são discriminadores e fundadores de desigualdades sociais. Porém, ao contrário dos anteriores que funcionam como instrumentos positivos de diferenciação e em alguns casos ascensão social, a cor ou raça (usando a expressão empregada pelo IBGE, 2000 na própria coleta de dados e sujeita a discussões que fogem ao âmbito deste trabalho) e o gênero são, na nossa sociedade, mesmo que em graus diferentes, instrumentos de diferenciação negativa e impeditivos de maiores graus de (re)distribuição da própria escolaridade e da renda.

Assim, tomemos em seguida a Tabela 23, na página anterior, que apresenta os percentuais de negros e pardos e cada um dos grupos sócio- ocupacionais e de início podemos chamar a atenção para o menor número de grupos que apresentou aumento percentual de negros e pardos em sua composição que aqueles que apresentaram aumentos. A regra, então, é a diminuição relativa deste segmento, entre os diferentes grupos de trabalhadores ocupados.

Tabela 23 – Negros e pardos (em %) - Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.

	Araçatuba		Bauru		Marília		P. Prudente		SJR	
	91	00	91	00	91	00	91	00	91	00
CATEGORIA DIRIGENTE										
Empresários	6,85	-	5,92	1,1	5,00	2,7	4,8	6,2	4,69	0,7
Dirigentes do setor público	20,37	-	10,00	15,4	3,57	-	9,1	6,3	4,55	9,1
Dirigentes do setor privado	16,85	12,0	13,02	8,2	14,06	5,1	19,2	11,8	8,62	4,8
Profissionais liberais	5,77	7,1	4,04	1,2	3,42	1,7	4,9	1,8	3,27	3,9
CATEGORIA INTELECTUAL										
Profissionais autônomos de nível superior	22,11	13,2	22,78	16,1	19,46	8,8	24,3	13,6	12,10	6,3
Empregados de nível superior	28,99	10,3	21,86	7,9	26,98	8,6	28,9	10,7	16,23	6,2
PEQUENA BURGUESIA										
Pequenos empresários urbanos	27,40	12,6	20,73	7,8	26,62	5,5	25,6	10,2	14,54	4,7
Comerciantes por conta própria	25,25	23,5	18,59	15,3	18,85	19,7	25,7	21,1	13,32	9,6
CATEGORIA MÉDIA										
Trabalhadores em atividades de rotina	17,64	19,3	14,96	13,1	16,99	16,1	18,1	18,9	9,83	9,3
Trabalhadores em atividades de supervisão	21,51	19,9	16,00	12,0	7,69	11,4	14,6	14,2	4,94	7,5
Técnicos e artistas	21,55	19,9	18,25	12,6	21,28	21,4	20,9	16,2	12,70	12,6
Trabalhadores nas áreas de educação e saúde	25,09	24,6	22,85	15,6	24,22	17,8	19,9	21,1	13,41	10,1
Trabalhadores nas áreas de segurança pública	31,34	26,9	21,28	15,2	24,66	21,7	25,0	11,4	16,47	10,9
PROLETARIADO SECUNDÁRIO										
Operários na indústria moderna	33,09	36,7	30,80	26,9	36,18	33,7	28,2	34,3	22,70	20,8
Operários na indústria tradicional	31,20	29,7	28,89	27,0	34,60	31,5	32,8	29,0	18,84	17,6
Operários dos serviços auxiliares	32,63	34,5	28,50	25,3	36,33	32,0	35,6	29,8	21,52	16,7
Operários da construção civil	42,44	45,9	39,26	38,6	41,87	46,3	46,5	43,9	27,36	29,1
Artesãos		50,0		26,7		-		30,0		9,8
PROLETARIADO TERCIÁRIO										
Trabalhadores do comércio	23,52	19,5	20,20	17,2	18,21	16,7	21,8	18,6	14,08	9,9
Prestadores de serviços especializados	35,07	36,5	30,75	28,7	36,41	32,2	36,6	35,3	20,93	22,8
Prestadores de serviços não especializados	37,01	39,3	32,21	33,5	37,35	38,4	36,4	35,7	22,95	22,5
SUB-PROLETARIADO										
Trabalhadores domésticos	48,05	49,6	44,49	39,4	49,21	46,6	52,8	44,1	34,33	30,7
Ambulantes e biscateiros	25,28	26,1	21,80	16,4	20,95	19,8	26,3	23,3	13,27	12,2
Trabalhadores agrícolas	53,13	29,7	36,87	22,5	47,52	41,9	40,0	23,7	20,00	16,4

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.

Organização: Everaldo Santos Melazzo

Obs.: (-) dados menores que 0,5%

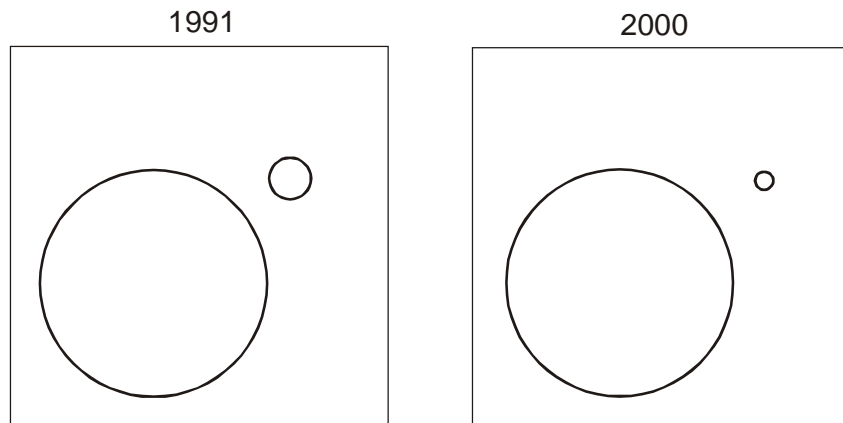
Porém, antes de verificar os grupos onde tais processos de aumento ou queda ocorrem com mais intensidade, constata-se mais uma vez a regra de que quanto mais abaixo na hierarquia dos grupos maior a presença de negros e pardos, em todas as cidades e nos dois momentos considerados.

De um lado, "Trabalhadores domésticos" e "Operários da construção civil" lideram as posições sócio-ocupacionais com a maior presença deste segmento social, sempre com mais de 30%. Por outro lado, na composição da "Categoria dirigente" o percentual máximo encontrado mal ultrapassa os 20% no grupo dos "Dirigentes do setor público" em 1991.

Mais clara ainda é a tendência de queda da presença de negros e pardos nos grupos superiores da escala social, de maneira muito mais intensa que nos grupos inferiores, onde as quedas quando ocorrem são em pequenos percentuais. Isto não apenas significa que a presença de negros e pardos parece interdita nos extratos superiores da pirâmide, como indica também a inércia se sua manutenção nos extratos considerados inferiores.

O modelo sugerido é o seguinte.

Modelo 4 – Alterações de negros e pardos na diferenciação dos grupos sócio-ocupacionais. 1991-2000.



A associação que emerge daí é imediata: os lugares sociais, fortemente condicionados pela renda e pela escolaridade, são determinantes do acesso de indivíduos segundo a raça ou etnia.

Ao mesmo tempo, é possível inferir que o não crescimento da presença deste segmento de maneira mais homogênea nas diferentes categorias e grupos é devido à baixa mobilização, organização e disputa destes lugares por parte dos movimentos sociais ligados à questão racial.

Por fim, completando os elementos que queremos salientarmos na análise das estruturas sociais das cidades analisadas, acrescentamos a questão do gênero como também determinante das desigualdades que estamos caracterizando.

Os dados, a partir da Tabela 24, a seguir, dão conta do grupo dos “Trabalhadores domésticos” como aquele com a maior

concentração de mulheres, com variações pequenas entre o primeiro e o segundo ano analisados. Atividade destinada socialmente às mulheres, é também o grupo com as menores rendas médias e de menor escolaridade e com a presença de negras ou pardas em mais de 40% em sua composição. Não seria, portanto, exagero, se referir a este grupo como sendo composto de mulheres negras, de baixa escolaridade e pobres.

No outro extremo da pirâmide social, e mesmo com tendência em todas as cidades de crescimento ao longo do tempo, o grupo dos "Empresários" não alcança em nenhum momento ou lugar, percentuais de 25%, ou menos de um quarto dos seus membros como mulheres. Também não seria, a nosso ver, se referir a este como um grupo composto por homens brancos, de alta renda e escolaridade.

O avanço da presença de mulheres se faz sentir, entretanto, em quase todas as demais categorias e grupos, respondendo a processos mais gerais da estrutura social brasileira que vem se afirmando desde os anos 70 e chama a atenção o grupo dos "Trabalhadores nas áreas de educação e saúde" e "Trabalhadores nas áreas de segurança pública", muito influenciado, a nosso ver, pela expansão de tais serviços por parte do Estado. Ou ainda a forte expansão na "Categoria intelectual", onde é posse do capital educacional um forte elemento de posicionamento, o que reafirma a perspectiva de que as mulheres tendem a acumular mais anos de estudo que os homens.

Porém, a queda relativa de mulheres como "Dirigentes do setor público" e também em todos os grupos da categoria do "Proletariado do secundário" respondem a processos mais específicos.

Em relação aos "Dirigentes do setor público" parece estarmos frente à vedação do acesso da mulher a cargos eletivos ou mesmo cargos para cuja ascensão dependa-se de indicações na medida em

Tabela 24 – Mulheres (em %) – Categoria sócio-ocupacional e cidades analisadas. 1991-2000.

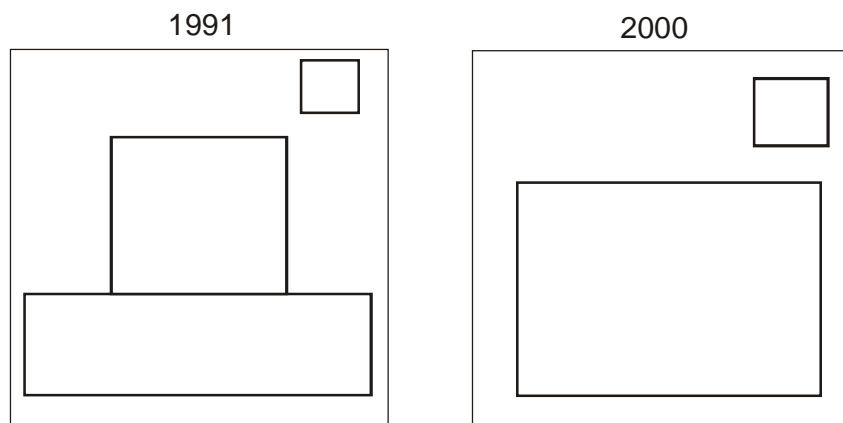
	Araçatuba		Bauru		Marília		P. Prudente		SJR P	
	91	00	91	00	91	00	91	00	91	00
CATEGORIA DIRIGENTE										
Empresários	13,70	18,8	19,74	24,2	8,00	23,0	15,1	18,5	14,08	19,9
Dirigentes do setor público	42,59	28,71	37,14	30,8	42,86	42,8	57,6	43,8	40,91	36,4
Dirigentes do setor privado	30,43	32,7	28,99	27,0	26,56	32,7	34,2	35,4	31,53	31,8
Profissionais liberais	26,92	28,2	26,91	35,4	21,37	39,2	23,6	37,2	23,64	28,3
CATEGORIA INTELECTUAL										
Profissionais autônomos de nível superior	21,91	48,5	22,78	47,5	23,71	47,5	24,5	53,1	22,66	44,7
Empregados de nível superior	28,60	58,9	30,28	60,0	31,39	54,0	30,2	62,3	28,60	55,4
PEQUENA BURGUESIA										
Pequenos empresários urbanos	27,11	28,9	33,26	24,7	28,52	32,4	30,3	29,9	29,04	28,8
Comerciantes por conta própria	29,21	42,5	27,88	40,6	25,00	37,7	31,4	40,2	24,85	42,2
CATEGORIA MÉDIA										
Trabalhadores em atividades de rotina	48,70	60,0	54,90	61,3	58,30	63,9	51,9	61,4	58,14	59,7
Trabalhadores em atividades de supervisão	9,68	29,5	15,50	25,2	10,26	21,0	9,8	24,0	12,76	24,0
Técnicos e artistas	40,26	40,6	43,24	36,3	51,86	37,3	43,8	31,1	43,81	38,0
Trabalhadores nas áreas de educação e saúde	58,36	60,8	54,94	59,4	55,52	52,2	64,5	62,3	58,99	60,0
Trabalhadores nas áreas de segurança pública	2,99	36,5	6,38	51,0	1,37	41,7	5,9	37,4	5,88	36,3
PROLETARIADO SECUNDÁRIO										
Operários na indústria moderna	12,50	4,6	13,77	6,3	22,36	10,3	16,5	8,3	10,74	3,1
Operários na indústria tradicional	29,87	27,3	25,31	23,5	28,32	28,0	28,0	23,0	32,92	31,9
Operários dos serviços auxiliares	5,16	5,2	6,13	4,1	19,37	19,3	6,9	6,5	3,98	2,3
Operários da construção civil	5,24	0,4	5,29	0,7	14,56	0,9	5,9	0,6	3,95	0,6
Artesãos		-		26,7		-		50,0		18,2
PROLETARIADO TERCIÁRIO										
Trabalhadores do comércio	9,63	42,8	9,39	45,0	8,18	46,7	8,8	35,8	4,92	41,2
Prestadores de serviços especializados	49,54	62,3	45,95	66,2	48,00	64,5	50,3	63,3	48,91	63,8
Prestadores de serviços não especializados	23,06	19,0	21,50	16,2	20,03	13,6	20,1	21,8	20,94	18,5
SUB-PROLETARIADO										
Trabalhadores domésticos	94,07	94,5	97,08	93,9	96,19	92,4	94,6	94,5	94,79	95,7
Ambulantes e biscateiros	27,14	49,6	26,32	49,1	25,34	39,3	31,1	48,1	26,20	46,3
Trabalhadores agrícolas	9,94	18,0	11,06	16,9	7,92	18,9	4,7	13,7	2,05	14,4

Fonte: IBGE. Microdados da amostra. 1991 e 2000.
Organização: Everaldo Santos Melazzo

que para aqueles que dependem de concursos a presença das mulheres tende a crescer. No caso do “Proletariado do secundário”, apenas no grupo dos “Operários da indústria tradicional” observa-se queda brusca entre os dois momentos, sendo em quase todos os demais casos, diminuições que acabam por não alterar o patamar anterior.

Raciocínio semelhante à questão da baixa presença de negros em categorias sócio-ocupacionais superiores pode, aqui também, com as devidas ressalvas ser acionado. Talvez a inexistência de movimentos sociais de gênero respondam pelo não crescimento mais acelerado de mulheres em algumas categorias, sendo de certa forma confinadas àquelas ou tradicionais socialmente (caso das “Trabalhadoras domésticas”) ou para as quais é a posse do elemento escolaridade o de maior peso em sua definição. O modelo sugerido para esta questão é o seguinte:

**Modelo 5 – A seletiva posição da mulher no espaço social.
1991-2000.**

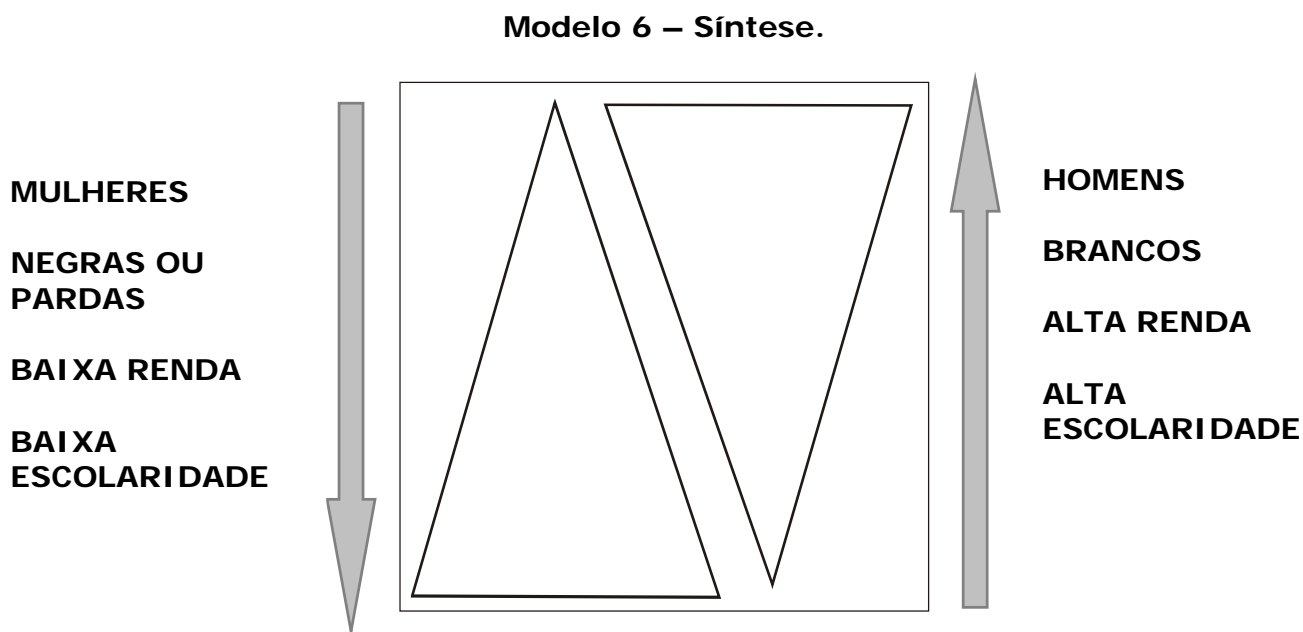


Por si só, o conjunto destes dados caracterizam uma estrutura social perversa em seus processos de estruturação/organização.

Lugares determinados para grupos sociais determinados em posições específicas na estrutura sócio-ocupacional.

Se como já visto no Capítulo 4 (em especial no item 4.2) as cidades analisadas apresentam indicadores gerais de potencial de geração de renda e riqueza, expansão de escolaridade, infra-estrutura de saneamento e propriedade imobiliária, quando desagregados os dados a partir das categorias sócio-ocupacionais são reveladas cidades marcadas pela permanência ou ampliação das desigualdades. E tal situação, por si só, já exigiria por parte de grupos sociais e também do Estado uma análise mais aprofundada dos condicionantes que tal realidade impõem aos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, tal como referido em capítulo anterior.

O modelo síntese sugerido poderia ser, assim, representado como a seguir.



6.3. Desigualdades sociais e territoriais nas cidades analisadas: distâncias serem vencidas.

Tendo em vista a ampliação das desigualdades entre as categorias sócio-ocupacionais no que se refere à renda, as distâncias entre estas no que se refere à apropriação de escolaridade e as diretas relações que podem ser estabelecidas em relação aos negros e pardos e à questão do gênero, que apontam para clivagens estruturais no acesso a determinados lugares sociais, este último item do trabalho além de sintetizar os elementos apresentados até o momento procura aprofundar o debate a respeito das distâncias sociais, acrescentando o à análise o mapa da inclusão/exclusão social (SPOSITO, 2002) para a construção de uma representação da distribuição das categorias sócio-ocupacionais no espaço intra-urbano das cidades consideradas.

Para tanto, a análise ficará restrita apenas à renda e escolaridade e, após a síntese a seguir, são apresentados e discutidos a representação destas distâncias sociais a partir dos diagramas resultantes da análise de correspondência e a representação de cada categoria por grandes áreas do espaço intra-urbano das cidades (tal como apresentado nos capítulos 4 e 5, anteriormente).

Todos os grupos sociais presentes na Categoria dos Dirigentes apresentaram aumentos em suas rendas médias. Liderados pelos Empresários que praticamente duplicaram seus rendimentos médios, são seguidos pelos Dirigentes do setor privado e pelos Profissionais Liberais. Apenas os Dirigentes do setor público tiveram estabilizados seus rendimentos. Mesmo dentro de uma mesma categoria, então, é possível percebermos o aumento das diferenciações internas que confirmam e ratificam uma hierarquização social previamente definida. As relações entre os membros desta categoria ficam, portanto, cada vez mais condicionados ao poder econômico.

Por outro lado, as altas escolaridades, características destes segmentos sociais permanecem, com variações positivas, presentes entre Empresários e Dirigentes do setor privado. É possível inferir que se entre Dirigentes do setor público e Profissionais liberais o maior número de anos de estudo é pré-requisito para o exercício profissional ou para o acesso a cargos, através ou não de concursos, para os equivalentes da iniciativa privada o acúmulo de capital educacional é mais lento e ampliado a cada geração.

De qualquer maneira, os níveis alcançados pela categoria Dirigente só encontra paralelo na próxima categoria, a Intelectual, dada a centralidade da escolaridade na definição da própria categoria, enquanto os níveis de renda aí observados caem para os Profissionais autônomos e mantém-se estável para os empregados. Mais que isso, se em 1991 as rendas da categoria Intelectual aproximavam-se ou mesmo ultrapassavam a dos grupos da categoria Dirigente, em 2000 a distância aumenta a favor desta. São os mecanismos de ratificação e ampliação das hierarquias sociais em funcionamento, redefinindo de maneira permanente as posições sociais.

Os chamados Pequenos empresários urbanos também ampliam sua parcela de renda, chegando inclusive a ultrapassar determinados grupos da primeira categoria, enquanto os Comerciantes por conta própria mantém-na praticamente estabilizada com tendência de queda no período. A ampliação da escolaridade é pequena e indica para os primeiros (Pequenos empresários) alcançarem a escolaridade média, para o segundo grupo, apenas o ensino fundamental.

As categorias médias, do Proletariado do secundário e do Terciário são aquelas com maior presença relativa na composição da estrutura social desta cidade, tal como visto na Tabela 8, anteriormente.

Os cinco grupos que compõem a categoria Média também se aproximam do ensino médio, mas de maneira mais lenta que as demais categorias anteriores, indicando que ampliar o "estoque" de capital educacional para estas categorias exige mais esforço que para as demais anteriores, na medida em que foi de apenas 1 ano a escolaridade ampliada entre os grupos.

A renda média, por sua vez, distancia-se das categorias anteriores e mesmo considerando-se a existência de um *continuun* de posições de rendas entre indivíduos, não é possível de deixar de notar que entre esta categoria (e as próximas) e as anteriores percebe-se uma mudança de patamar que se acentua entre 1991 e 2000. Se cresce o "degrau" da renda infere-se a ampliação das distâncias reais entre as categorias.

Chama a atenção ainda que os ocupados em atividades tipicamente relacionadas ao Estado e a empregos públicos, como a dos Trabalhadores nas áreas de educação e saúde e os Trabalhadores da área de segurança pública tenham diminuído suas rendas médias, enquanto a tendência dos demais grupos é de ampliação. A promoção de baixos reajustes salariais, aliados a contratações com salários médios menores, respondem por esta diminuição que, por sua vez permite indagar sobre a mudança relativa do papel social destes grupos no contexto social.

Para o trabalhador da indústria ocorrem pequenas ampliações da renda média, sendo maiores para o grupo dos Operários de serviços auxiliares e, como exceção os Operários da Construção civil, com tendência de diminuição.

Observa-se novamente o já apontado degrau em relação às categorias anteriores, inclusive a categoria Média. Porém, em relação a esta última o Proletariado do secundário é uma categoria composta de

grupos mais homogêneos no que se refere à renda, mesmo com as alterações entre 1991 e 2000.

A mesma característica em relação à escolaridade é novamente verificada aqui. No intervalo de uma década a ampliação de anos de escolaridade é pequena quando comparada aos setores do topo da pirâmide social.

O denominado Proletariado do Terciário, que reúne Trabalhadores do comércio e prestadores de serviço segue as mesmas tendências apontadas para os grupos anteriores: baixos patamares de renda e de sua evolução e também pequenas variações positivas na escolaridade. Aqui, entretanto, é possível observar diferenças dentro da categoria, na medida em que os indicadores dos Trabalhadores do comércio, em ambos os anos, são melhores que para os Trabalhadores dos serviços.

Por fim, na base da pirâmide da renda e da escolaridade encontra-se o Sub-proletariado e os Trabalhadores agrícolas.

Os empregados domésticos compõem o grupo com menor renda média, seja em 1991, seja em 2000, enquanto é clara a diminuição da renda de ambulantes e biscateiros, porém, ainda mais alta que para alguns setores do Proletariado do secundário, como o dos Trabalhadores da construção civil.

Para a escolaridade o comportamento é semelhante. Os menores anos de estudo para Empregados domésticos, tal como para os Trabalhadores da construção civil, enquanto que para Ambulantes e biscateiros alcança patamares mais elevados.

De qualquer maneira, na base da pirâmide social, rendas e escolaridades baixas apontam para não apenas para as dificuldades da

reprodução material destes grupos, mas também para o “status social” inferior frente às demais categorias. O trabalho reconhecido socialmente como desqualificado transborda para conferir identidade àqueles que os executam.

Mesmo considerando-se os extratos intermediários da pirâmide é possível perceber a maneira específica como vão sendo produzidas e reproduzidas tais desigualdades e as distâncias sociais entre indivíduos. Indivíduos não no sentido do particular e único, mas indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos socialmente pelas clivagens de características que os tornam desiguais em relação a outros, com características distintas e distintivas entre eles. Ou, indivíduos que se reconhecem e são reconhecidos por deterem características semelhantes ou diferentes em relação a outros. As hierarquias formadas pelas posições e pelas situações destas posições no espaço social, indicam uma “topografia social” de reconhecimentos mútuos que permitem classificar, relacionando uns aos outros.

É neste sentido que são apresentados os Gráficos 1 a 10 -- a seguir de maneira estilizada (para facilitar sua apreensão) e, em anexo, de maneira completa -- que procuram representar as diferentes categorias em suas relações de proximidade e distância, para os dois anos considerados, utilizando-se da análise de correspondência entre renda e escolaridade, sendo a primeira representada no eixo das abcissas e o segundo no eixo das ordenadas. Os pares formados refletem assim a posição de cada grupo frente aos outros de acordo com a posse/acesso a estes dois elementos.

A comparação dos Gráficos entre os anos de 1991 e 2000 de cada cidade reforça o fato já visto que enquanto a renda média por grupo amplia duas diferenças, no caso dos anos de estudo há uma diminuição da diferença entre eles.

Isto pode ser observado no fato de que a diferença percentual exposta no eixo das abcissas aumenta, enquanto no eixo das ordenadas diminui. No mesmo sentido, é possível observar que aumenta a dispersão do posicionamento dos grupos em cada quadrante entre os anos, em uma demonstração de que ampliou-se sua distância.

Do ponto de vista da representação gráfica tal fato pode ser percebido através da soma dos eixos das ordenadas e abcissas que em Araçatuba cresce 74% para 79,8%, em Bauru de 77,3% para 80,7, em Marília de 73,4% para 80,6%, em Presidente Prudente de 65,6% para 76,9% e em São José do Rio Preto de 74,6% para 79,8%. Amplia-se o espaço onde as distâncias são medidas, revelando a ampliação das distâncias geométricas entre os pontos/posições.

Do ponto de vista dos processos que vimos lidando até o momento, este fato implica na ampliação das desigualdades sociais entre os diferentes grupos que foram organizados para obtermos um retrato destas sociedades. Nos termos em que colocamos nossa leitura do espaço social, as mudanças nas posições relativas entre os grupos implica na mudança da distâncias entre os que estão próximos e os que estão longe, entre aqueles que estão incluídos e entre os que estão excluídos.

Mais uma vez, é bom lembrar que a inclusão e a exclusão são aqui consideradas não em relação a um padrão fixo e absoluto, mas sim às posições relativas de uns em relação a outros.

Movem-se na década dos 90 os posicionamentos sociais por que se movem os atributos que constroem tais posicionamentos e mesmo que tenha havido uma ampliação dos anos de estudos de todos os grupos, esta ampliação não foi homogênea e, além disto, o comportamento da renda média amplificou o distanciamento entre eles.

Gráfico 1 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Araçatuba, 1991.

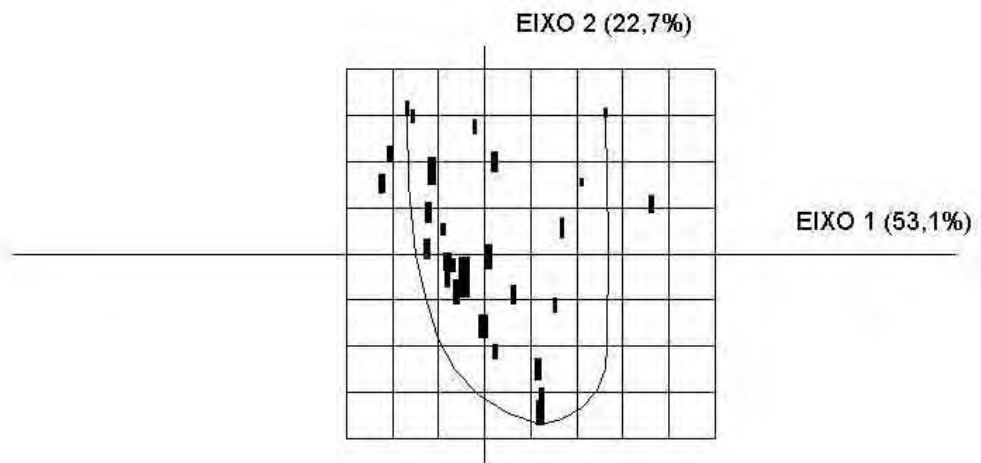


Gráfico 2 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Araçatuba, 2000

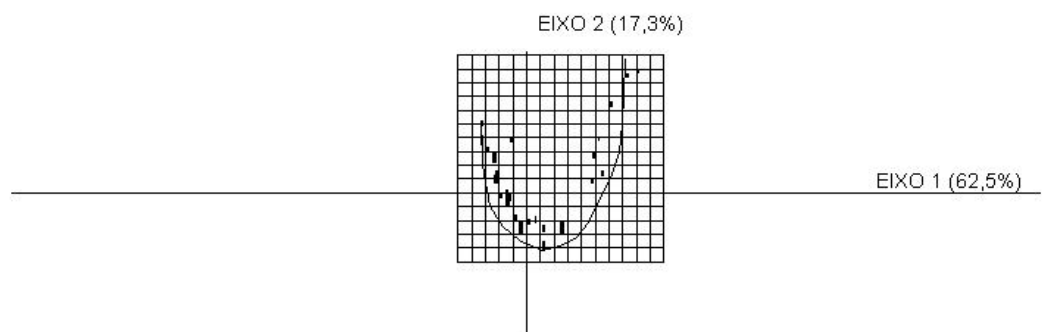


Gráfico 3 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Bauru, 1991

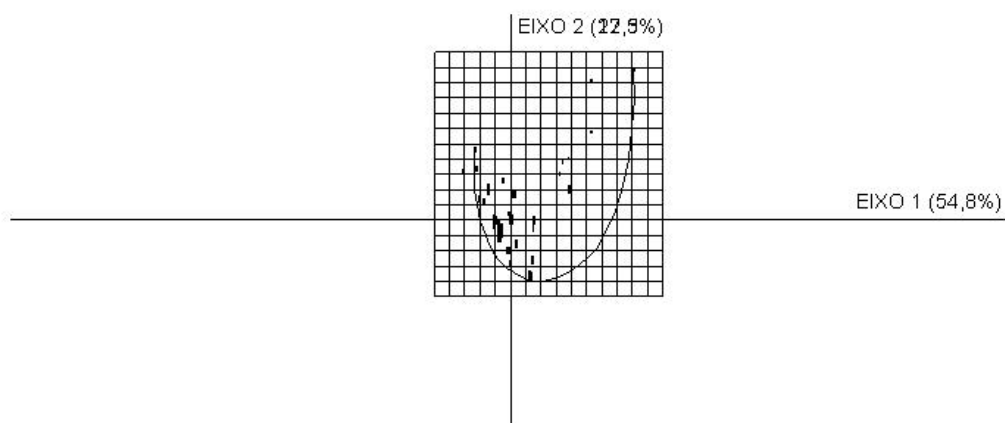


Gráfico 4 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Bauru, 2000

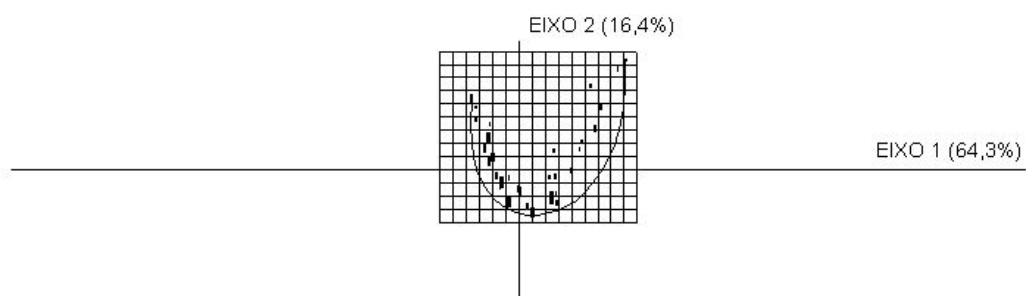


Gráfico 5 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Marília, 1991

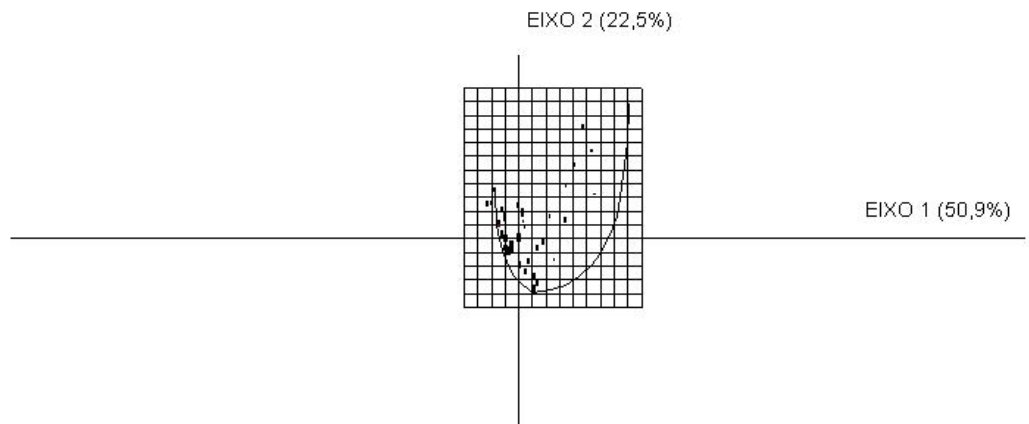


Gráfico 6 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Marília, 2000

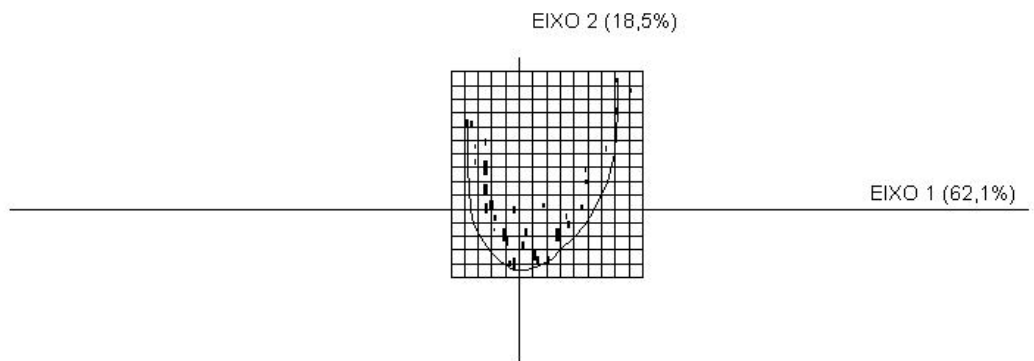


Gráfico 7 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Presidente Prudente, 1991

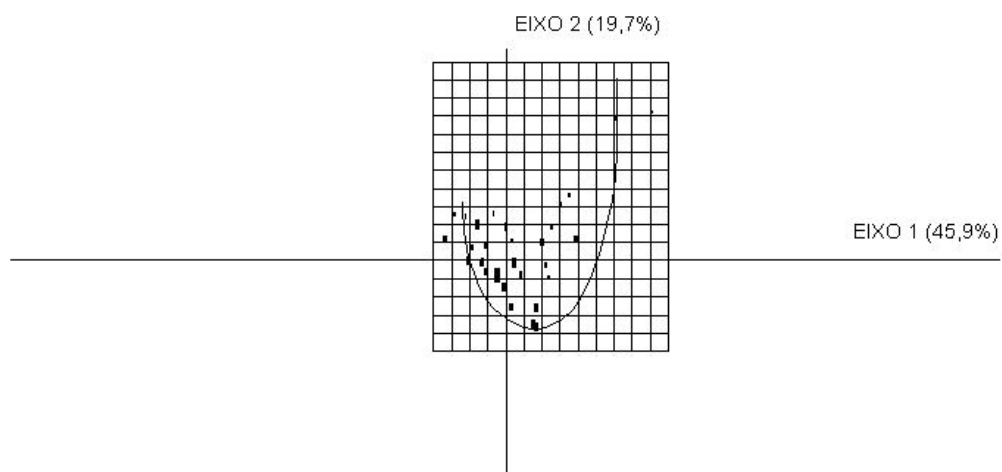


Gráfico 8 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – Presidente Prudente, 2000

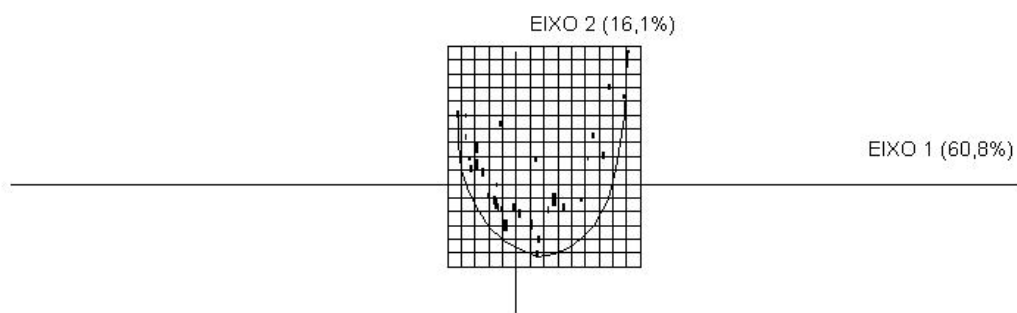


Gráfico 9 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – São José do Rio Preto, 1991

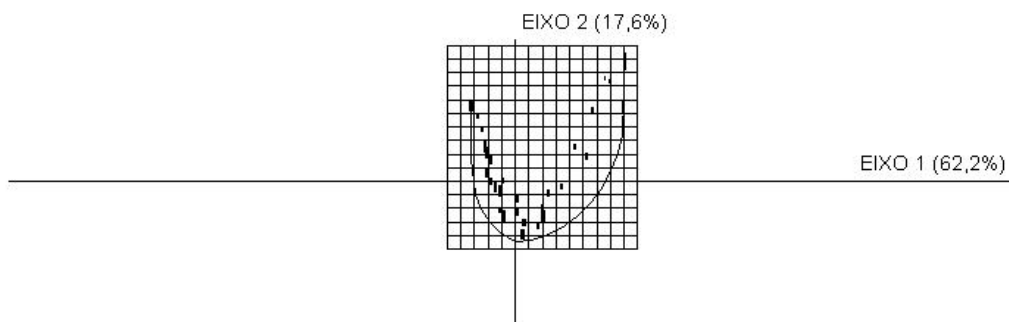
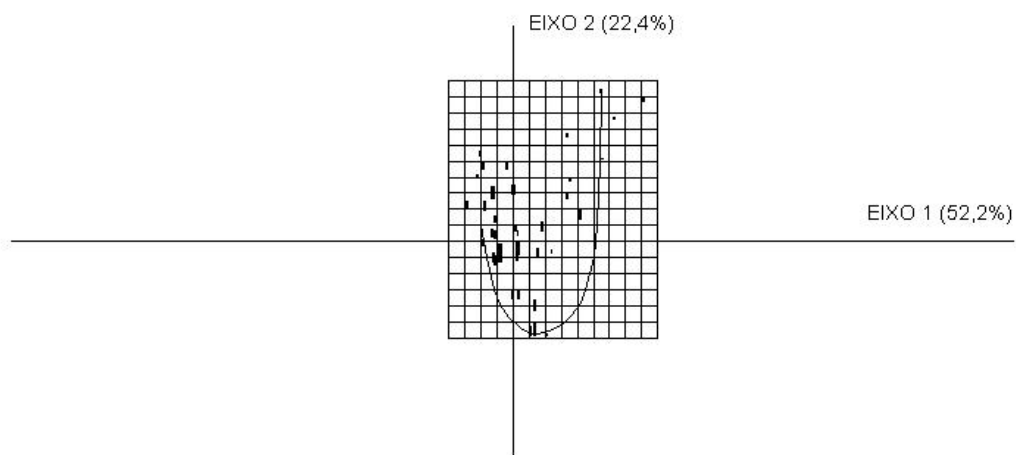


Gráfico 10 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e ano de estudo – São José do Rio Preto, 2000



Sendo a tônica dos anos 90, portanto, a ampliação das desigualdades sociais é possível afirmar, retomando a problematização do capítulo 3, que a construção histórica destas sociedades, tal como no Brasil é inequívoco dizer, delimitou de maneira eficiente e eficaz os mecanismos econômicos, culturais, de gênero etc. de uma estrutura social específica, onde se encontram demarcadas as posições sociais, as distâncias entre cada grupo, segmento e/ou classe e também as possibilidades de tal modelo incluir/excluir parcelas maiores ou menores destes grupos/segmentos em cada momento.

No sentido de irmos em busca da dimensão territorial destas desigualdades, encaminhamos agora a análise para agrupamentos e hierarquizações das categorias sócio-ocupacionais em cada cidade analisada.

Para o enfrentamento de tal questão, como já foi comentado, não foi possível contar com as informações necessárias para o ano de 1991.

Entretanto, as informações disponíveis para o ano de 2000, mesmo com as limitações já apontadas e outras comentadas adiante, fornecem um quadro extremamente significativo sobre como a estrutura urbana revela, reproduz e ratifica as desigualdades sociais verificadas.

Para a condução deste argumento, rerepresentaremos os Mapas da Exclusão/inclusão social de cada cidade de maneira a fornecer um quadro de referência para a espacialização das desigualdades, que produzem os diferentes territórios intra-urbanos. Sobrepondo-se a este Mapa, apresentaremos as informações referentes à localização das categorias sócio-ocupacionais agrupadas por áreas de ponderação.

Os recortes territoriais diferentes para a representação das duas informações é um elemento limitador. Enquanto o mapa da Exclusão/inclusão foi elaborado com dados referentes a setores censitários (unidade territorial adotada para a coleta de dados censitários, entre 250 e 300 domicílios particulares permanentes), as categorias sócio-ocupacionais só se encontram disponíveis para áreas de ponderação, como já comentado.

Adicionalmente, e também já comentado, tais áreas de ponderação apresentam limites do ponto de vista dos recortes territoriais resultantes e o principal deles refere-se ao fato de que seguindo apenas critérios estatísticos (nível de significância da amostra), deixam de considerar as próprias características de cada área.

Feitas estas observações, que devem funcionar como uma advertência dos limites da análise é possível verificar que da distribuição espacial das categorias sócio-ocupacionais nas cinco cidades não aparecem qualquer área completamente homogênea em sua composição. Ou seja, não há lugares exclusivos de uma ou outra categoria, mas sim áreas onde ocorre predominância de uma categoria em relação às demais.

Trata-se, assim, de áreas urbanas que, vistas da escala das áreas de ponderação, isto é áreas relativamente extensas dado os espaços urbanos sob análise, apresentam-se como heterogêneas em sua composição social.

Não se trata aqui de desconsiderar os efeitos que tal escala produz sobre os resultados da análise, uma vez que se reconhece que possivelmente recortes territoriais menores espacialmente poderiam indicar áreas muito mais homogêneas, principalmente se fossem consideradas as realidades dos denominados loteamentos fechados.

Tal forma de urbanização foi extensamente analisada por Sposito (2004) para diferentes cidades de porte médio, algumas delas presentes neste trabalho e seus resultados apontam claramente tais loteamentos (em geral erroneamente denominados de condomínios fechados) como constituindo-se em verdadeiras tentativas de refúgio dos segmentos de maiores rendas (e já em alguns casos de rendas intermediárias), produzindo cidades fragmentadas e segregadas.

Sobre esta última questão, que liga diretamente os conceitos de fragmentação segregação e exclusão voltaremos adiante, nas considerações finais, após a análise dos mapas elaborados, ou seja, após observarmos as articulações entre estruturas sócio-ocupacionais e áreas de exclusão/inclusão social em suas resultantes que são os territórios das desigualdades nestas cidades.

Porém, e para deixar suficientemente clara a perspectiva aqui perseguida: para a análise em curso vale mais a distribuição espacial das categorias sócio-ocupacionais e a predominância de uma sobre outras em determinadas áreas urbanas para a composição do mosaico intra-urbano no sentido de captar desigualdades, que a busca de áreas exclusivas e homogêneas.

A primeira cidade a ser observada através do Mapa 6, à página seguinte, é Araçatuba. E a primeira síntese mais direta possível dá conta de áreas centrais destinadas às categorias dirigentes, intelectual e da pequena burguesia que predominam sobre as demais, enquanto as demais categorias distribuem-se mais uniformemente nas outras áreas e aos extratos inferiores da hierarquização social cabem os extremos da porção leste, oeste e norte.

Em grandes traços, assim, já se afigura uma cidade marcada por fortes diferenciações sócio-territoriais e os processos aí subjacentes de

aproximações e afastamentos espaciais dos segmentos sociais podem ser observados.

A proximidade espacial exerce aí seu papel como elemento distinguidor das camadas sociais, produzindo seus efeitos na diferenciação social e de produção das desigualdades. As áreas contíguas à área central, a norte e a oeste também detêm amplas parcelas das mesmas categorias superiores, indicando processos de agrupamento seletivo no território intra-urbano. Não por acaso e como elemento central a definir tais localizações, percebe-se que estas mesmas áreas são formadas por setores de inclusão ou no máximo de baixa exclusão social, ou seja, são as áreas melhor posicionadas na cidade frente às demais, em relação aos indicadores utilizados.

No pólo oposto do conjunto de distâncias sociais e territoriais, nos extremos das áreas ao norte, leste e oeste diminuem sensivelmente a presença das categorias da parte superior da pirâmide social, dando lugar às categorias inferiores, notadamente o Subproletariado e Trabalhadores agrícolas. Nestas áreas, a presença de setores classificados como de alta e média exclusão apontam os territórios possíveis de serem ocupados por estas categorias.

Os grupos sócio-ocupacionais intermediários (Categorias média e de trabalhadores do secundário e terciário) distribuem-se nos espaços adjacentes à área central sem uma definição clara e unívoca de um padrão específico de localização. Da mesma maneira com que os grupos sociais que ocupam estas áreas são mais heterogêneos em sua composição, a presença maior de setores de baixa e média exclusão social também é maior.

Os lugares de cada categoria sócio-ocupacional são assim delimitados no interior da cidade, sem que se possa verificar a exclusividade ou homogeneidade no interior de cada área.

MAPA 6 -

Araçatuba EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS



<http://www.prudente.imesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Limite da área de poderação

Análise de situação

- Inclusão Social
- Exclusão Social
- Alta Exclusão Social
- Baixa Exclusão Social

Gráfico de Barras de categorias socio-ocupacionais - em %

44

- Categoria Dirigente
- Categoria Intelectual
- Pequena Burguesia
- Categoria Média
- Trabalhadores Secundário
- Trabalhadores do Terciário
- Serviços Domésticos
- Trabalhadores Agrícolas

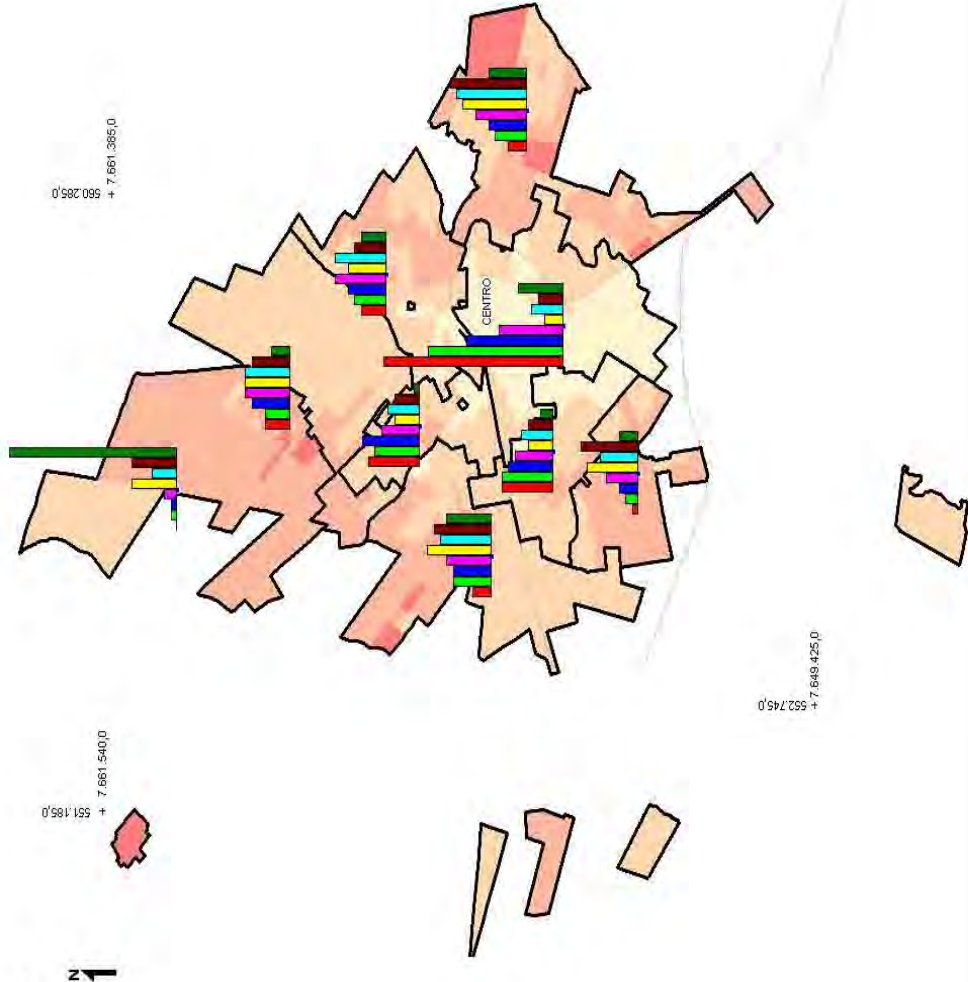
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, e Microdados da Amostra

Fonte do mapa: Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP.

Organização: Everaldo Santos Melazzo
Layout e finalização: Rose Maria do Nascimento

Escala 1 : 65.000
0 50 100m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



Porém, da mesma maneira com que as desigualdades sociais já apontadas operam no sentido de produzir diferenciações nos lugares do espaço social, o Mapa acaba de revelar que em sua dimensão territorial operam elementos diferenciadores tão poderosos quanto aqueles. A posição que ocupa cada categoria em relação às demais se constitui como elemento de imposição de diferenças que se reforçam mutuamente.

Em cada grande área analisada articulam-se de maneira direta os atributos positivos ou negativos conferidos por atributos eminentemente espaciais que constroem os mapas da exclusão/inclusão social e os atributos dos segmentos que ocupam tais espaços, produzindo seus territórios de maneira diferenciada e diferenciadora.

Por fim, uma última observação dá conta da presença bastante diferenciada de uma categoria, a dos trabalhadores agrícolas, em relação a todas as demais áreas da cidade e também em relação às demais categorias que dividem aquela área. No extremo norte da cidade, em uma área que oscila entre situações de baixa a alta exclusão social, predomina claramente este grupo sobre os outros.

O Mapa 7, na página seguinte, retrata a cidade de Bauru e ali também o padrão de distribuição das categorias sócio-ocupacionais parecem seguir padrão semelhantes aos de Araçatuba, respondendo no geral às características estabelecidas entre as áreas de exclusão e as de inclusão social.

As áreas centrais onde se localizam as categorias superiores são caracterizadas majoritariamente de inclusão e baixa exclusão. Nelas se observa a elevada presença das categorias dos dirigentes, intelectual, a pequena burguesia. A proximidade geográfica das áreas que concentram estas categorias reforça a impressão de que mecanismos

MAPA 7 -

Bauru
EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL
CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

□ Limite da área de poderação

Análise de situação

- Inclusão social
- Baixa exclusão social
- Média exclusão social
- Alta exclusão social

Gráfico de Barras de categorias sócio-ocupacionais - em %

44

- Categoria Dirigente
- Categoria Intelectual
- Pequena Burguesia
- Categoria Média
- Trabalhadores Secundário
- Trabalhadores do Terceiro
- Subproletariado
- Trabalhadores Agrícolas

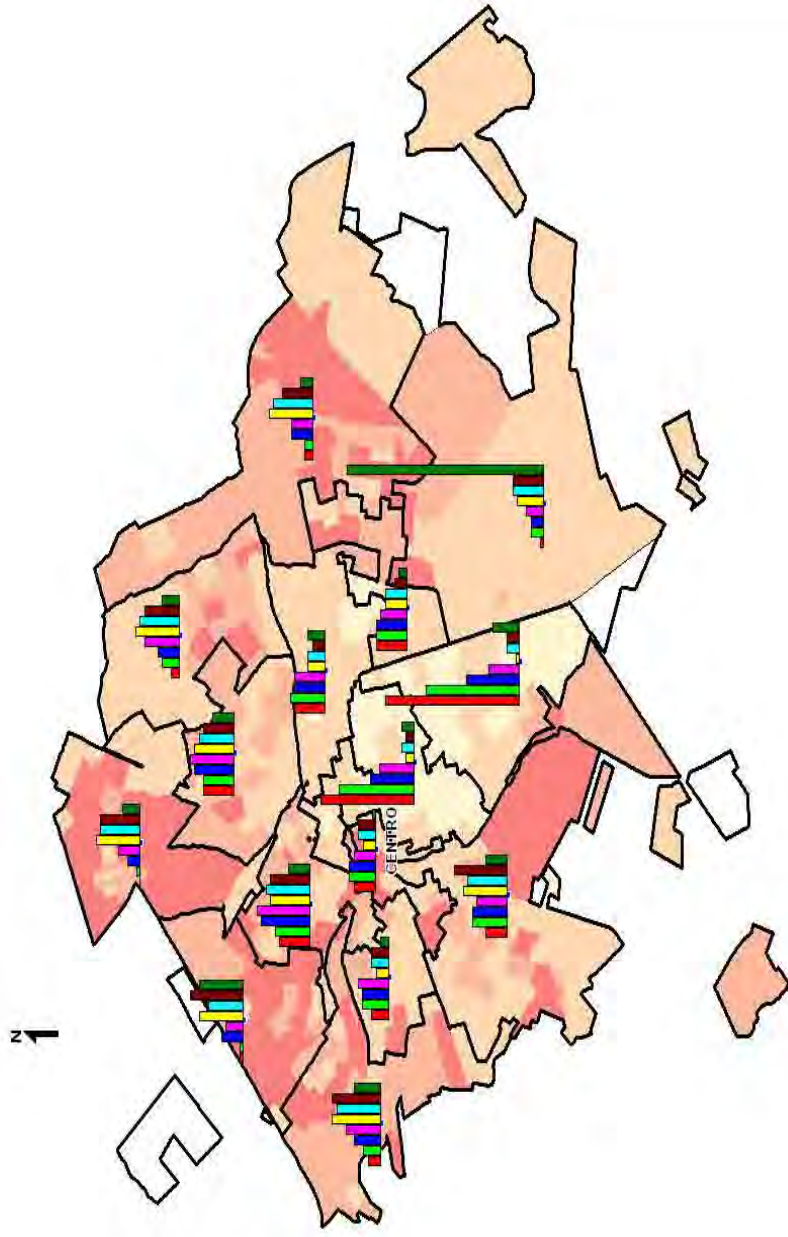
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, e Microdados da Amostra

Fonte do mapa: Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Organização: Everaldo Santos Melazzo
 Layout e finalização: Rose Maria do Nascimento

Escala 1 : 80000
 0 400 800 m

Sistema de Projeção: UTM
 Elipsoide: Hayford - Corrego Alegre.



espaciais de seletividade operam seleções rigorosas das possibilidades de acesso e permanência nestas áreas.

A presença destas categorias diminui bastante sua presença nas demais áreas e no entrono às áreas centrais em direção às porções norte, leste e oeste ampliam-se as categorias intermediárias (categorias médias, de trabalhadores do secundário e terciário e mesmo o sub-proletariado). São setores predominantemente de média exclusão social, mas onde já se fazem aparecer também setores de alta exclusão.

Porém, é nos extremos da área urbana, onde os setores de alta exclusão predominam sobre os demais que cresce a presença do sub-proletariado, sem necessariamente predominar sobre as demais categorias, mas indicando claramente e mais uma vez a quem socialmente são destinados estes setores. Os mecanismos de afastamento das áreas centrais operam em conjunto da aproximação das categorias inferiores da pirâmide social.

Mais uma vez, a intensa concentração de Trabalhadores agrícolas na porção sul/sudoeste chama a atenção, ainda mais por se constituir de uma área dominada por setores de baixa exclusão social, revelando um padrão de concentração espacial similar àquele verificado para a cidade de Araçatuba.

A cidade de Marília, apresentada no Mapa 8, à página seguinte, apresenta uma distribuição territorial das categorias bastante similar às cidades anteriores, sendo que a categoria dirigente tem uma maior presença também na área central, que é também a região da cidade dominada pelos setores de inclusão social. São claras, também, nesta cidade as possibilidades de que dispõem as categorias de maiores rendas e escolaridade de se localizarem nos melhores setores e quadrantes urbanos.

MAPA 8 -

Marília EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS



http://www.puoc.usp.br/area_pesquisa_inesp/pspp.htm

- LEGENDA**
- () Número de setores censitários
 - Limite da área de poderação

Análise de situação

- Inclusão Social (63)
- Baixa Exclusão Social (110)
- Média Exclusão Social (72)
- Alta Exclusão Social (18)

Gráfico de Barras de categorias sócio-ocupacionais - em %

- Categoria Dirigente
- Categoria Intelectual
- Pequena Burguesia
- Categoria Média
- Trabalhadores Secundário
- Trabalhadores do Terciário
- Subproletariado
- Trabalhadores Agrícolas

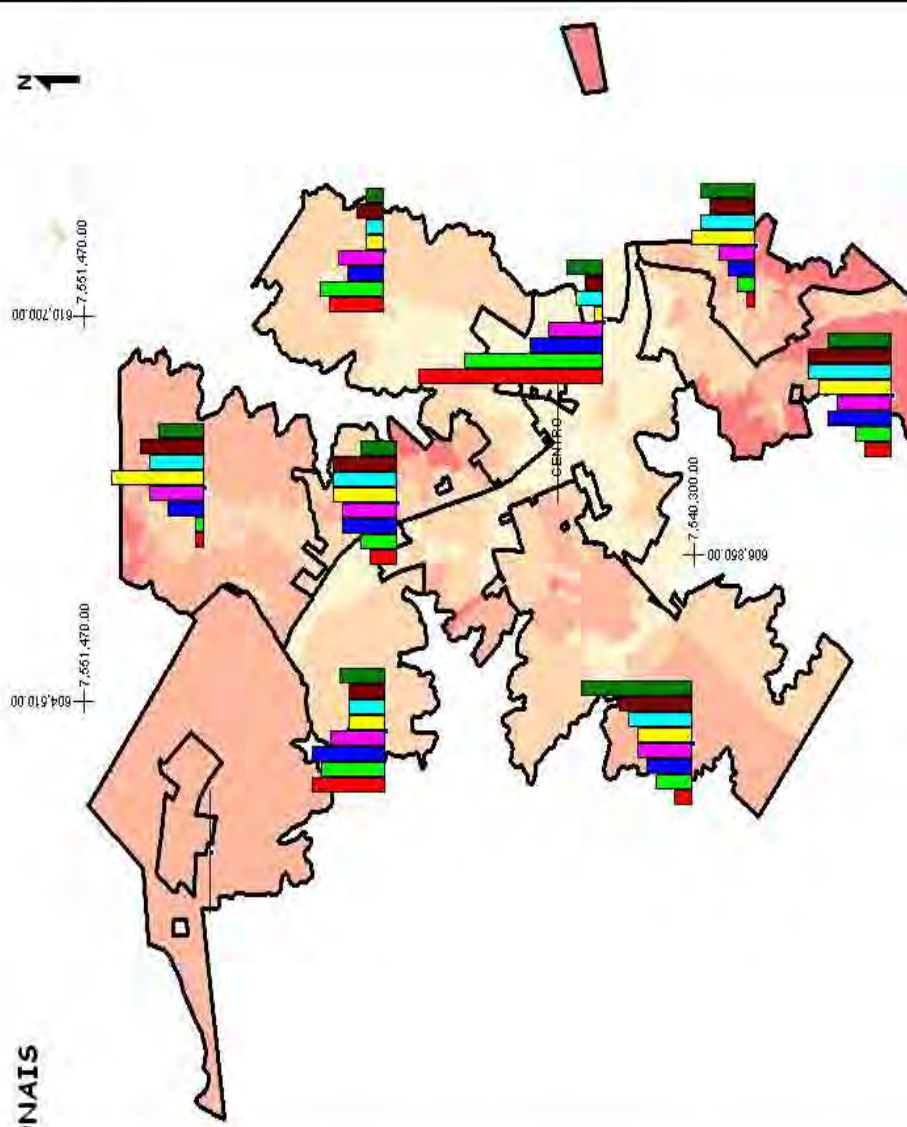
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, e Municípios da Anostrá

Fonte do mapa:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP

Organização: Everaldo Santos Melazzo
Layout e finalização: Rose Maria do Nascimento

Escala 1 : 70000
0 5 100 1400 m

Sistema de Projeção: UTM
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Acompanhando a Categoria dirigente, estas áreas se constituem também como territórios da Categoria intelectual e de parcelas da Pequena burguesia. E as proximidades geográficas das áreas onde estas categorias superiores são relevantes denotam na prática os mecanismos de aproximação destas categorias.

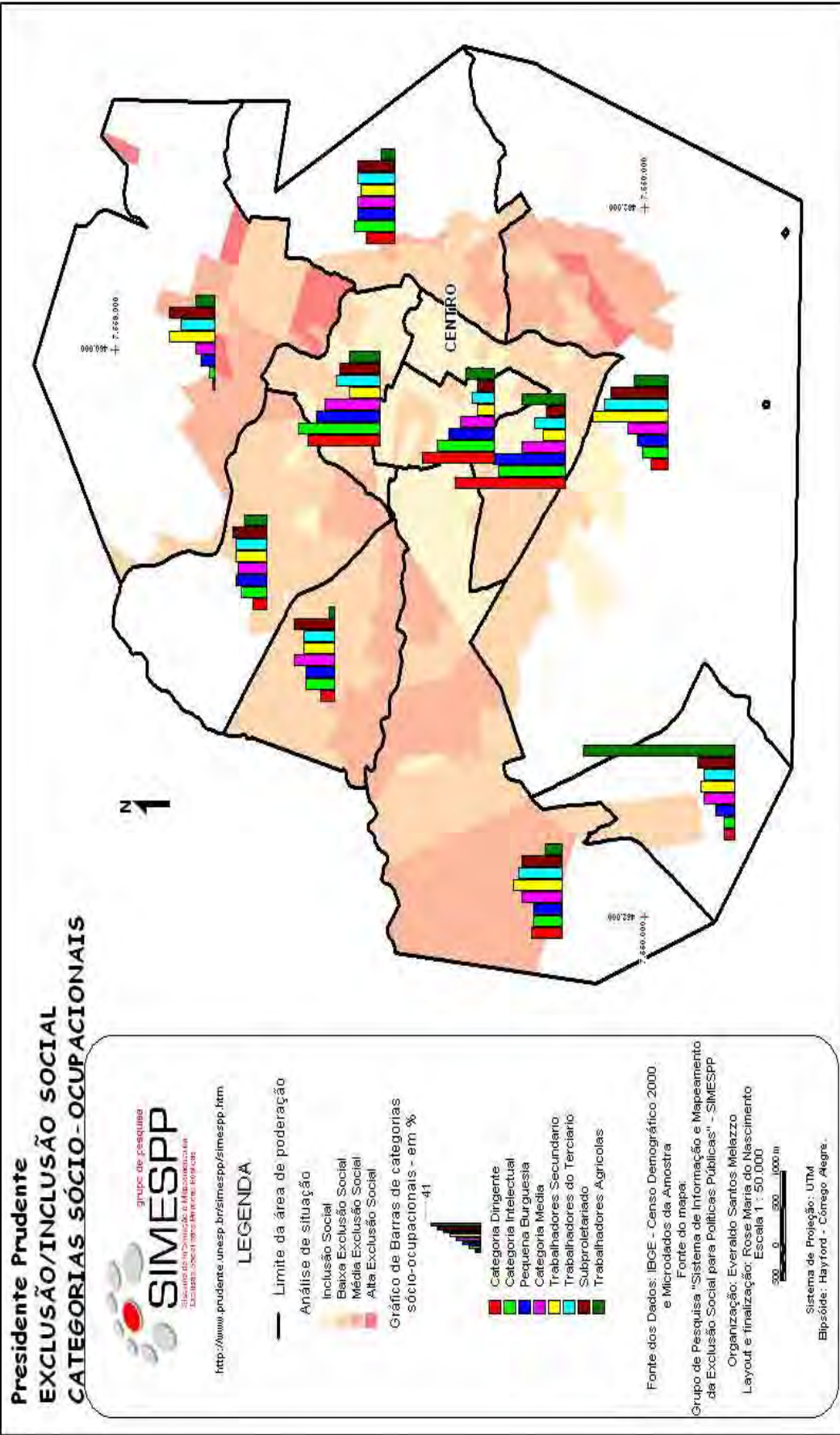
Entretanto, nas áreas situadas nos extremos sul e ao norte da cidade predominam os setores de exclusão social e a presença mais marcante dos Trabalhadores do secundário, terciário e Sub-proletariado. Este último grupo (o do sub-proletariado), que tem forte presença nas áreas ao sul compartilham com as categorias mais próximas os piores setores, afastando-se daqueles centrais, posicionando-se ao seu redor, enquanto no extremo norte o predomínio é dos trabalhadores do secundário.

Mais uma vez, destaca-se a presença mais marcante dos trabalhadores agrícolas em uma única área, neste caso posicionada à oeste da área central. Mesmo que em comparação às cidades de Araçatuba e Marília a presença desta categoria seja menos intensa, não deixa chamar a atenção o que parece ser reiterativo: uma possível seletividade espacial desta categoria.

A próxima cidade é Presidente Prudente, visualizada através do Mapa 9 seguinte e a distribuição das categorias sócio-ocupacionais no espaço intra-urbano obedece à lógica mais geral vista até o momento.

Nas áreas centrais e imediatamente próximas ao centro a maior presença é das categorias dirigente, intelectual e da pequena burguesia. O claro predomínio destas categorias articula-se nestas áreas onde também predominam setores de inclusão ou baixa exclusão social, sendo que diminuem sensivelmente nas demais áreas.

MAPA 9 -



Dispostas no seu entorno, as demais áreas apresentam situações diferenciadas. A leste, as áreas ganham maior homogeneidade nas categorias intermediárias e baixas da pirâmide social, principalmente a categoria média, do proletariado do secundário e terciário e mesmo do sub-proletariado.

Porém, é nas áreas que concentram o maior número de setores considerados como de exclusão social que cresce proporcionalmente o sub-proletariado, e em seguida suas categorias próximas. Ao norte e ao sul com presença maior do proletariado do secundário e a oeste em área com a presença de todas as categorias sócio-ocupacionais.

Mais uma vez, em Presidente Prudente também se verifica a disparidade na localização dos trabalhadores agrícolas, uma vez que no extremo da área sudeste seu percentual extrapola todas as categorias, sendo maior que qualquer outra em qualquer das demais áreas da cidade.

Por fim, o Mapa 10 apresenta a situação e as localizações dos grupos sócio-ocupacionais na cidade de São José do Rio Preto. As categorias superiores dispostas nas áreas de inclusão social, principalmente a partir da área central em direção à porção sul/sudoeste da cidade, contrastam com a localização dos grupos do sub-proletariado ao norte e a oeste, onde estão localizados, predominantemente, também os setores de alta exclusão social.

Ao contrário, porém, das cidades analisadas anteriormente a área central, tomada individualmente, não apresenta presença significativa da categoria dos dirigentes que se distribuem também nas áreas do seu entorno.

MAPA 10 -

São José do Rio Preto EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS



<http://www.prudente.unesp.br/simespp/simespp.htm>

LEGENDA

Limite da área de poderação

Análise de Situação

Inclusão Social

Baixa Exclusão Social

Média Exclusão Social

Alta Exclusão Social

Gráfico de Barras de categorias

sócio-ocupacionais - em %

25

Categoria Dirigente

Categoria Intelectual

Pequena Burguesia

Categoria Média

Trabalhadores Secundário

Trabalhadores do Terciário

Serviços Domésticos

Trabalhadores Agrícolas

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, e Microdados da Amostra

Fonte do mapa: Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESP.

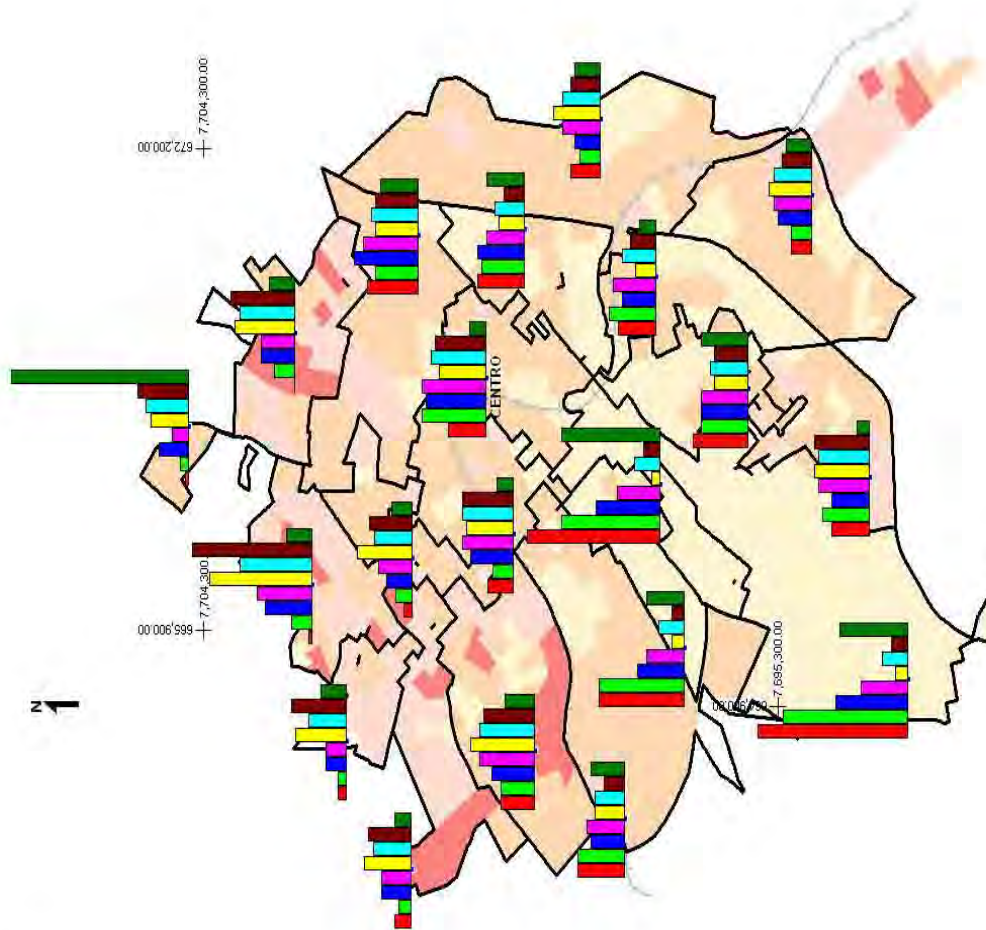
Organização: Everaldo Santos Melazzo
Layout e finalização: Rose Maria do Nascimento

Escala 1: 60.000

0 500 1.000m

Sistema de Projeção: UTM

Elipsóide: Rayford - Córrego Alegre.



As demais categorias ganham relevância nas áreas localizadas na franja da área urbana, com expansão significativa das categorias do proletariado secundário e do sub-proletariado, sendo a presença de áreas de exclusão social uma constante também aí.

Mais uma vez, a discrepância aparece em relação ao grupo dos trabalhadores agrícolas que predominam na área do extremo norte do espaço urbano, tal como nas cidades vistas anteriormente, reforçando a possível seletividade espacial desta categoria frente as demais.

Os elementos expostos até o momento que descrevem os a distribuição das categorias sócio-ocupacionais nas cinco cidades analisadas permitem a realização de uma síntese que procure abraçar os principais traços comuns e distintivos em cada uma delas.

A primeira questão, retomando uma discussão anterior, é que o padrão de espacialização dos percentuais de cada categoria aponta para a não existência de grandes áreas completamente homogêneas no espaço intra-urbano. Um primeiro argumento não desprezível aqui é aquele que se refere à escala possível para análises desta natureza, constrangidas que são pela disponibilidade do formato dos dados.

Para além, deste argumento, entretanto, encontra-se a própria natureza dos espaços urbanos, marcados que são pelas desigualdades, como será melhor desenvolvido a seguir.

Em grandes traços, ainda, é possível afirmar a presença de um padrão centro-periferia de posicionamento das categorias sócio-ocupacionais, sendo os lugares mais centrais destinados às categorias superiores e as demais, distribuindo-se no seu entorno, em geral ampliando sua presença nas áreas mais distantes ao centro.

São nítidos os maiores percentuais das categorias Dirigentes, Intelectuais e da Pequena Burguesia nas áreas centrais. A localização destes segmentos sociais nestas áreas revela critérios de seleção espaciais baseados no poder de compra, na busca por proximidade a equipamentos e serviços públicos e privados, enfim, pelas melhores áreas do ponto de vista do conjunto do espaço urbano. Altas rendas no conjunto da cidade, maiores níveis de escolaridade, acesso completo a saneamento e perfil demográfico específico suportam as localizações das camadas do topo da pirâmide social.

Porém, ao perceber que no entorno mais imediato destas áreas centrais localizam-se parcelas não desprezíveis das mesmas categorias, infere-se a operação de mecanismos de aproximação formando eixos ou grandes áreas em todas as cidades que podem ser caracterizados como próprios destas categorias.

Assim, é possível afirmar ainda que, se é visível a presença de áreas centrais destinadas às categorias mais afluentes do ponto de vista da renda e da escolaridade, é visível também que nem todas as periferias são exclusivamente destinadas aos extratos inferiores da pirâmide social, seja porque em algumas cidades observa-se a presença de áreas com forte presença nas categorias dirigentes, seja pela contaminação positiva que um padrão de ocupação pode imprimir ao seu entorno, em se tratando de categorias superiores da hierarquização produzida.

Assim, para todas as cidades, é apenas uma certa periferia que assume as maiores concentrações do proletariado ou do sub-proletariado, o que estabelece padrões de diferenciação, distinção e desigualdades mais nítidos e portanto mais fortes do ponto de vista social.

Os critérios de seletividade espacial, de aproximações e afastamentos cumprem seu papel nas estratégias de produção social das desigualdades no interior destas áreas urbanas. Em outras palavras, a desigualdade produzida e reproduzida pelo território se transforma em estratégia de distinção social.

Por fim, a correspondência entre áreas e categorias obviamente não é perfeita e não apenas por conta dos limites impostos pela organização dos dados ou pela não sintonia entre os recortes espaciais adotados. A correspondência completa entre umas e outras, indicando a radicalização de processos de segmentação e “guetificação” não se generalizou para além dos muros dos loteamentos fechados, estratégias de apartação social das parcelas afluentes da sociedade, tal como analisado por Sposito (2004).

Na escala da cidade existe, ainda, a heterogeneidade social que impede a completa fragmentação territorial, por mais que descontinuidades sejam criadas e recriadas e por mais que o acionamento de estratégias territoriais faça parte da construção das distâncias entre as diferentes posições sociais.

Assim, estar perto ou estar longe depende duplamente do outro, seja geograficamente seja socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto procuramos destacar alguns elementos que nos parecem centrais na discussão do campo temático no qual se insere nossa discussão. A discussão das cidades paulistas de porte médio foi organizada no sentido de demonstrar sua vitalidade frente à realidade urbana brasileira e paulista. Os indicadores demográficos, econômicos e sociais acionados como uma primeira aproximação, demonstram estarmos frente a uma dinâmica demográfica de concentração populacional e de comando de fluxos populacionais e que estes se dão fundamentalmente a partir de intensos processos de urbanização.

Não uma urbanização como mero reflexo de forças externas às cidades, uma vez que são encontrados nos dados econômicos fortes argumentos a respeito da capacidade destas cidades em concentrarem processos de produção e circulação de riqueza, ganhando posições no cenário da economia brasileira. Capacidade esta que encontra substrato nas mudanças da composição dos setores econômicos. O forte crescimento do setor secundário, frente aos demais e os dados positivos apresentados pelo setor terciário sinalizam alterações profundas, desde os anos 70, na base e na dinâmica econômica destas realidades urbanas.

Esta vitalidade econômica do ponto de vista da capacidade do crescimento econômico, sem dúvida situa tais cidades como importantes nós da rede urbana nacional e paulista, passando a integrar os circuitos de produção e circulação da riqueza material.

Sem dúvida, esta dinâmica relaciona-se diretamente com a formatação de um tipo de espaço urbano, por um lado marcado por forças que produzem o crescimento dos tecidos urbanos incorporando lógicas gerais, como a descontinuidade, a segregação e a

fragmentação territorial, tal como sobejamente demonstrado por Sobarzo Miño (2004) e Sposito (2004), mas que quando comparados aos espaços metropolitanos apresentam, de um lado, fortes discrepâncias em relação à escala, ao volume e à intensidade dos processos em termos absolutos, e que por outro lado, dada a cidade pré-existente e sua lógicas de produção, expansão e organização impactam-nas fortemente.

É possível depreender daí, usando uma forte imagem de analogia, que a entrada destes espaços em lógicas econômicas que inserem estas cidades em circuitos econômicos “modernos” (no sentido de diferentes dos anteriores), fazendo-as cumprir papéis de articulação dos entornos regionais (seja como centros urbanos isolados ou como aglomerações urbanas) e destes com as metrópoles, produziu espaços urbanos e cidades extremamente bem posicionados em relação ao conjunto da rede urbana brasileira e paulista.

No bojo deste processo, também os indicadores sociais apontam para níveis de expansão e provisão de necessidades acima daqueles registrados para o Brasil e da média do Estado de São Paulo, tal como o saneamento básico, as taxas de escolaridade e alfabetização, o acesso à propriedade imobiliária etc.

A vitalidade econômica permite, em um ecúmeno urbano menor que o das metrópoles, fazer chegar a um número maior de habitantes os bens e serviços sociais necessários à vida urbana. É possível perceber, até mesmo, o ponto a partir do qual se constroem, inclusive, representações positivas destas cidades como “bons lugares” para se viver, o que se transforma em ferramenta de atração para um “círculo virtuoso” de crescimento, principalmente frente aos problemas metropolitanos.

Daí, por exemplo, algumas análises de tais cidades como rotas do desenvolvimento que transbordam da metrópole, tal como se depreende de diferentes trabalhos como em Negri (1988) ou que, em comparação com o conjunto dos municípios brasileiros ou paulistas poderiam ser classificados homoganeamente como sendo de inclusão social, tal como em Amorim e Pochmam (2003).

Mesmo reconhecendo a importância de tais análises, a opção aqui foi para redirecionarmos o olhar e a percepção analítica para uma outra escala, isto é, para a escala intra-urbana onde as desigualdades se manifestam com vigor, pois diz respeito à cidade em seus próprios termos. Isto é, a construção de medidas que tome cada área ou setores destas cidades em relação ao seu conjunto e não em relação a outras cidades e outros padrões de organização social e territorial.

Os indicadores relacionados à renda, sua composição e perfil de distribuição, analisados anteriormente, já apontavam para a contradição entre dinamismo econômico e fortes processos de desigualdade e concentração presentes nestas cidades. E, se do ponto de vista mais geral o campo temático das desigualdades e das diferenças permaneceu, mudou-se a escala para aquela que aproxima a investigação dos espaços internos destas formações urbanas. A escala intra-urbana, no sentido genérico do conceito, ou a escala onde se articulam concretamente estruturação social, produção territorial, poder local e políticas públicas.

Na elaboração do arcabouço necessário para uma investigação a partir de dados empíricos, tomamos a elaboração do conceito de exclusão social, em suas características multidimensionais e relacionais e buscamos nas proposições de Bourdieu os princípios organizadores de uma leitura das hierarquias e posições sociais e territoriais as chaves para a análise das cidades, de um lado. De outro, encontramos a metodologia para a organização de dados empíricos nas pesquisas

sintetizadas em Ribeiro e Lago (2000) a respeito do espaço social brasileiro e do CEMESPP, sintetizadas em Sposito (2000) para a leitura das desigualdades intra-urbanas.

Foi possível, assim, construir arcabouços analíticos (mesmo com as limitações já apontadas) que sugerem estarmos frente a realidades urbanas que apresentam traços comuns, marcadas que são pela desigualdade estruturante de suas relações sociais.

Às posições de cada segmento social, estruturadas que são pela desigual distribuição de capital econômico e educacional, adicionam-se clivagens de natureza racial e de gênero. As hierarquizações sociais presentes nas cidades analisadas têm em comum as distâncias crescentes ao longo da década.

Seja do ponto de vista da estruturante estrutura social, seja do ponto de vista das também estruturantes localizações territoriais, desenha-se um quadro de distâncias e aproximações que reproduz um padrão de organização social e territorial profundamente marcado por posições previamente definidas, até agora com baixa ou nenhuma possibilidade de contestação ou subversão.

A inércia da desigualdade revela-se como fator de peso a explicar estes espaços sociais uma vez que se os anos 90 foram efetivamente anos de grandes e profundas transformações que ainda impactam todos os âmbitos da vida social e societal, tais transformações apenas ratificaram e aprofundaram um jeito de ser destas cidades ou um padrão de organização social que cumpre um papel mais amplo no contexto da realidade brasileira e paulista: a convivência articulada e forçadamente “harmoniosa” entre desigualdades profundas e que se aprofundam e a abertura permanente para cumprir sempre novos papéis, reais e simbólicos, como espaços da qualidade de vida e da “ordem”.

A ordem social e territorial previamente estabelecida produz e reproduz cidades aparentemente homogêneas e distantes das duras realidades metropolitanas nacionais, abrindo as possibilidades de continuarem a se reproduzir como espaços da ordem. Trata-se, assim, formulando de uma maneira ousada, de um modelo de desenvolvimento, não no sentido de uma especificidade que particularize e negue as determinações mais gerais produzidas por outras escalas de ação e intervenção, como as nacional e mundial. Mas de um modelo específico de ser e de se relacionar com estas outras escalas, cumprindo um papel articulado nas suas articulações com a rede urbana nacional e mesmo internacional.

Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro, em palestra proferida na abertura do I CIMDEPE – Seminário Internacional “Cidades médias: dinâmica econômica e produção do espaço urbano, na FCT/Unesp (junho de 2005) tratam-se estas cidades do lugar do “novo novíssimo” que aparece com força na realidade urbana brasileira. A nosso ver este “novo novíssimo” poderia ser interpretado como uma síntese entre mudanças e permanências: de um lado o lugar dos fluxos econômicos modernos articulados em diversas escalas (do local ao mundial), amparados por espaços urbanos que se modernizam no sentido de estender redes e serviços públicos a grande parte de suas populações, de outro a permanência de estruturas sociais herdadas rigidamente que se perpetuam no tempo.

A estrutura social e territorial, produto e produtora das desigualdades, revelam que estas, as desigualdades, produzem os limites para quem pode se incluir e quem não pode, permeando a distribuição do poder, ou mais concretamente, da fundamental capacidade de disputar o poder enquanto capacidade de disputar lugares sociais e territoriais.

A disputa pelos recursos urbanos, da vida social urbana e da autonomia (no sentido de Souza, 2002) para a produção de novos territórios mais igualitários faz parte da utopia necessária a ser insuflada nas políticas públicas, enquanto uma produção social (incluída aí a produção acadêmica) e não meramente estatal.

Reconhecer e enfrentar as desigualdades e sua força estruturadora na vida urbana nestas cidades é o ponto de partida e o desafio para a análise e para a ação das políticas públicas urbanas, tão fundamentais aqui como o são para as metrópoles, no sentido da construção de comunidades de interesse capazes de induzir novas sociabilidades e inventar novos papéis para estas e para todas as cidades brasileiras.

Desafio também para os analistas que devem romper a aparente dicotomia entre análise e ação, entre conhecer e transformar, pois se o próprio ato de conhecer já é ato de se auto-transformar, ele deve necessariamente ganhar a dimensão social para se afirmar como conhecimento transformador.

Por fim, podemos retomar e rearticular a discussão que abre este trabalho, ou seja, a definição, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. E esta retomada visa reforçar o papel que a nosso ver a produção de idéias e conhecimentos deve assumir frente ao conjunto das discussões empreendidas, reconhecendo que também no campo da produção do conhecimento se dão embates e conflitos sobre o "que", o "como" e o "onde" são escolhidos os problemas e as maneiras possíveis para seu enfrentamento.

Estas questões podem ser contornadas de um lado pelo debate tão comum em alguns setores acadêmicos de que as políticas públicas, como objeto exclusivo do Estado, serviriam apenas para ratificar ou ampliar processos de desigualdade, uma vez que localizam no e a

partir Estado, o centro nervoso da produção de desigualdades. De outro, a crítica feroz ao Estado e ao seu funcionamento e que propugna pela sua diminuição e retraimento, apontando a não necessidade de políticas públicas em geral, e em particular aquelas direcionadas aos setores mais frágeis, empobrecidos e excluídos socialmente.

Ao reafirmar a importância do Estado e das políticas públicas procuramos enfatizar a importância de sua construção social, na forma de grupos e setores excluídos transformarem-se em grupos de interesse, com capacidade de participar e interferir nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

Daí a importância de qualificar um conhecimento que revele as desigualdades presentes e crescentes nas cidades de porte médio. Daí a importância de construir um conhecimento que colabore para que sejam formuladas políticas públicas específicas para estas realidades. Daí a importância de qualificar uma ação sócio-territorial que incorpore tal realidade como estratégia para a redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. "Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional". In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 1-34. (b)

AMORIM, R. G. ; POCHMANN, M. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ANDRADE, T.; SERRA, R. V. "O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000". In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 129-169. (c)

ANDRADE, T.; SERRA, R. V. "Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/2000" In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 79-127. (a)

BARCELLOS, T. M. de; MAMMARELLA, R. Questões teóricas e metodológicas na pesquisa recente sobre as grandes cidades: notas para reflexão. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 22, n. 2, 2002, p.248-269.

BARCELLOS, T. M. de; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. R. Tipologia sócio-espacial de Porto Alegre – 1980/91: diferenciações sócio-ocupacionais e desigualdades sociais entre os espaços da cidade. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 29, n. 4, 2002, p.307-341.

BISQUERRA, R.; SARRIEDA, J. C.; MARTÍNEZ, F. **Introdução à estatística**: o enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições da sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 159-166.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRUNET, R. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. **Le espace géographique**. Paris: CNRS, 1980. n. 4, pp. 253-265.

CAMPOS, A. et al. (org.) **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. São Paulo: Cortez, 2003. v.2

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: Estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE, 2001, 390 p. v. 1

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, SEADE, 2001. 168 p. v. 5

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, C.A.; MELAZZO, E.S. **A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?** Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Mimeografado.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

COSTA, A. B. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 2001.

COSTA, N. do R. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social**. São Paulo: Hucitec, 1998.

CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F., GUIMARÃES M.; UDE, W. **Políticas públicas**. (org.) Belo Horizonte: UFMG; PROEX, 2002. pp. 11-26.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, 276 p.

FARIA, C. A. P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes.

Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. pp. 21-29.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, IPEA: n.21, jun. 2000, p.211-259.

FRISCHEISEN, L. C. F. **Políticas públicas:** a responsabilidade do administrador e o ministério público. São Paulo: Max Limonad, 2000.

GUIMARÃES, A.; MELAZZO, E. S. et al. A propósito do debate sobre a exclusão social: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., João Pessoa, 2002, **Anais.** João Pessoa: AGB, 2002

GUIMARÃES, R. B. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In: MELO, J. G. (org.). **Espiral do espaço.** Presidente Prudente: [s.n.], 2003, p. 7-18.

GUIMARÃES, R. B. et al. (org.) **Atlas da exclusão/inclusão social do interior paulista.** Presidente Prudente: Simespp, 2004.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Revista Terra Livre.** São Paulo, v.1, n.18, ano 18, jan-jun. 2002, pp. 37-46.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de et al. (org.) **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp. 165 – 206.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad** social. Madrid: Siglo XXI, 1992.

IBGE. **Censo Demográfico 1991:** microdados da amostra São Paulo (exceto a região metropolitana de São Paulo). São Paulo, 2000. (em CD ROM)

IBGE. **Censo demográfico 2000:** trabalho e rendimento. resultados da amostra. Notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra São Paulo, municípios com mais de 100.000 habitantes no Censo Demográfico 2000, exceto os municípios, de São Paulo, Guarulhos e Campinas. 2. ed. São Paulo, 2000. parte 2 - v.11

IBGE. **Censo demográfico**. 1970. Rio de Janeiro, 1970.

IBGE. **Censo demográfico**. 1980. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. **Censo demográfico**. 1991. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo demográfico**. 2000. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Comissão Nacional de Classificações. **Classificação de ocupações**. Arquivo de descritores utilizados no Censo Demográfico de 2000 e no Censo Demográfico de 1991. [s.l.:s.n.], [200-] Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/concla/classocupacoes/CBO2000xCenso91.xls>> Acesso em: 10/07/2005

IBGE. Estatcart. **Base de informações por setor censitário**. (Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto) Rio de Janeiro, 2000. 1 CD ROM

IPEA. **Atlas das desigualdades raciais no Brasil**. Brasília, 2002.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. O conceito de exclusão social. In: VERAS, M.P.B. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. p. 138-142.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

LOWI, T. J. American business, public policy, case-studies and a political theory. **World Politics**, n. 16, 1964.

MARICATO, M. E. **A produção capitalista da casa e da cidade**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MARTINS, J. DE S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELAZZO, E. S.; FERREIRA, J.; MYASAKI, V. K. Renda e desigualdades no espaço intra-urbano de Presidente Prudente: uma análise empírica dos resultados dos Censos 1991 e 2000. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, v. 25, p. 209-223, 2003.

MELO, J. G. **História e práxis (do imediato ao concreto)**. 2004. 178f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1982.

MOURA, R., DELGADO, P. D., DESCHAMPS, M.; CARDOSO, N. A. A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão. In: SEMINÁRIO DESAFIO DA GESTÃO METROPOLITANA EM PAÍSES FEDERATIVOS. Brasília, 2004. Disponível em <
<http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/cdui/SI GRMPF.htm> > Acesso em 02/11/2004.

NEGRI, B. A interiorização da indústria paulista. In: FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920 – 1980)**. São Paulo, 1988. v. 1, n. 2, p. 55-144

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ano 12, n. 33, p. 49-60, 1997.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAUGAN, S. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PESTANA, M. H. e GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementaridade do SPSS. Lisboa: Silabo, 2003.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil** – versão 1.0.0. Brasília: IPEA/FJP/IBGE, 2003. (Em CD-ROM)

PNUD. **Atlas racial**. Brasília, 2004.

PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. **Caderno CRH**. Salvador, n. 38, jan/jun 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. C. de Q.; SANTOS JR, O. A. dos. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Eure**. Santiago do Chile, v.24, n. 88, pp. 79-95, diciembre 2003.

RIBEIRO, L.C.de Q.; LAGO, L. C. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 2, n. 3, p. 111-129, 2000.

ROCHA, S. Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (texto para discussão)

RODRIGUES, A. L. A pobreza mora ao lado: segregação sócio-espacial na região de Maringá. 2004. 225 f. Tese (Doutorado) Nome da Escola, Pontifícia Universidade Católica, Campinas.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, M. (a) **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. (b) **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das letras, 2000.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, n. 48, 16 pp. 2000.

SINGER, P. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1980.

SMITH, N. Contorno de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. pp. 132-175.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SORBAZO MIÑO, O. A. Os espaços da sociabilidade fragmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77 - 116.

SOUZA, M.J. O planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. **Território**. Rio de Janeiro, ano5, n. 8, jan/jun. 2000. pp. 67-100.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSATI, A. (Coord.) **Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSATI, A. Cidade, território, exclusão/inclusão social. Disponível em < www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Cidadet.pdf > Acesso em 14/05/2005.

SPOSITO, E. S. **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: Unesp, 2000. 95p. Relatório de pesquisa financiada pelo Programa Políticas Públicas da Fapesp.

SPOSITO, E. S. **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: Unesp, 2002. Relatório Parcial de Pesquisa FAPESP, Fase II

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SPOSITO, M. E. B. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista de Geografia**. Dourados, n. 4, p. 71-85, set.- dez. 1996.

SPOSITO, E. (coord.) **Sistema de informação para tomada de decisão municipal**. Presidente Prudente: Unesp, 2000. Relatório Final de Pesquisa FAPESP, Fase I.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afinal, do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TITMUS, R. M. Problems of social policy. London: Green and Co, 1950. His majesty's stationery office and Longmans

VAINER, C. B. **As escalas do poder e o poder das escalas**: o que pode o poder local? In: ENCONTRO DA ANPUR, 6., 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. pp. 140-151.

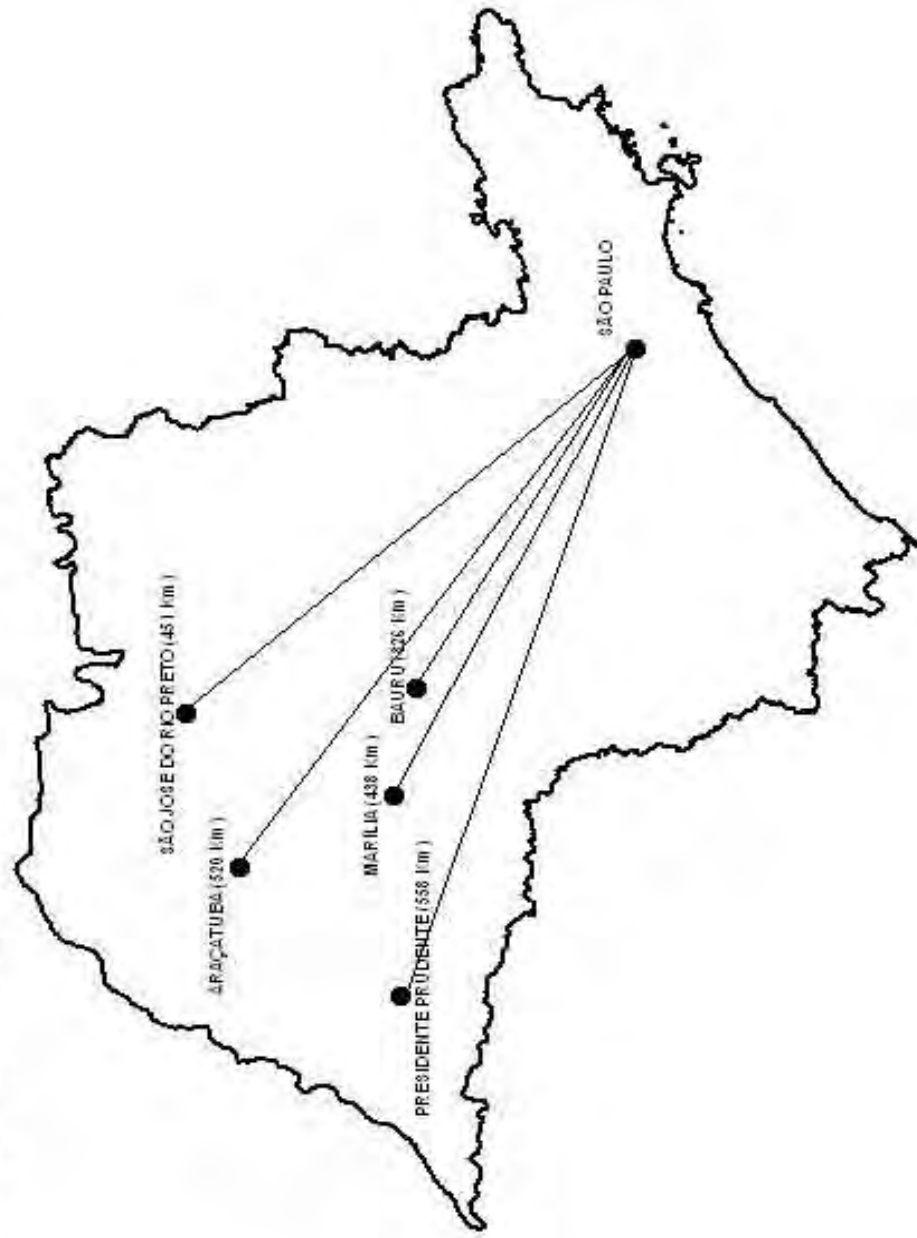
VERAS, M. P. B. Notas ainda preliminares sobre exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: VERAS, M.P.B. **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. p. 13-48.

VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**. Campinas, n. 5, 1988. 40 pp.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WAGNER, M. B.; MOTTA, V. T.; DORNELLES, C. **SPSS passo a passo**: statistical package for the social sciences. Caxias do Sul: Educs, 2004.

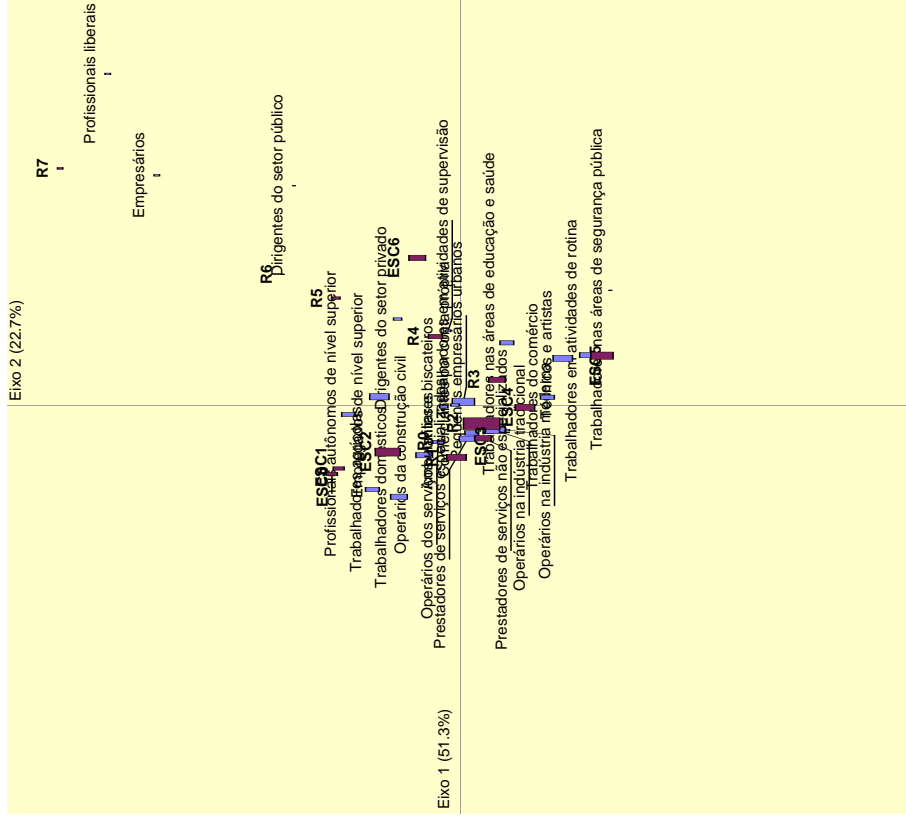
ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO E DISTÂNCIAS DAS CIDADES ANALISADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



Org.: do autor

ANEXO 2 – REPRESENTAÇÕES DAS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS, SEGUNDO A RENDA E ANOS DE ESTUDO. CIDADES ANALISADAS. 1991 – 2000.

Gráfico 1 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Araçatuba 1991



renda e anos de estudo – Araçatuba 2000

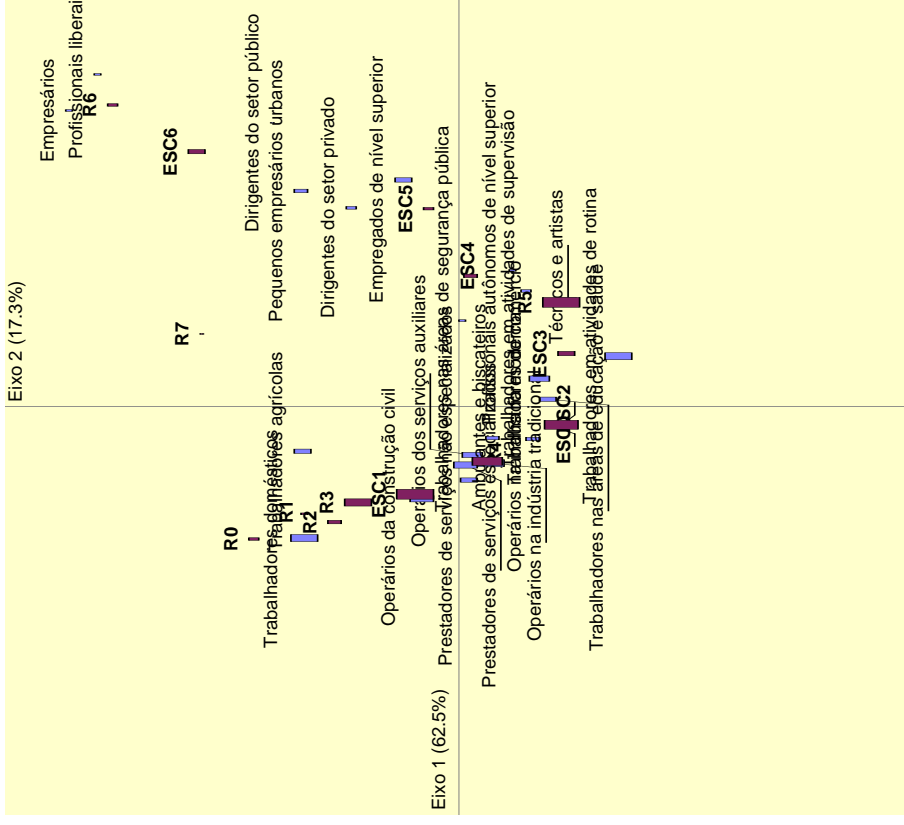


Gráfico 2 – Representação das categorias sócio-ocupacionais

Gráfico 3 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Bauru 1991

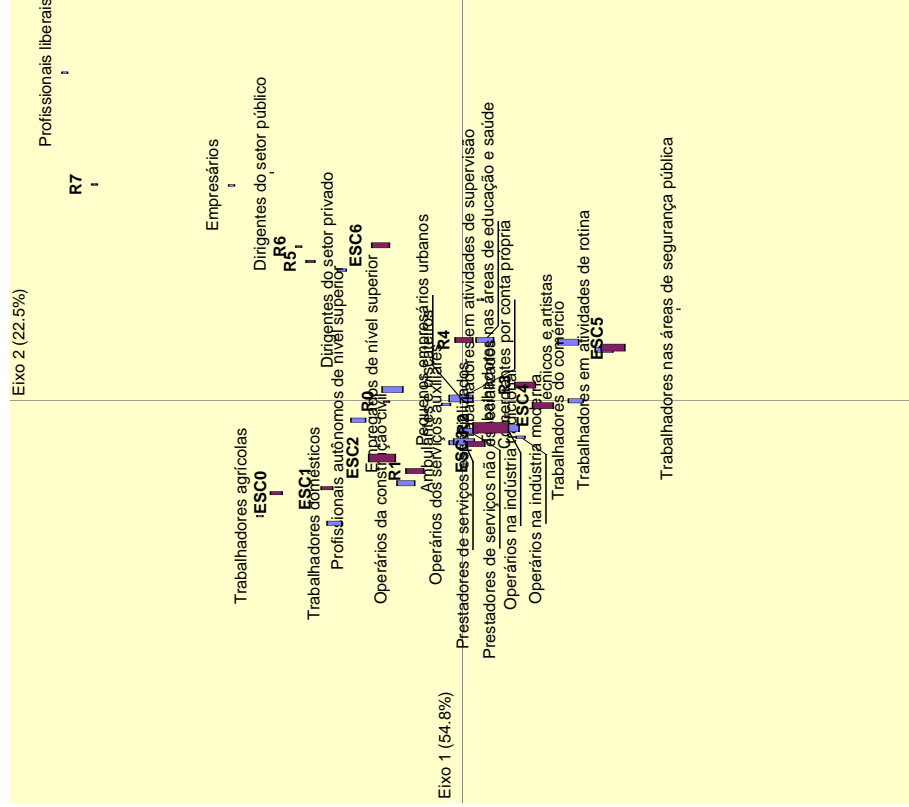


Gráfico 4 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo – Bauru 2000

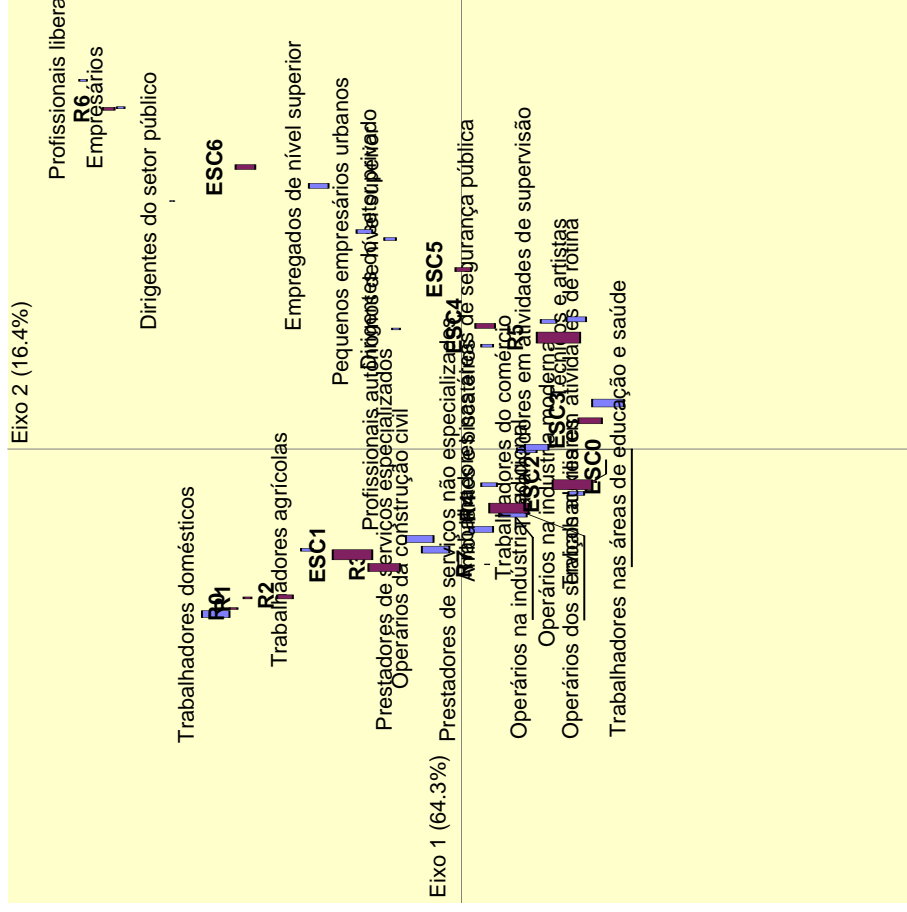


Gráfico 7 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo - Presidente Prudente – 1991

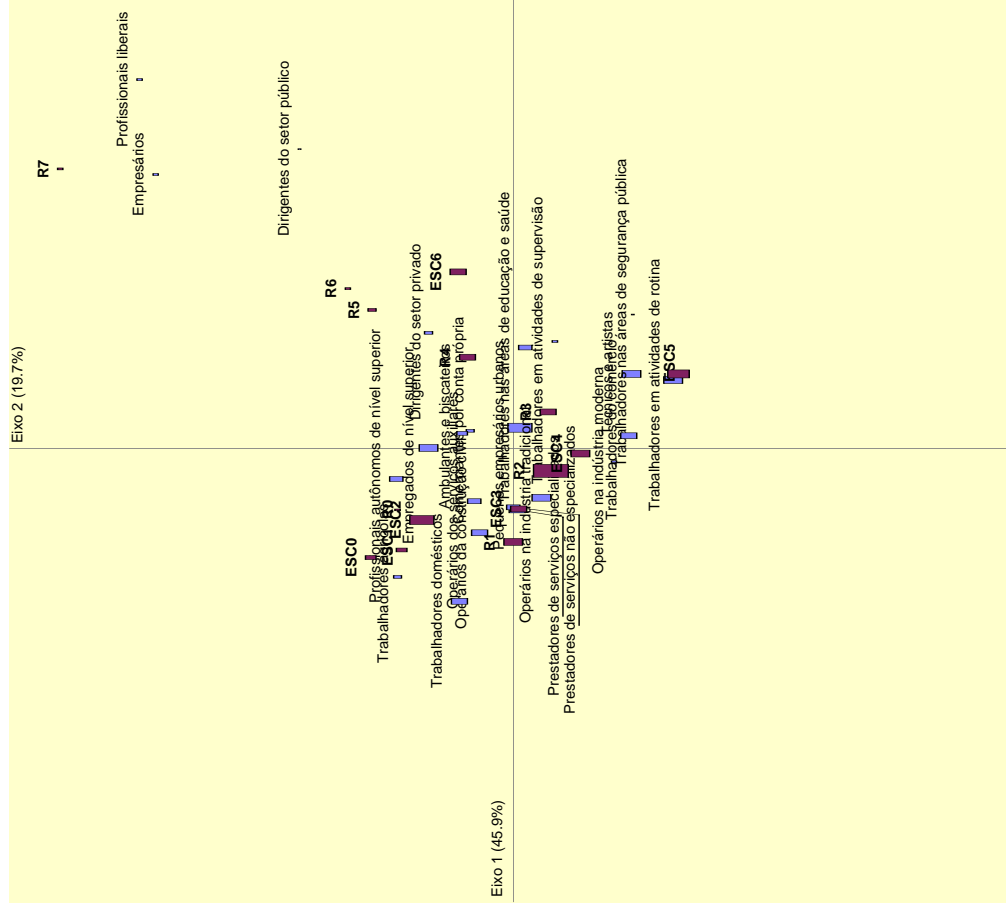


Gráfico 8 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo - Presidente Prudente 2000

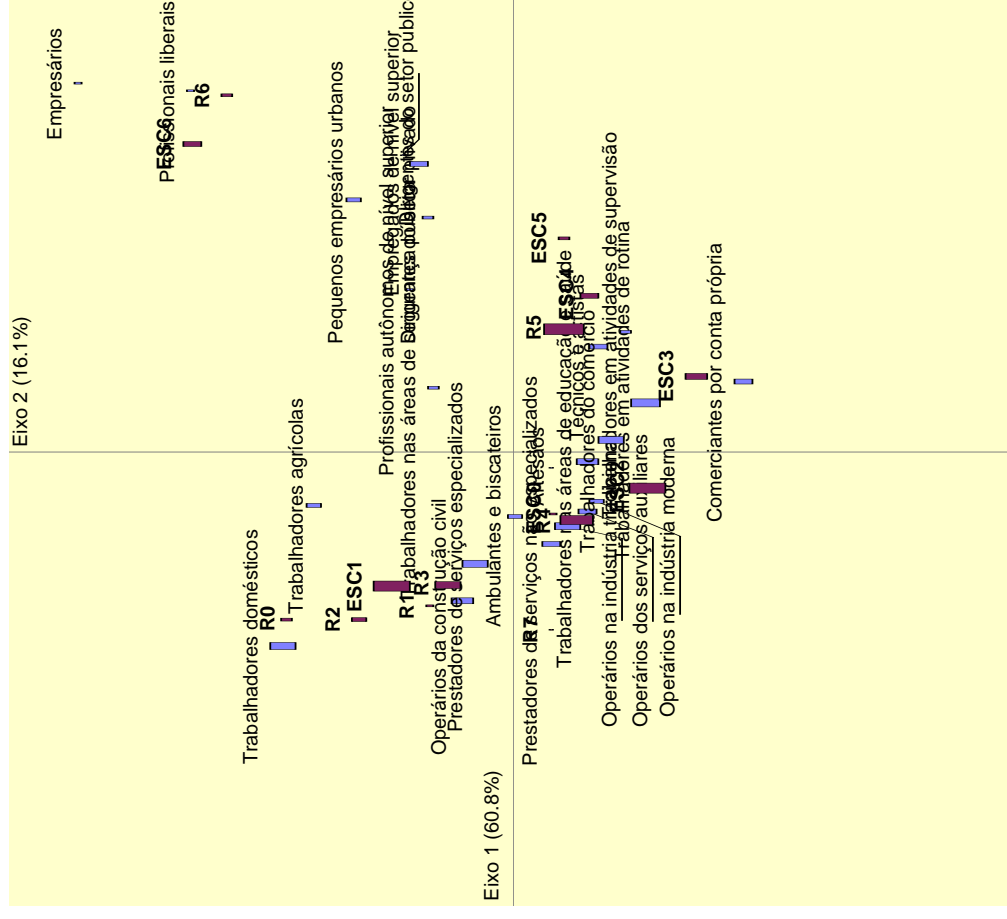


Gráfico 9 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo - São José do Rio Preto - 1991

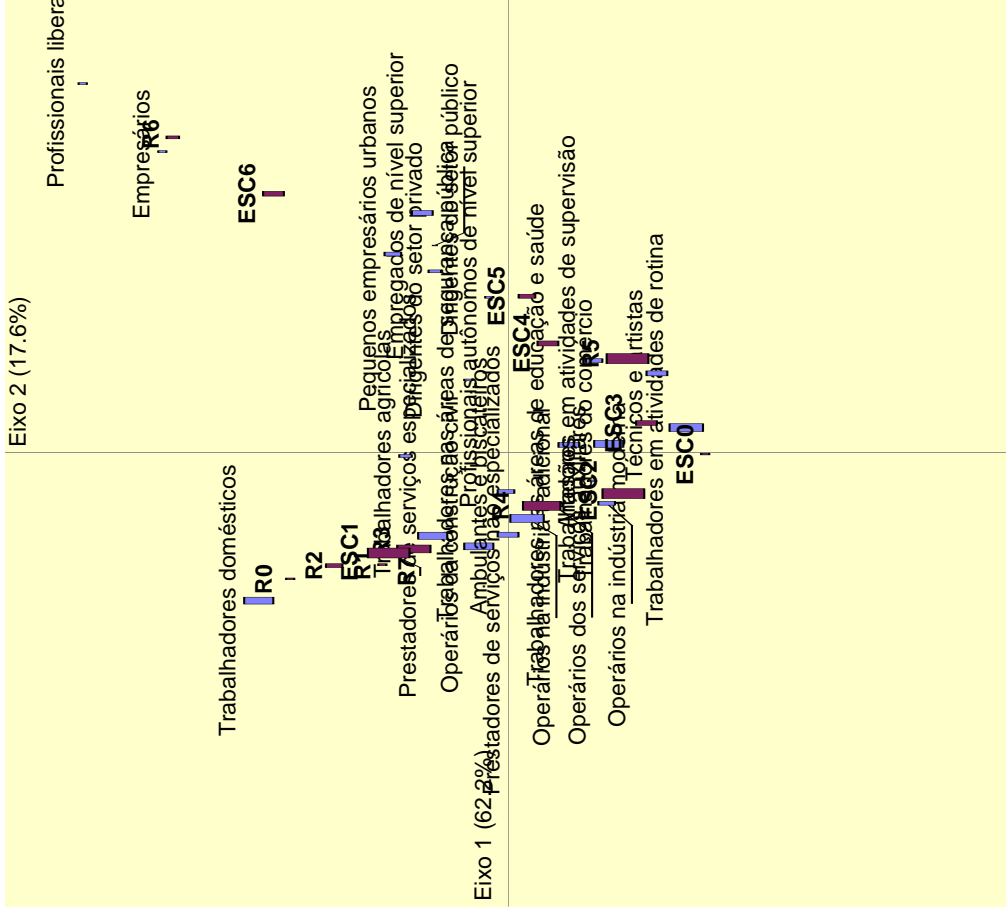


Gráfico 10 – Representação das categorias sócio-ocupacionais, renda e anos de estudo - São José do Rio Preto 2000

